



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Percursos de Vida dos Jovens Institucionalizados na Infância

Um Caso de Estudo

Álvaro Leonel Passos Rebelo

Dissertação submetida para obtenção do grau parcial de

Mestre em Serviço Social

Orientador: Professor Doutor Jorge Leitão Ferreira, Professor Auxiliar

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

junho, 2018





Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Percursos de Vida dos Jovens Institucionalizados na Infância

Um Caso de Estudo

Álvaro Leonel Passos Rebelo

Dissertação submetida para obtenção do grau parcial de

Mestre em Serviço Social

Orientador: Professor Doutor Jorge Leitão Ferreira, Professor Auxiliar

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

junho, 2018



“ ...Tudo o que um sonho precisa para ser realizado,  
é alguém que acredite que ele possa ser realizado..!!!”

**Roberto Shinyashiki**



## **Agradecimentos**

A presente tese de dissertação é fruto de muito empenho, dedicação e esforço, durante dois anos letivos do Mestrado, tendo em conta o rigor científico, que obrigava os alunos a envolverem-se e empenharem-se a desenvolver conhecimentos/competências nos vários saberes científicos, que aliado à minha vida profissional e familiar, exigiram da minha parte um grande esforço. Com isto, quero dizer que todos os objetivos que nos propomos alcançar são possíveis, através do esforço, empenho e dedicação. Este trabalho só foi possível realizar-se e ser concluído, com o forte apoio e disponibilidade do meu orientador Professor Doutor Jorge Ferreira, ao qual deixo o meu grande agradecimento, que devido ao seu saber e conhecimento científico na área da Proteção da Infância, foi uma mais-valia; todas as suas orientações, foram bastante pertinentes e pragmáticas, o que obrigou a um maior investimento, no sentido de evolução ao longo deste processo de investigação, em função da melhoria contínua.

Quero também agradecer à Professora Doutora Maria João Pena e Professora Doutora Maria Inês Amaro, pela sua forma e atitude pedagógica em partilharem os seus saberes científicos e pela forma como ao longo deste percurso incentivaram os alunos e indicaram métodos orientadores de trabalho a adotar num trabalho desta natureza, que considerarei bastante importante, do meu ponto de vista científico e pedagógico.

Não posso deixar de agradecer ao Presidente do Conselho de Administração da Fundação COI, Engenheiro Carlos Marques Taleço, em ter autorizado a flexibilidade do meu horário laboral, em função do horário académico e agradeço ainda pelo fato de ter autorizado o desenvolvimento deste trabalho de Investigação, nas respostas sociais de Acolhimento Residencial desta entidade.

Agradeço à minha família, que durante estes dois anos perderam alguns momentos de interação familiar, nomeadamente à minha mulher e filho, devido ao fato de ter de conciliar o trabalho com a vida académica. Agradeço também aos meus pais, mas em especial ao meu pai, que onde quer que esteja, acredito que terá enorme satisfação do meu percurso.

Agradeço aos Técnicos da Fundação COI, que participaram neste processo de investigação, e dedico este trabalho aos jovens que estiveram institucionalizados e que atualmente já são homens e mulheres que exercem a sua cidadania ativa.

## **Resumo**

A presente dissertação incide sobre a temática dos “Percursos de Vida dos jovens Institucionalizados na Infância”, tendo como objetivo geral sistematizar as percepções na perspectiva interdisciplinar dos profissionais, sobre o processo de autonomia do jovem institucionalizado e interpretar os significados que o jovem atribui ao seu processo de autonomização social. A análise foi desenvolvida à luz de um quadro teórico de forma a dar sustentação científica e teórica, correlacionar e abordar conceitos, no âmbito da Promoção e Proteção da Criança, do acolhimento residencial, e sobre o processo de autonomização e prática do assistente social e de outros profissionais, que promovem a autonomização dos jovens e a exercitação da sua cidadania plena.

Utilizamos uma metodologia de investigação, de natureza qualitativa e aplicamos como técnicas de recolha de dados a análise documental, a entrevista semi-estruturada aos jovens desinstitucionalizados que passaram por um processo de autonomização, e aos técnicos que acompanharam estes processos. Foi desenvolvida uma análise de conteúdos, correlacionando os conteúdos teóricos e empíricos, de modo a sistematizar o conhecimento do objeto de estudo em função dos objetivos de estudo.

Concluimos com a sistematização de conhecimentos teóricos, procedimentos metodológicos, que sustentam a prática profissional. Os jovens atribuem como significativo no seu processo de autonomização, a sua situação profissional e sociofamiliar, as competências adquiridas, habilidades sociais e valores como maturidade e responsabilidade, que adquiriram ao longo deste processo, face à importância que atribuem na vida atual. Por outro lado, os profissionais, tendo em conta a sua perspectiva interdisciplinar e saber científico, atribuem como significativo, a prática de uma intervenção interpluridisciplinar através de um processo multidimensional de grande complexidade, realçando o impacto na estabilidade comportamental e emocional, assim como os valores de responsabilidade e maturidade, fomentando a participação ativa dos sujeitos de ação no seu processo de autonomia.

Palavras Chave – Sistema de Proteção da Criança/jovem; Intervenção; Autonomização, Prática multidisciplinar

## **Abstract**

This dissertation focuses on the theme of the "Life Paths of young people Institutionalized in Childhood", with the general aim of systematizing perceptions in the interdisciplinary perspective of professionals about the process of autonomy of the institutionalized youth and interpreting the meanings that the young person attributes to his process of social empowerment. We develop the analysis in the light of a theoretical framework in order to give scientific and theoretical support, to correlate and to approach concepts, in the scope of the Promotion and Protection of the Child, of the residential reception, and on the process of autonomization and practice of the social worker and others professionals who promote the autonomy of young people and the exercise of their full citizenship.

We used a research methodology of a qualitative nature and applied as data collection techniques the documentary analysis, the semi-structured interview to the deinstitutionalized youngsters, who underwent a process of autonomization and the technicians who accompany these processes. A content analysis was developed, correlating the theoretical and empirical contents, in order to systematize the knowledge of the object of study and in function of the study objectives.

We conclude with the systematization of theoretical knowledge, methodological procedures that support professional practice. Young people attribute their acquired competences, social skills and values such as maturity and responsibility to their autonomy process, as a result of their professional and socio-family situation, which they acquired throughout life. On the other hand, professionals, taking into account their interdisciplinary perspective, attribute their perceptions, taking into account their scientific knowledge, how they view this process, emphasizing the practice of an interdisciplinary intervention and the importance of multidimensional and great complexity, highlighting the impact on behavioral and emotional stability, as well as the values of responsibility and maturity for action subjects to participate actively in their autonomy process.

Keywords - Child Protection System / youth; Intervention; Autonomization, Multidisciplinary practice



## ÍNDICE

ÍNDICE DE GRÁFICOS .....	xiii
ÍNDICE DE TABELAS .....	xiii
ÍNDICE DE QUADROS .....	xiii
ÍNDICE DE FIGURAS .....	xiii
ÍNDICE DE ANEXOS .....	xiii
Siglas .....	xv
INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO I - A Evolução Histórica na Proteção em Matéria de Infância em Portugal.....	5
1. Evolução Histórica.....	5
2. Análise da evolução do sistema de Acolhimento entre 2006-2016, por escalão etário.....	9
3. Alterações à lei 147/99 com a criação da Lei 142/2015.....	10
4. Lei Tutelar Educativa (LTE).....	12
5. A Institucionalização - O antes e o agora em Portugal – Abordagem Ecosistémica.....	14
6. Mecanismos De Proteção De Dados - Instrumentos legais na proteção de dados .....	17
CAPÍTULO II - Caracterização do Acolhimento em Portugal .....	21
1. Fluxo das crianças e jovens caracterizados no sistema de acolhimento.....	21
2. Distribuição por tipologia de resposta social.....	22
3. Distribuição por Escalão Etário.....	24
4. Escolaridade .....	24
5. Medidas aplicadas no âmbito de Proc de Promoção e Proteção e Processos Tutelares Civeis. ....	26
6. Projeto de Vida de Autonomização.....	27
CAPÍTULO III - A Prática do Assistente Social e formas de Intervenção .....	29
1. A Prática do Assistente Social.....	29
2. O Prática do Assistente Social com Crianças/Jovens no Acolhimento Residencial .....	31
3. Intervenção Interdisciplinar, Multidisciplinar e Terapêutica .....	33
3.1. Intervenção Interdisciplinar.....	33
3.2. Intervenção Multidisciplinar .....	35
3.3. Intervenção Terapêutica .....	36
3.4. Intervenção ao nível da Autonomia no Acolhimento Residencial .....	37
CAPÍTULO IV - Quadro Metodológico .....	41
1. Método de Pesquisa.....	41

2. Estudo de Caso .....	42
3. Universo de Estudo e Amostra.....	42
4. Técnicas de recolha de dados .....	43
4.1. Análise Documental .....	43
4.2. Entrevista (semi-estrurada).....	43
5. Análise de Conteúdos.....	44
CAPÍTULO V - Análise e Interpretação dos Dados .....	45
1. Respostas institucionais do Sistema de Proteção à Criança/Jovem.....	51
2. Analisar a dimensão interdisciplinar e multidisciplinar e das equipas de intervenção com jovens institucionalizadas .....	54
3. Categorizar os referenciais Teórico-Methodológicos de suporte à prática profissional para a promoção de autonomia de vida do jovem institucionalizado .....	58
4. Percecionar os significados dos jovens institucionalizados atribuídos ao seu processo de institucionalização e de autonomia de vida .....	60
5. Relacionar o processo de institucionalização com o processo de autonomização do jovem após a saída da instituição, criando uma matriz metodológica de transição do meio protegido para o meio social .....	62
6. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
7. Bibliografia.....	75
Anexos.....	83

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do número de crianças e jovens caracterizados entre 2006 e 2016 .....	21
Gráfico 2 - Distribuição das crianças e jovens em acolhimento residencial generalista por grupo etário e sexo .....	24

## ÍNDICE TABELAS

Tabela n.º 1 - Evolução do Sistema de Acolhimento entre 2006 – 2016, por escalão etário .....	9
Tabela n.º 2 - Princípios Orientadores da RGPD .....	19
Tabela n.º 3 - Crianças e jovens em situação de acolhimento, por tipologia de acolhimento .....	23
Tabela n.º 4 - Escolaridade das Crianças em Acolhimento Residencial .....	25
Tabela n.º 5 - Medidas aplicadas no âmbito de Processos de Promoção e Proteção e Processos Tutelares Cíveis .....	26
Tabela n.º 6 - Projetos de Vida – Autonomização .....	27
Tabela n.º 7 - Fases de Desenvolvimento na Intervenção.....	29
Tabela n.º 8 - Medidas e Estratégias de Intervenção .....	66

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Modelo piramidal do Sistema de Promoção e Proteção de crianças/jovens .....	12
Figura 2 - Posicionamento sobre o objeto de Investigação .....	15

## ÍNDICE ANEXOS

Anexo I - Curriculum Vitae .....	i
Anexo II - Guião de Entrevista dirigida ao jovem .....	vii
Anexo III - Guião de Entrevista dirigida ao profissional .....	ix
Anexo IV - Tabela n.º1- Distribuição por Centro Distrital de jovens em acolhimento residencial que cessaram a medida de Acolhimento.....	xi
Anexo V - Tabela n.º 2- Sistematização das perceções numa perspetiva interdisciplinar sobre a Autonomia .....	xiii
Anexo VI - Tabela n.º 3 – Interpretação dos Significados que o jovem atribui ao seu processo de Autonomização Social .....	xv
Anexo VII - Tabela n.º4 - Perceção da Autonomia .....	xix
Anexo VIII - Tabela n.º5 - Dimensão Interdisciplinar e Multidisciplinar dos profissionais .....	xxi
Anexo IX - Tabela n.º6 – Referenciais Teóricos e Metodológicos de suporte á prática profissional .....	xxiii

Anexo X -	Tabela n.º 7 - Impacto da Institucionalização.....	xxv
Anexo XI -	Tabela n.º 8 - Perceção do significado dos jovens ao seu processo de autonomia de vida .....	xxvii
Anexo XII -	Tabela n.º 9 – Relação do Processo de Institucionalização com o Processo de Autonomização .....	xxix
Anexo XIII -	Tabela n.º 10 - Matriz Metodológica de transição do Meio Protegido para o Meio Social .....	xxxv

**Siglas**

Fundação COI – Fundação Centro de Ocupação Infantil

LTE- Lei Tutela Educativa

LPI – Lei de Proteção da Infância

OTM- Organização Tutelar de Menores

CPCJ- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

COAS- Centro de Observação e Ação Social

IPSS- Instituição Particular de Solidariedade Social

EMAT- Equipa Multidisciplinar de Assessoria ao Tribunal

ECMIJ – Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude

PAFAC – Projeto de Apoio à Família e à Criança

Plano DOM- Plano de Desafios, Oportunidade e Mudança

Plano SERE+ - Plano Sensibilizar, Envolver, Rumo à Esperança

LPCJP- Lei de Proteção de Crianças/Jovens em Perigo

CNPCJR – Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

MP- Ministério Público

CE- Centro Educativo

PEP- Plano Educativo Pessoal

CAT- Centro de Acolhimento Temporário

AD – Avaliação Diagnóstica

PAI- Plano de Acolhimento Inicial

PCI – Plano Cooperado de Intervenção

EFA – Curso de Educação e Formação para Adultos

CEF – Curso Educação Formação

PIEF - Programa Integrado de Educação e Formação

C.A – Currículo Alternativo

LIJ – Lar de Infância e Juventude

CASA – Caracterização Anual do Sistema de Acolhimento

APSS – Associação de Profissionais de Serviço Social

IFSW – International Federation of Social Workers.

EU – União Europeia

UNICEF - United Nations Children's Fund – Fundo das Nações Unidas para Infância



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui a dissertação de Mestrado em Serviço Social, sobre o tema “Percursos de Vida dos jovens Institucionalizados na Infância”. Elaborámos como pergunta de partida: “Qual o significado atribuído pelos jovens ao seu processo de autonomia? Quais as perceções dos profissionais que acompanham na instituição o jovem sobre o seu processo de autonomia de vida?”

A temática do acolhimento residencial, tem estado muito em voga nos meios de comunicação social, onde a Institucionalização de Crianças/Jovens é vista como algo segregador, em que estas são retiradas do seu ambiente familiar, sem causas aparentes. No entanto, quem está no terreno depara-se com outra realidade: as crianças/jovens são institucionalizadas, em grande parte devido a problemas de ordem familiar, por estes não conseguirem assegurar o desenvolvimento biopsicossocial da criança/jovem de forma adequada, entre outras problemáticas.

Outra questão que assume grande importância é a autonomização de jovens. Denota-se um retrocesso nesta matéria, pela crescente aplicação de medidas de acolhimento prolongado, justificadas pela inexistência de possibilidades de retorno ao seu ambiente familiar, antes da sua maioridade ou quando atingem atualmente os 25 anos<sup>1</sup> (desde que estejam a concluir os estudos). Esta realidade faz com que os jovens passem grandes períodos de Institucionalização, construindo a sua identidade social e Projeto de Vida num meio institucional e criando vínculos que dificultam por vezes o seu processo de autonomização.

A questão da autonomização, é transportada no Projeto de Vida da Criança/Jovem, ao longo do período de Institucionalização, através do seu percurso, da sua história, que influencia a sua autonomização e condições de vida e é fortemente marcada pela socialização Institucional.

Quando desenvolvemos um processo de autonomização, devemos intervir ao nível do empoderamento/capacitação do jovem nas várias dimensões, quer sejam pessoais ou sociais e essencialmente educativas, de forma a preparar os jovens para a transição para a vida adulta, onde sejam capazes de alterar a sua condição de vulnerabilidade e sejam cidadãos ativos e exerçam a sua cidadania plena, e que apesar de terem um passado e um longo período de Institucionalização, sejam pessoas válidas socialmente, com formação educativa, com trabalho, com uma vida familiar estável, ou seja, que se tornem pessoas que vivam dentro dos padrões sociais.

É também importante conhecer a intervenção técnica desenvolvida pelos vários profissionais que trabalham todos os processos de autonomização, no sentido de promover uma intervenção sustentada, através da partilha destes vários saberes, que são de grande importância ao se desenvolver uma intervenção multidisciplinar, interdisciplinar e terapêutica junto das crianças/jovens, no âmbito da promoção da autonomia e preparação para a vida ativa. Estes profissionais baseiam a sua praxis em

modelos e referenciais teóricos para nortear a sua intervenção de forma capacitadora e ao mesmo tempo deterem as perceções de todo este processo.

É importante refletir sobre o significado atribuído ao seu processo de autonomia; estas crianças/jovens estiveram em Acolhimento Residencial de longa duração, o qual irá ter influência nas suas vidas, na forma como se organizam e estruturam para definirem o seu percurso e trajetória de vida, tendo em conta a sua história, as suas vivências e as complexas realidades pelas quais passaram até atingirem o seu processo de autonomia. Ao mesmo tempo é importante compreender as perceções dos profissionais que intervêm junto destes jovens e como dinamizam o seu processo de autonomização. A presente investigação incidiu sobre “Percursos de Vida dos jovens Institucionalizados na infância”, onde o foco deste estudo é compreender as perceções atribuídas pelos profissionais de uma forma interdisciplinar que passaram por este processo de autonomização e ao mesmo tempo compreender os significados dos jovens que foram alvo de um processo de autonomização.

O estudo incidiu sobre jovens que tiveram como Projeto de Vida a Autonomização, que passaram por medidas de acolhimento de longa duração, pois só assim se consegue ter o conhecimento profundo da realidade pretendida, através da obtenção do testemunho de jovens que passaram os diversos ciclos do seu desenvolvimento em ambiente Institucional e compreender as perceções dos profissionais que acompanham este processo de autonomização. Este estudo foi desenvolvido junto de jovens adultos que passaram pelas respostas sociais de acolhimento da Fundação COI, nomeadamente no Centro de Acolhimento Temporário dos 12 aos 18 anos e no Lar de Crianças e Jovens, e que passaram pelo processo de autonomização. Pretende-se compreender qual o significado que estes dão ao processo de autonomização pelo qual passaram e a perceção deste processo por parte dos profissionais que acompanharam/desenvolveram este processo de autonomização. Temporalmente, esta investigação desenvolveu-se junto de jovens cujo ano de saída foi a partir de 2010. Esta Instituição encontra-se sediada no Pinhal Novo e desenvolve a sua intervenção comunitária nas mais diversas áreas de necessidades da população local, sendo considerada uma Instituição de referência no Distrito de Setúbal, devido à panóplia de respostas sociais que detém e também face à sua forma de intervenção nas mais diversas áreas.

**Como objetivo geral da investigação definimos:**

- Sistematizar as perceções numa perspetiva interdisciplinar dos profissionais sobre o processo de autonomia do jovem institucionalizado e interpretar os significados que o jovem atribui ao seu processo de autonomização social.

**E como objetivos específicos elaboramos os seguintes:**

- Identificar as respostas institucionais do sistema de proteção à criança/jovem;  
- Analisar a dimensão e inter-multidisciplinar das equipas de intervenção com jovens institucionalizadas;

- Categorizar os referenciais teórico-metodológicos de suporte à prática profissional para a promoção de autonomia de vida do jovem institucionalizado;
- Percecionar os significados que os jovens institucionalizados atribuíram ao seu processo de institucionalização e de autonomia de vida;
- Relacionar o processo de institucionalização com o processo de autonomização do jovem após a saída da instituição, criando uma matriz metodológica de transição do meio protegido para o meio social.

Esta investigação encontra-se organizada em 5 capítulos, abordando várias temáticas ao longo dos mesmos, de forma a obter-se a compreensão do objeto de estudo de forma reflexiva e objetiva.

No primeiro capítulo abordaram-se as temáticas relativamente à Evolução Histórica do sistema de Proteção de Infância, desde a sua génese até à contemporaneidade, onde é efetuada também uma análise ao sistema de acolhimento entre o período 2006 a 2016. Neste capítulo é feita uma análise às alterações à Lei 147/99<sup>1</sup>, com a entrada em vigor da Lei 142/15<sup>2</sup>, e é feita também uma abordagem à Lei Tutelar Educativa. Também é desenvolvida uma abordagem teórica sobre a Institucionalização assente numa perspetiva ecossistémica. Por fim, abordam-se os mecanismos de proteção de dados cuja implementação irá preconizar algumas alterações no que concerne à sua aplicabilidade em contexto de acolhimento residencial.

No segundo capítulo, foi desenvolvida a caracterização do sistema de acolhimento em Portugal, onde se abordam determinados aspetos, como o fluxo de crianças caracterizadas pelo Relatório CASA, onde se analisa a distribuição de crianças/jovens por tipologia de resposta social, a distribuição de crianças/jovens por escalão etário, a escolaridade dos jovens acolhidos (nomeadamente ao nível das respostas educativas, pois estas crianças/jovens demonstram grandes dificuldades ao nível da aprendizagem). Por último, neste capítulo, é desenvolvida uma abordagem às medidas aplicadas no âmbito da promoção e proteção e dos processos tutelares cíveis e dos projetos de vida.

No capítulo terceiro, é abordada a temática da prática do assistente social no que diz respeito à praxis do serviço social, e quanto às formas de intervenção interdisciplinar, multidisciplinar e terapêutica. Neste capítulo, ainda se aborda a intervenção que é preconizada ao nível da autonomia no acolhimento residencial.

No quarto capítulo, foi desenvolvido tudo o que diz respeito ao método de pesquisa utilizado nesta investigação, nomeadamente quanto à natureza da mesma e visto tratar-se de um estudo de caso, dado ser a forma mais adequada para desenvolver uma investigação desta natureza, foi definido o universo de pesquisa e a amostra de estudo. Abordou-se ainda as principais técnicas de recolha de dados, nomeadamente a análise documental e o instrumento privilegiado de recolha de dados, que consistiu na aplicação de entrevistas semi-estruturadas, que permitiu obter a informação pertinente para se desenvolver a análise de conteúdos, como forma de análise e interpretação dos dados.

---

<sup>1</sup> Lei de Promoção de Proteção n.º14/7/99, publicada a 1 de setembro de 2009

<sup>2</sup> Lei de Promoção de Proteção n.º142/15, publicada a 15 de setembro de 2015

No capítulo quinto, foi efetuada a análise de conteúdos e a interpretação da informação recolhida. Concluímos com a apresentação da conclusão e as perspetivas futuras.

Finalizamos com a bibliografia que serviu de suporte teórico conceptual e metodológico desta investigação.

## **CAPÍTULO I - A Evolução Histórica na Proteção em Matéria de Infância em Portugal**

### **1. Evolução Histórica**

*“Os Estados Partes comprometem-se a garantir à criança a proteção e os cuidados necessários ao seu bem-estar, tendo em conta os direitos e deveres dos pais, representantes legais ou outras pessoas que a tenham legalmente a seu cargo e, para este efeito, tomam todas as medidas legislativas e administrativas adequadas”*

(Convenção sobre os Direitos da Criança, em UNICEF, p:5)

A primeira instituição direcionada a acolher crianças órfãs e abandonadas, surge no século XIII, sendo conhecida como o Hospício dos Enjeitados. Fundado em Lisboa, foi promovido por D. Beatriz, mulher de D. Afonso III. Posteriormente, em 1321, a Rainha Santa Isabel criou o Hospital de Meninos de Santarém Graça, 2000. No decorrer do século XV, começam a surgir as primeiras medidas de proteção à infância, para as crianças órfãs e vítimas de abandono. Por iniciativa de D. Leonor e D. Manuel, começam a aparecer várias instituições para o acolhimento de crianças nestas condições, nas zonas de Lisboa e Porto (Vilaverde, 2000).

No século XV e XVI, surgiram as Misericórdias, dando-se também início ao cooperativismo, sendo estas estruturas na sua maioria organizadas com carácter religioso e laicas. No entanto a sua intervenção era assente numa perspetiva para a prática de caridade, do assistencialismo e beneficência para crianças, idosos, pobres e presos. Mais tarde, criaram-se outros equipamentos de assistência e de educação para as crianças abandonadas, órfãs e pobres, assim como outros equipamento designados de hospícios, orfanatos, seminários, recolhimentos, colégios, asilos, etc (Martins, 2006).

Entre os anos 1911- 1919, foi desenvolvida e criada a Lei de Proteção à Infância. Com esta nova Lei, houve a necessidade de se criarem estruturas Judiciais, tendo sido criados em Lisboa, Porto e Coimbra os primeiros Tribunais em matéria de menores. Estes tinham como objetivo principal a aplicação de medidas de proteção, com vista à promoção e defesa dos direitos das crianças. Nos primeiros tempos os Tribunais tinham como designação de Tutorias de Infância, com funcionamento em Lisboa, e para crianças maltratadas, desamparadas e delinquentes (art.º 1º da Lei de Proteção à Infância, 1911)<sup>3</sup>. Com aparecimento desta Lei, foram criadas Instituições de apoio à infância, nomeadamente a “Tutoria da Infância, Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças”, tal como refere o (art.º 2º da Lei de Proteção à Infância, 1911)<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Lei de Proteção à Infância , de 27 de maio de 1911, art.º1

<sup>4</sup> Lei de Proteção à Infância, de 27 de maio de 1911, art.º2

Com a publicação da Lei de 27 de Maio, assente noutra perspetiva, passa-se a ter em conta o superior interesse da criança, para aquelas crianças que se encontram em situação de vulnerabilidade social, e tem como finalidade: “...Prevenir não só os males sociais que podem produzir a perversão ou o crime entre os menores do mesmo sexo de menos de dezasseis completos, ou comprometer a sua vida ou saúde; mas também de curar os efeitos desses males...” (Art.º1.,LPI) Esta Tutoria era constituída por um Tribunal Coletivo Especial, em que o seu objetivo de atuação era guardar, defender e proteger menores que se encontravam em situações de perigo moral, desamparados ou delinquentes, com uma intervenção preconizada da educação e do trabalho. Em cada Tutoria existia um refúgio, conceito designado na época. Este refúgio tinha um caracter de estabelecimento/equipamento de detenção preventiva, e tinha como função acolher de forma temporária menores que se encontrassem em perigo moral, abandonados ou maltratados, tal como estava contemplado no (art.º 1º da Lei de Proteção à Infância, 1911). Podemos assim dizer, que estas detêm um caracter preventivo e tutelar, tal como já mencionado e têm como objetivo social “ (...) guardar, proteger e defender os menores em perigo moral, desamparadas e delinquentes, encarando estes com seres carenciados de proteção...” ( Reis, 209, p.23).

Existiam na época três tipos de refúgios, os de primeira classe, junto das Tutorias de Lisboa, Porto e Coimbra, e os designados de segunda e terceira classe, que funcionavam junto das Tutorias de Comarca. No que diz respeito à Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças, esta tinha como objetivo a união jurídica, moral e facultativa das várias instituições, quer estas fossem oficiais ou particulares como de propaganda, educação e patronato, tal como reporta o (art.º 112º da Lei de proteção à Infância, 1911)<sup>5</sup>. No ano de 1962, foi criado o Decreto-Lei 4428 de 20/04/1962, onde surgiu a Organização Tutelar de Menores (OTM)<sup>6</sup>, assente nos ideais do modelo político autoritário que vigorava à data. Com este decreto-lei, os Tribunais de Menores e Família começaram a usufruir de um serviço de apoio social. De acordo com o art.º 6º n.º 2 da OTM de 1962, o serviço de apoio social era intervencionado pelos Assistentes/Auxiliares Sociais da Direção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores, que tinham como objetivo e papel desenvolver a sua ação enquanto atores de apoio social.

Nos anos sessenta, os estabelecimentos tutelares, nomeadamente, centros de observação, institutos médico-psicológicos, institutos de reeducação, lares de semi-internamento, lares de semi-abertos e lares de patronato tinham como principais objetivos a reintegração social dos menores que estavam à sua responsabilidade, bem como a observação, execução de medidas de prevenção criminal e ação de proteção. Os Centros de Observação também tinham a responsabilidade de efetuar estudos sobre os menores que estavam sob uma Medida Tutelar, “definindo as suas qualidades, defeitos de carácter, conhecimentos, aptidões e tendências, a investigar as condições do meio familiar e social...” (art.º 111º da OTM de 1962). Estes estavam organizados por género da população-alvo de forma

---

<sup>5</sup> Lei de Proteção à Infância, de 27 de maio de 1911, art.º112

<sup>6</sup> Organização Tutelar de Menores, Decreto-lei 4428, de 24 de abril de 1962

independente, de acordo com o (art.º 114º da OTM de 1962): receção primária (observação era efetuada através do contacto pessoal entre o menor acolhido e o educador), observação inicial individual (tinha como função também efetuar a seleção dos menores deficientes/irregulares para observação e encaminhamento para tratamento em caso de necessidade para estabelecimentos especializados na matéria), observação em vida comunitária (consistia na observação do menor nos diversos contextos ao nível social, escolar e disciplinar), serviço social externo (tinha como função a reintegração social dos menores), serviços médicos e de observação (onde se realizava o estudo da personalidade dos menores, das capacidades intelectuais e aptidões, assim como se procedia à orientação profissional/vocacional para facilitar a realização/elaboração dos projetos de vida dos menores).

Os Lares de Semi-Internato, tinham como função a reintegração social dos menores onde era aplicada uma medida de prevenção criminal, com recurso à institucionalização, num ambiente estruturante e com um ambiente familiar, em que os menores desenvolviam uma atividade profissional ou escolar. Os Lares de Semiliberdade tinham como objetivo assegurar a transição dos menores entre a Institucionalização e a Liberdade, com a sua reinserção/integração na comunidade/sociedade e na inserção profissional no mercado de trabalho. Por último, os Lares de Patronato destinavam-se a acolher temporariamente “antigos internados”, que devido a vários motivos, nomeadamente, familiares, económicos, entre outros, necessitavam do apoio destes serviços.

Com a Revolução do 25 de Abril de 1974 em Portugal, urge a necessidade de se criar a Comissão de Proteção de Menores (CPCJ). No entanto, esta necessidade acabou por não se realizar, apesar da urgência da criação de uma entidade desta natureza. Posteriormente, no ano de 1978, através da criação do Decreto-Lei 314/78 de 27 de Outubro<sup>7</sup>, se veio preconizar uma retificação da Organização Tutelar de Menores (OTM), dando origem à criação dos Centros de Observação e Ação Social (COAS) de Órgãos de gestão designados de Comissões de Proteção.

Recuando no tempo e para melhor compreensão da legislação em matéria de Proteção da Infância, importa referir que no ano de 1944, foi criado Decreto-Lei, nº 33547 de 24/02,<sup>8</sup> que veio alterar a denominação das tutorias para Tribunais de Menores. Com a Criação da lei 82/77<sup>9</sup>, verificou-se uma divisão entre Tribunais de Menores e Tribunais de Família, sendo da competência dos Tribunais de Família a separação de bens e pessoas e de divórcio, entre outras.

Com o Decreto-Lei 549/77 e 31/12<sup>10</sup>, no que concerne à Lei Orgânica do Ministério dos Assuntos Sociais, foi constituída a Direcção-Geral da Segurança Social, que intervinha nas áreas da Infância e Juventude, Terceira Idade, Comunidade, Reabilitação e Integração Social e Família e População ativa. Neste período, foi criada, em 1980, a Secretaria de Estado da Família, conforme consta

---

<sup>7</sup> Decreto-Lei n.º 314/78, de 27 de outubro de 1978 – retificação da OTM

<sup>8</sup> Decreto-Lei n.º 33547, de 24 de fevereiro de 1944 – criação das denominadas Tutorias

<sup>9</sup> Lei n.º 82/77, 6 de dezembro de 1977. Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais

<sup>10</sup> Decreto-Lei n.º 549/77, de 31 de dezembro de 1977 – Constituição da Direcção Geral da Segurança Social

no Decreto-Lei 304/82 de 31/6. A criação do Decreto-lei nº 344-A/83<sup>11</sup>, 25/6, originou a criação do Ministério do Trabalho e Segurança Social, que passou a Tutelar os Serviços da Secretaria do Estado do Trabalho, da Segurança Social e da Família, do Emprego, os Serviços do Ministério dos Assuntos Sociais, assim como também passou a tutelar a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

Atualmente, o Ministério da Solidariedade Social, tem como competências a criação de estruturas de apoio à família, em matéria de infância e juventude, tais como: Centros de Acolhimentos Temporários, Lares de Infância e Juventude em risco, Creches e Jardim-de-Infância, para distintas classes sociais e faixas etárias; serviços de ação social local, com o intuito de apoiarem economicamente e socialmente os indivíduos em situação de vulnerabilidade social, diagnosticarem e estudarem as situações em que os menores se encontrem em risco, assim como criar um conjunto de estratégias de prevenção; acompanhamento social às famílias disfuncionais ou situação de vulnerabilidade social, prevendo também a criação de respostas alternativas ao acolhimento de menores órfãos, maltratados, abandonados, em perigo moral e negligenciados conjuntamente com os Tribunais com competência na área da Infância e Família, como por: exemplo: famílias de acolhimento, amas e Centros de Acolhimento Temporário.

Através Decreto-Lei 119/83, 25/2, foi aprovado o estatuto das IPSS, excetuando-se a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. De acordo com este Decreto, as IPSS são Instituições Particulares de Solidariedade Social sem fins lucrativos, criadas por iniciativa de particulares, administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico, em que a sua função de intervenção passa por prestar apoio às crianças e jovens, apoiar as famílias, proteção na velhice, promover a proteção na área da saúde, entre outros. Atualmente são as IPSS que asseguram e concretizam as políticas públicas ao nível social do Estado Social Português, devendo estas no entanto ter um papel mais ativo na criação dessas mesmas Políticas Públicas Sociais, uma vez que estas entidades asseguram o papel do Estado a este nível, são assim parceiras importantes do Estado no combate aos problemas sociais existentes.

No decurso do ano 1992, com a Resolução do Conselho de Ministros nº 30/92<sup>12</sup>, foi fundado um Projeto Interministerial de Apoio à Família e à Criança (PAFAC), em que faziam parte os ministérios da justiça, emprego, saúde e segurança social. A (PAFAC), tratava-se de um projeto Interministerial de carácter nacional para apoiar a criança maltratada e sua família. Este programa implementou um programa específico destinado aos maus- tratos infantis, com o objetivo de prevenir que os maltratados no futuro fossem maltratantes. Foram criados também serviços de apoio à criança maltratada, através da intervenção de equipas psicossociais de intervenção familiar, em funcionamento com a colaboração dos núcleos hospitalares; linha de emergência criança maltratada e equipas de intervenção na crise que

---

<sup>11</sup> Decreto-lei nº 344-A/83, de 25 de junho de 1983 – Criação do Ministério do Trabalho e da Segurança Social

<sup>12</sup> Resolução do Conselho de Ministros, de 18 de agosto de 1992 – Criação do Projeto (PAFAC)

intervêm em situações de emergência infantil e dão resposta às solicitações/sinalizações recebidas telefonicamente por parte dos vizinhos, amigos e comunidade em geral.

Entre 1999 e 2006, procedeu-se a uma significativa reforma do direito de menores em Portugal com a publicação da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, através da criação da Lei nº 147/99 de 1 de Setembro e da Lei Tutelar Educativa, Lei nº166/99<sup>13</sup> de 14 de setembro.

## 2. Análise da evolução do sistema de Acolhimento entre 2006-2016, por escalão etário

A presente tabela demonstra a evolução do sistema de acolhimento entre 2006- 2016, o que nos ajuda a ter uma perceção quanto ao número de jovens acolhidos, de acordo com as suas faixas etárias, ao longo de uma década do sistema de acolhimento português, no âmbito da proteção da infância e juventude.

	<b>0-3 anos</b>	<b>4-5 anos</b>	<b>6-9 anos</b>	<b>10 -11 anos</b>	<b>12-14 anos</b>	<b>15-17 anos</b>	<b>18-20 anos</b>
<b>2016</b>	735	337	833	594	1588	2914	1174
<b>2015</b>	745	352	885	678	1738	3046	1156
<b>2014</b>	735	361	880	686	1784	2369	1055
<b>2013</b>	747	357	928	725	1903	2969	946
<b>2012</b>	790	403	954	774	1948	2744	944
<b>2011</b>	817	411	1077	883	2070	2703	577
<b>2010</b>	858	411	1185	953	2183	2606	910
<b>2009</b>	861	490	1339	1057	2233	2584	954
<b>2008</b>	790	439	1435	1116	2204	2650	1186
<b>2007</b>	974	547	1715	1216	2552	2876	1414
<b>2006</b>	927	587	1946	1416	2788	3183	1391

Tabela n 1.º - Evolução do sistema de Acolhimento entre 2006-2016, por escalão etário

Conforme se pode observar na tabela anterior, o número de crianças entre os 0 e os 14 anos, em regra, tem vindo a decrescer em proporções diferentes nos três escalões, sendo que em 2016 e relativamente a 2006, estavam menos 192 crianças dos 0 aos 3 anos, 250 crianças dos 4 aos 5 anos, 1113 crianças entre os 6 e 9 anos, 822 crianças entre os 10 e os 11 anos e 1200 crianças entre os 12 e 14 anos.

Já as oscilações no grupo de jovens com idades compreendidas entre os 15 e 17 anos de idade, grupo que se destaca claramente como prevalente, bem como no grupo dos 18 a 20 anos, são em regra, no sentido crescente, sobretudo no que diz respeito aos que se encontram no limite da idade legal para sua proteção (18-20 anos) e devido à inexistência de outro Projeto de Vida que não seja a autonomização. No entanto existe um outro fator que não é subjacente à compreensão deste fenómeno: os jovens nesta

<sup>13</sup> Lei Tutelar Educativa, Lei nº166/99, de 14 de setembro de 1999, prevê a penalização criminal de jovens infratores com idades a partir dos 14 anos

faixa etária estão a chegar às respostas de sociais de acolhimento mais tarde, em relação ao que acontecia nos sistemas de acolhimento; em regra estes jovens são acolhidos devido a comportamentos disruptivos, comportamentos desviantes, sendo ao mesmo tempo um desafio intervir no âmbito de novas problemáticas que estão a surgir tardiamente e que carecem de uma intervenção multi/interdisciplinar especializada e terapêutica mais prolongada, conceitos esses que serão abordados neste trabalho de investigação posteriormente.

### **3. Alterações à lei 147/99 com a criação da Lei 142/2015**

As principais alterações impostas pela Lei n.º 142/2015<sup>14</sup>, de 8 de setembro de 2015, à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro de 1999 e alterada pela Lei 31/2003<sup>15</sup>, de 22 de agosto de 2003, verifica-se cada vez mais a preocupação quanto à promoção e proteção dos direitos da criança, sendo vista como um sujeito de direitos. As alterações emanadas nesta Lei têm como objetivo operacionalizar o funcionamento das entidades competentes, potenciar e reforçar o papel das instituições sociais no âmbito da prevenção de situações de perigo. Tem também como objetivo reforçar a articulação da intervenção de base, sempre com o intuito de promover os direitos das crianças e dos jovens. Efetuou-se uma revisão profunda quanto à prestação de apoio logístico e financeiro por parte do Estado ao funcionamento das comissões de proteção. Desta revisão é de salientar o esclarecimento, a densificação e expansão do apoio prestado, de modo a colmatar os constrangimentos que as comissões de proteção revelam ao nível do seu funcionamento. É de registar ainda que estas alterações promoveram a criação de comissões intermunicipais, o que facilita a redefinição de competências territoriais e uma descentralização da proteção. No que concerne à duração dos mandatos dos presidentes, as alterações efetuadas pretendem aproveitar a motivação, conhecimento e experiência, criando a possibilidade do exercício efetivo e a tempo inteiro para estes cargos. Esta alteração pretende, deste modo, capacitar a presidência das comissões para assegurar a articulação com a rede social e a concertação com os diversos serviços da comunidade local. As alterações de 2015 permanecem em vigência, pelo que ao nível da intervenção judicial verifica-se agora, um novo posicionamento perante os casos em que existem crimes praticados pelos menores, pretende-se agilizar a interação entre o processo-crime e o processo de promoção e proteção, passando este a instaurar-se em instância judicial.

As medidas de promoção e proteção em regime de colocação também sofreram mudanças. Segundo a Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, deve-se atribuir primazia ao acolhimento familiar relativamente ao acolhimento residencial, principalmente quando as crianças têm idade inferior a seis anos. No entanto, não se verifica uma grande aceitação desta prática por parte das famílias portuguesas.

---

<sup>14</sup> Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro de 2015, nesta Lei lei estão contempladas alterações à Lei n.º 147/99

<sup>15</sup> Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto. Altera o Código Civil e a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

Uma alteração relevante, diz respeito à denominação de acolhimento institucional que passou a designar-se acolhimento residencial. O acolhimento residencial tem lugar em casa de acolhimento e obedece a modelos de intervenção socioeducativos adequados às crianças e jovens. As casas de acolhimento podem organizar-se por unidades especializadas, nomeadamente: casas de acolhimento para resposta em situações de emergência, casas de acolhimento para resposta a problemáticas específicas e necessidades de intervenção educativa e terapêutica, apartamentos de autonomização para promover a autonomia dos jovens. Para além destas respostas sociais de acolhimento, existem instituições que desenvolvem respostas residenciais, nas áreas da educação especial e da saúde, e podem executar medidas de acolhimento residencial relativamente a crianças ou jovens com deficiência permanente, doenças crónicas de carácter grave, perturbação psiquiátrica ou comportamentos aditivos, garantindo os cuidados socioeducativos e terapêuticos a prestar no âmbito da execução da medida (art.º 50.º Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro).

O governo de Portugal em 2015, de modo a promover a agilização dos processos, e no sentido de reforçar as garantias dos intervenientes processuais e de dar oportunidade de resposta de proteção, introduziu alterações ao nível do processo judicial de promoção e proteção, dispensando o debate judicial em sede de revisão das medidas e em todas as situações que não esteja em causa a substituição da medida ou a prorrogação de execução de medida de colocação. Estas alterações preveem, quanto à matéria de formação de decisões de adotabilidade e segundo interesse da criança adotanda, a autorização de manutenção de contacto entre fratrias e não como acontecia anteriormente que separavam os irmãos. As alterações produzidas pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, tem também como funcionalidade a simplificação e racionalização dos procedimentos, de forma a diminuírem a morosidade judicial.

Mais tarde, após um breve interregno da aplicação desta medida de política social junto das Instituições, aquando da tomada de posse por parte do Governo Socialista, foi substituído o Plano DOM pelo Plano SERE+ (Sensibilizar, Envolver, Renovar a Esperança), que preconiza as mesmas ações que o Plano Anterior. Estas medidas têm como objetivo qualificar as Equipas Técnicas e Educativas e aumentar o quadro de pessoal, quando necessário. É de salientar que com a aplicação desta medida, as Instituições começaram a ter uma supervisão externa, que é uma mais-valia em todos os sentidos, visto tratar-se de um outsider que trás uma visão externa analítica e reflexiva sobre a vida da resposta social, a todos os níveis.

Assim, de acordo com ideia de (Alves, 2007), o Sistema de Promoção e Proteção é organizado num sistema piramidal com vista à desjudialização da intervenção.

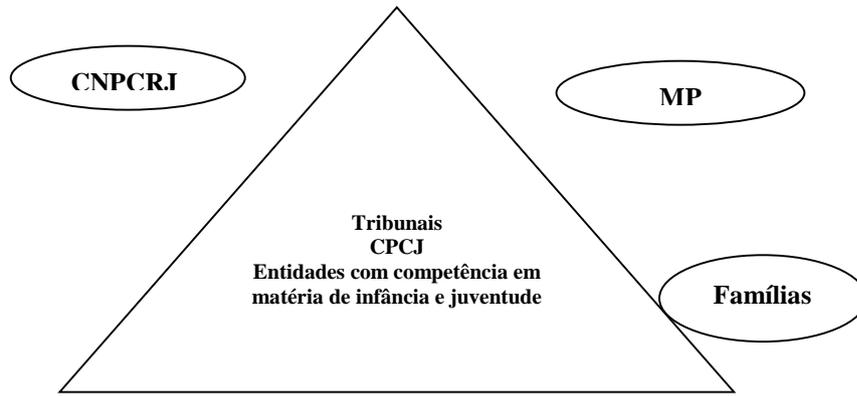


Figura 1- Modelo piramidal do sistema de Promoção e Proteção de crianças e jovens em Perigo

#### 4. Lei Tutelar Educativa (LTE)

Como foi mencionado anteriormente, a introdução da Lei Tutelar Educativa, Lei nº166/99 de 14 de Setembro, veio proceder à separação das crianças/jovens que estavam em situação de perigo e risco, que caso contrário seriam alvo de intervenção no âmbito da Promoção e Proteção dos jovens com práticas delinquentes e infrações de crimes. Esta Lei criou instrumentos em função do perfil de cada jovem infrator e de acordo com a moldura penal aplicada.

Na Lei tutelar Educativa, estão estipuladas respostas tipificadas (medidas tutelares) em função das factuais que demonstrem uma ofensa a bens jurídicos e afetem a ordem social, através da prática de crimes, praticadas por menores com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos. Estas respostas são importantes para o estabelecimento da ordem social. Nesta Lei estão contempladas medidas institucionais e medidas não institucionais. A medida Institucional consiste no internamento em Centro Educativo (CE), sendo que a execução da medida pode ser executada em vários regimes tais como: regime aberto, semiaberto ou fechado.

A medida de internamento está contemplada no art.º 17.º desta Lei e consiste “a medida de internamento visa proporcionar ao menor, por via de afastamento temporário do seu meio habitual e da utilização de programas e métodos pedagógicos, a interiorização de valores conformes ao direito e a aquisição de recursos que lhe permitem, no futuro, conduzir a sua vida de modo social e juridicamente responsável”.

Por outro lado, a aplicação da medida de acompanhamento educativo é a mais gravosa das medidas tutelares não institucionais, tendo objetivos iguais à aplicação da medida de internamento, no que concerne ao cumprimento de um Projeto Educativo Pessoal (PEP), que é efetuada pelos Serviços de Reinserção Social, mas distingue-se da medida de aplicação de internamento, onde se verifica a institucionalização do menor e um afastamento temporário do seu meio sociofamiliar e do quotidiano. A medida institucional, é considerada a mais gravosa devido ao fato da privação da liberdade, que

origina a restrição da autodeterminação pessoal por parte do menor. Deste modo, a medida institucional destina-se aos casos de maior gravidade, onde é essencial intervir ao nível das necessidades de socialização, proporcionando uma educação para o direito a uma futura reinserção na sociedade de forma adequada e responsável. Esta medida é sempre tomada de acordo com a decisão judicial, em cada situação específica e em função dos atos praticados pelos jovens infratores. Para a aplicação da medida de internamento em regime semiaberto ou fechado, além dos pressupostos gerais, é necessário o cumprimento dos pressupostos específicos contemplados no art.º 17.º, que dizem respeito tanto ao tipo/natureza, à moldura penal a aplicar, ao crime correspondente ao facto imputado pelo incumprimento da Lei.

De acordo com análise efetuada à lei, existe um pressuposto específico, no que concerne à aplicação da medida de internamento em regime fechado previsto no art.º 17.º-4/b), que é o fato do menor ter idade superior a 14 anos à data da aplicação da medida.

É importante que nenhuma medida não institucional, contemplada no art.º 4.º e regulada no art.º 9.º ao 16.º, seja aplicada em função da gravidade dos factos e as necessidades do menor de socialização, existentes aquando do momento da deliberação da decisão judicial.

Existem algumas diferenças quanto aos regimes de execução da medida de internamento, podendo-se dizer que estas consistem na realização de atividades no exterior do Centro Educativo, na possibilidade de saída ao exterior, acompanhada ou não, e na relação com comunidade com vista à sua futura reinserção na mesma.

Relativamente à duração das medidas de internamento institucionais, estas não podem “exceder o limite máximo da pena de prisão prevista para o crime correspondente ao facto”, sendo que a sua durabilidade encontra-se prevista nos limites mínimos e máximos que estão previstos no art.º 18. A duração mínima da medida de internamento em regime aberto e semiaberto é de três meses. No regime de execução fechado é de seis meses. A duração máxima no regime aberto e semiaberto é de dois anos, sendo que no regime de execução fechado tem como duração máxima dois anos, podendo ir aos três anos, “quando o menor tiver praticado facto qualificado como crime a que corresponda pena máxima, abstratamente aplicável, de prisão superior a oito anos, ou dois ou mais factos qualificados como crimes contra as pessoas a que corresponda a pena máxima, abstratamente aplicável, de prisão superior a cinco anos”.

Os regimes de execução da aplicação da medida de Internamento são os seguintes: Regime Aberto; Regime Semiaberto e Regime fechado, sendo aplicadas em função da idade e da prática criminal que levou à aplicação de uma medida desta natureza.

## **5. A Institucionalização - O antes e o agora em Portugal – Abordagem Ecológica**

A institucionalização de crianças/jovens tem uma longa tradição nas sociedades ocidentais. Num sentido mais lato, (Alberto, 2003), e com base nas ideias deste autor, a Institucionalização tem como objetivo prioritário defender/proteger a criança/jovem das condições desfavoráveis que é alvo no seu ambiente familiar e fomentar o seu desenvolvimento biopsicossocial. O autor (Alves, 2007), dá ênfase à atribuição às Instituições da responsabilidade da prestação dos cuidados de saúde, alimentação, de forma a promover o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e estabilidade emocional para além da vertente escolar, que é uma ferramenta de extrema importância para uma futura inserção na vida ativa.

No entender de (Alves,2007), em Portugal durante um certo período de anos, as Instituições eram de cariz fechado, assumindo duas vertentes: o internato, que por vezes estavam ligadas à Igreja, tal como já foi mencionado ao longo deste trabalho e as Instituições de acolhimento de jovens. Os primeiros acolhiam a população estudantil rural com fracos recursos económicos, abandonados órfãos, vítimas de maus tratos entre outras problemáticas, e os segundos recebiam crianças/jovens com comportamentos desviantes.

Atualmente, com a introdução de novas políticas sociais no âmbito da Promoção e Proteção, conjugando com o novo enquadramento legal de 2015, têm-se observado uma reorganização das estruturas organizacionais das Instituições. (Alves, 2007:64), refere que o objetivo destas Instituições do século passado, onde o paradigma de sustentação do acolhimento institucional, assentava na proteção da sociedade dos indivíduos menos desejáveis ou no amparo dos que não tinham ninguém que os apoiasse. Hoje em dia o paradigma é outro, é feito um trabalho de empowerment, com base numa abordagem ecológica e com derivadas formas de intervenção que aposta na integração das crianças e jovens na sociedade, fomentando-se a vertente mais educativa para os indivíduos acolhidos. Segundo (Alberto, 2003), a Institucionalização tem como objetivo prioritário defender/proteger a criança/jovem das condições desfavoráveis de que é alvo no seu ambiente familiar, e fomentar o seu desenvolvimento biopsicossocial.

Há um novo paradigma, que tem em conta o perfil de crianças/jovens que são acolhidos em função das suas problemáticas, e onde é desenvolvida uma ação inter-multidisciplinar, assente numa intervenção especializada e terapêutica, com base numa perspectiva de empowerment, e de acordo com uma abordagem ecológica, que aposta na integração das crianças e jovens na sociedade, fomentando-se a vertente de intervenção pessoal, social, familiar, educativa e integração na comunidade das crianças/jovens acolhidas, como forma facilitadora de integração do mercado de trabalho na transição para vida ativa e a sua consequente autonomia.

A infância é o resultado da sociedade moderna emergente, em que toda a sociedade depende das crianças para a sua existência e todas as crianças são dependes dos adultos para a sua sobrevivência. As

crianças são parte da construção da vida do adulto, que as cercam através das suas interações, e estão à merce do cumprimento das responsabilidades parentais. A família desempenha um papel social bastante importante nos diversos ciclos e fases de desenvolvimento de uma criança, desde a infância até atingir a idade adulta.

A autonomia está relacionada com o processo de socialização, onde o adolescente atinge a sua individualidade na sociedade, integrando-se socialmente, funcionando como suporte para a vida adulta e ativa. Este processo inicia-se nos primeiros anos de vida e prolonga-se por toda a vida, estando associado a uma componente comportamental e emocional que se reflete na vida quotidiana do indivíduo e nas decisões que este possa tomar e que podem mudar o rumo da vida de um adolescente.

Segundo alguns autores, existem vários tipos de autonomia, que fazem parte e constituem a identidade do indivíduo e traduzem a capacidade deste tomar decisões. Ter iniciativas, fazer escolhas e ser capaz de gerir a sua vida quotidiana de acordo com padrões sociais. De acordo com Fleming (2004), a formação da identidade só é possível face ao afastamento psicológico interno e ao distanciamento físico dos pais, desenvolvendo comportamentos de experimentação e autonomia, o mesmo se verifica no acolhimento, nomeadamente quando se trata de um acolhimento onde existe uma criação de vínculos entre as partes.

Por outro lado, alguns autores referem que é com o grupo de pares que o jovem desenvolve sentimentos de reciprocidade, estabelece relações de solidariedade, identidade social, independência e de autonomia a vários níveis.



Figura 2 - Posicionamento sobre o objeto de Investigação

Esta figura traduz bem o posicionamento face à questão a ser abordada: a Institucionalização é um processo que tem de ser analisado de forma holística, para se compreender os percursos e narrativas

dos jovens em acolhimento residencial, desde a problemática que deu origem ao seu acolhimento, ao período de acolhimento, às suas vivências institucionais e conseqüentemente ao seu processo de autonomização.

A Adolescência é um processo de passagem da infância à idade adulta, onde ocorrem transformações fisiológicas, afetivas, intelectuais e sociais vivenciadas na cultura em que o indivíduo se encontra integrado. Segundo Erikson, é na adolescência que o indivíduo, sente a necessidade de tornar-se autônomo, de se separar psicologicamente dos pais ou de outras figuras significativas na sua vida. A autonomia é tarefa central do período de adolescência, Não se pode dizer que existem receitas ou métodos menos rigorosos ou mais rigorosos para promover a autonomia.

Tal como foi mencionado anteriormente, de modo a compreender-se os percursos e narrativas dos jovens em acolhimento residencial, desde a problemática que deu origem ao seu acolhimento, ao período de acolhimento e às influências que este exerce na vida destes jovens, que têm como Projeto de Vida a autonomização, é importante face á questão de partida perceber “Qual o significado/percepção atribuído pelos jovens ao seu processo de autonomização”, através do recurso a conceitos que nos ajudam a compreender melhor este fenómeno, que é fortemente marcado pela Institucionalização.

A infância é um ciclo de desenvolvimento que é fortemente marcado pela influência que os progenitores exercem sobre o seu descendente. A adolescência é fortemente marcada pela necessidade de criação de identidade e de conseqüente autonomia, podendo esta ser vista a vários níveis, capacitando o indivíduo para tomar as suas escolhas, tomar opções e decidir sobre a sua vida de acordo com as suas aspirações, motivações e expectativas. A forma como o indivíduo encara a institucionalização é fundamental para seu desenvolvimento emocional e psíquico, vendo a Instituição como uma alternativa de vida que pode assegurar o seu desenvolvimento biopsicossocial de forma sustentada e promover a sua autonomia. Este posicionamento do jovem face à sua institucionalização permite delinear o seu Projeto de Vida de forma mais participativa e com objetivos e metas claras, de acordo com os anseios do jovem para o seu futuro.

Ao desenvolver-se este quadro teórico e posicionamento face ao tema a abordar, torna-se pertinente abordar as crianças/jovens, como sujeitos ativos desta multiplicidade de interações, relações sociais e contextos sociais. Neste sentido, irá desenvolver-se uma abordagem ecossistémica que tenha em conta todas as variáveis inerentes a um percurso institucional, onde o principal objetivo é satisfazer as necessidades das crianças/jovens e zelar pelo seu superior interesse, que inclui todos os aspetos que as rodeiam.

A abordagem ecossistémica para o serviço social, surge do modelo proposto por German e Glitterman (1980), proveniente do pensamento sistémico, contudo traz novas contribuições o estudo e compreensão do indivíduo, dos sistemas do qual faz parte e dos fatores ambientais. A ecologia possibilita-nos a compreensão da multiplicidade e reciprocidade de relações entre os indivíduos e os

diversos contextos. Pode-se afirmar que este conceito centra-se na transação dos indivíduos, com o meio físico e social, grupos e as Instituições.

A teoria ecossistémica defendida por (Bronfenbrenner, 1979) diz-nos que para melhor compreensão das dinâmicas sociais, é necessário a compreensão das interações dos indivíduos uns com outros e com os vários sistemas com que interagem nos vários ciclos de vida. De acordo com esta perspetiva ecossistémica, os indivíduos estão num processo de desenvolvimento constante e dinâmico, onde podem passar por vários contextos. Desta forma, os indivíduos participam e modificam os acontecimentos contextuais, visto que são agentes de mudança, reestruturando assim esses mesmos contextos. Podemos dizer que todos os indivíduos têm problemas, no entanto é necessário perceber os seus contextos de vida, os seus percursos, as oportunidades que tiveram no decorrer das suas vidas, assim como compreender em que medida os fatores ambientais e a própria organização da sociedade tem influência nas suas trajetórias e histórias de vida.

Em suma, o impacto da institucionalização, seja ela de curta ou longa duração, onde os jovens desenvolvem os seus percursos de vida, criam aspirações e objetivos e criam sentimentos, significados e perceções, face a um futuro de autonomização, que é o que se pretende abordar ao se desenvolver este tema. Pode-se dizer que é mediado pela capacidade que os jovens têm de se adaptar ao contexto em que estão inseridos, dado que com o término do acolhimento, estes terão de se integrar nos contextos normalizados da vida em sociedade e autonomizarem-se através da transição para a vida adulta.

## **6. Mecanismos De Proteção De Dados - Instrumentos legais na proteção de dados**

A introdução da Diretiva 95/46/CE e Diretiva 2002/58/CE (que revoga a Diretiva 95/46/CE), criadas pela Comunidade Europeia, visam essencialmente a proteção de dados de pessoas singulares em todos os estados membros, e foram instrumentos bastantes importantes para a criação do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho Europeu de 27 de abril de 2016, que regula a proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

A implementação desta Diretiva e a consequente aplicação do regulamento irá ter repercussões nas mais diversas áreas da sociedade, nomeadamente nas empresas, instituições, organismos públicos e entidades privadas, que detenham dados pessoais das pessoas, que agora passam a ser alvo de exigências legais provenientes desta normativa, com a sua entrada em vigor, a 25 de maio de 2018. Todas as entidades que interagem com as Instituições de Acolhimento, tal como os serviços educativos, justiça, saúde e segurança social, têm de obedecer aos imperativos legais emanados no referido regulamento (que levanta grandes discussões). No entanto, em todas as situações, prevalece sempre o superior interesse da criança.

A Aplicação desta Diretiva e do Regulamento (UE) 2016/679, terá um impacto bastante elevado em todas as organizações, dado que estas precisam de tempo para se adaptarem a esta nova realidade no que concerne à proteção de dados, pois a mesma produz alterações a nível administrativo e organizacional.

Com base nos vários dos instrumentos internacionais, é considerada criança quem tiver idade inferior a 18 anos, a menos que tenha adquirido a maioridade legal antes dessa idade.

Uma criança é um ser humano completo, que goza de todos os direitos da pessoa, incluindo o direito à proteção dos seus dados pessoais. Contudo, a criança está numa situação especial, que deve ser vista a partir de duas perspetivas: "... a estática e a dinâmica..." (Turk, Alex. 2009:3). "... Do ponto de vista estático, a criança é uma pessoa que ainda não alcançou a maturidade física e psicológica. Do ponto de vista dinâmico, a criança encontra-se num processo de desenvolvimento físico e mental que a levará a tornar-se um adulto. Os direitos da criança e o exercício desses direitos - incluindo o direito à proteção dos dados - devem ser expressos de uma forma que reconheça ambas as perspetivas..." (Turk, Alex. 2009:4-5)

Todos esses princípios que estão contemplados nesta Diretiva e na posterior criação do Regulamento, foram elaborados com base nos instrumentos internacionais fundamentais aplicáveis.

Alguns destes instrumentos referem-se aos direitos humanos em geral, que tem regras específicas relativas às crianças. Sendo os mais relevantes:

- Declaração Universal dos Direitos do Homem de 10.12.1948 – artigo 25.º e n.º 3 do artigo 26.º;
- Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais de 4.11.1950 - artigo 8.º;
- Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia de 7.12.2000 - artigo 24.º 2.

Outros instrumentos diretamente relacionados com os direitos da criança são:

- Declaração de Genebra sobre os direitos da criança de 1923;
- Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança de 20.11.1989;
- Convenção Europeia sobre o exercício dos direitos das crianças, Conselho da Europa, n.º 160 de 25.1.1963.

Face ao exposto e para uma melhor compreensão irá efetuar-se referência aos princípios orientadores desta diretiva.

<b>Qualidade dos dados</b>	<b>Direitos dos titulares dos dados (Crianças/Jovens)</b>
1. Lealdade	2. Direito a ser informado
2. Proporcionalidade e pertinência dos dados	3. Direito de acesso
3. Conservação dos dados	4. Direito de retificação, apagamento ou bloqueio
4. Legitimidade	5. Direito de Oposição
5. Segurança dos dados	6. Notificação

Tabela n.º 2 – Princípios orientadores da Regulamentação Geral de Proteção de Dados<sup>16</sup>

Após análise da Diretiva 95/46/CE e da Diretiva 2002/58/CE, criadas pela Comunidade Europeia, que visam essencialmente a proteção de dados de pessoas singulares em todos os estados membros, e foram instrumentos bastantes importantes para a criação do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho Europeu de 27 de abril de 2016, é necessário efetuar um estudo exaustivo sobre o Regulamento acima referido, uma vez que o mesmo terá uma aplicação em todos os sectores do mundo organizacional e institucional.

No acolhimento Residencial, trabalha-se com todo o tipo de informações das Crianças/Jovens e das suas famílias, informações essas consideradas dados sensíveis, tendo em conta este novo Regulamento. Esta nova realidade leva a que sejam criados mecanismos de proteção de dados e procedimentos administrativos e burocráticos, que não existiam antes da aplicação deste Regulamento, que tem os seus princípios orientadores e contempla os Direitos aos Titulares de Dados e vem ao mesmo tempo garantir o respeito pelos Direitos Humanos, nestes caso mais especificamente das crianças/jovens que se encontram a mercê das vontades e políticas de Administração das Instituições.

É de referir que para além dos códigos de ética e deontológica a que os profissionais que trabalham com esta população alvo estão sujeitos, agora têm de se adaptar a esta nova realidade que vem proteger os Direitos Humanos e os Direitos da Criança e assegurar que é respeitada e garantida a proteção de dados destas crianças, em de situação de Vulnerabilidade social.

O papel das autoridades de proteção dos dados tem quatro vertentes: educar e informar, sobretudo as crianças e as autoridades responsáveis pelo bem-estar dos jovens; influenciar os decisores políticos para que tomem as decisões corretas no que respeita às crianças e à privacidade; sensibilizar os responsáveis pelo tratamento dos dados para as suas obrigações; utilizar os seus poderes contra a violação das normas ou o desrespeito dos códigos de conduta ou das melhores práticas neste domínio.

Por outro lado, as crianças devem ser sensibilizadas para sejam estas a ter a consciência da necessidade de proteger os seus dados pessoais. Com base neste critério, deverá assim promover-se a

<sup>16</sup> Fonte: Informação extraída da Diretiva 95/46/CE da Diretiva 2002/58/CE

eficácia da participação gradual das crianças na proteção dos seus dados pessoais (desde a consulta até à decisão).

Por fim, considera-se que esta temática, nomeadamente com a sua aplicação no contexto de acolhimento residencial a partir de 25 de maio de 2018, seria uma boa temática de investigação para se compreender melhor a sua aplicabilidade nas respostas de acolhimento residencial.

## CAPÍTULO II - Caracterização do Acolhimento em Portugal

### 1. Fluxo das crianças e jovens caracterizados no sistema de acolhimento

Esta caracterização foi efetuada com os dados provenientes da Caracterização Anual do Sistema de Acolhimento (CASA)<sup>17</sup>, referente ao ano 2016.

A caracterização da situação das crianças e jovens dos 0 aos 20 anos, no sistema de acolhimento familiar e residencial, no ano de 2016, abrangeu um **total 10.688 crianças e jovens**. A evolução do número de crianças e jovens caracterizados registou um decréscimo, entre os anos 2006 e 2016, traduzido em menos 4.328 (29%).



Gráfico 1 - Evolução do número de crianças e jovens caracterizados entre 2006 e 2016 (Nº10688), Fonte Relatório Casa 2016.

Das 10.688 crianças/ jovens caracterizados no ano de 2016, 8.175 encontravam-se em situação de acolhimento, sendo que 5.779 crianças/jovens iniciaram o acolhimento em anos anteriores e 2.396 crianças/jovens iniciaram o acolhimento no referido ano de análise. Relativamente à cessação da medida de acolhimento residencial, 387 crianças/jovens cessaram o acolhimento iniciado no ano de 2016 e 2.126 cessaram o acolhimento iniciado em anos anteriores.

Da análise da situação das crianças e jovens em acolhimento, em termos comparativos face ao ano anterior, regista-se um decréscimo de 5%; mas verifica-se um aumento no número de novas entradas no sistema e uma redução do número de saídas. Esta situação poderia levar a um crescimento do nº de

<sup>17</sup> Casa – Relatório de Caracterização Anual do Sistema de Acolhimento

crianças e jovens acolhidos, crescimento esse não contemplado neste relatório, o que decorre devido a dois fatores:

- a eliminação das duplicações de registos, referida anteriormente;
- a não caracterização dos jovens com 21 anos e mais (N = 308) que se mantêm em acolhimento, dado que as medidas de promoção e proteção que são aplicadas até aos 18 anos, apenas podem ser prorrogadas até aos 21 anos (e mais recentemente até aos 25 anos) apenas por solicitação do próprio jovem.

Importa referir que embora excluídos da presente caracterização pelas razões enunciadas, estes jovens com 21 e mais anos são reais e efetivos no sistema de acolhimento e devem ser um foco de preocupação para o Estado, face à falta de proteção que lhes é devida. Esta preocupação ganhou recentemente corpo legal na aprovação da 3ª alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, que estende a proteção até aos 25 anos, caso a mesma seja solicitada.

Relativamente às crianças e jovens que cessaram a medida de acolhimento residencial, são de salientar alguns aspetos: os distritos de Lisboa com 511 casos e Porto com mais 426 casos. Nestes distritos verifica-se uma maior incidência para a cessação do acolhimento. Seguidamente surgem os distritos de Aveiro com 182 casos, Setúbal com 170 casos e Braga com 150 casos. Os distritos da Guarda com 18 casos, Portalegre com 30 casos, Castelo Branco com 31 casos, Évora com 35 casos e Bragança com 40 casos, registaram menos crianças e jovens a cessarem a situação de acolhimento. O distrito da Guarda diminuiu o número de cessações comparados os casos de cessação de medida relativamente a 2015 e 2016. Verifica-se que no ano mencionado registaram-se 40 casos de cessação de medida e no ano de 2016 verificaram-se 18 casos em que foi aplicada esta medida.

Como tem sido constatável nos relatórios dos anos anteriores, relativamente ao sistema de acolhimento, nomeadamente à sua caracterização a nível nacional, verifica-se que no sistema de acolhimento existe um maior número de criança/jovens do género masculino – 4.307 rapazes, quanto ao número do género feminino – 3.868. É de referir que os distritos que menos acolhem crianças/jovens são os distritos de Évora com 124 acolhimentos, Viana do Castelo com 164 acolhimentos, Portalegre e Beja, com 168 acolhimentos. Não se pode avaliar sem ter em conta ou a variável de existência de respostas sociais desta natureza ou a dificuldade de intervenção no desenvolvimento dos projetos de vida.

## **2. Distribuição por tipologia de resposta social**

As respostas sociais como os LIJ e CAT, são as que mais acolhem crianças/jovens. Nestas respostas sociais estão acolhidos 7.149 crianças/jovens.

Por outro lado, verifica-se que 576 crianças/jovens, em medida de proteção no âmbito dos cuidados residenciais, são assegurados em casas de acolhimento ligadas à áreas da Saúde, Educação

Especial, equipamentos detentores de estratégias e modelos de intervenção adequados às necessidades individuais.

Verificamos que o número de crianças/jovens acolhidas em Famílias de Acolhimento é cada vez mais reduzido (261), situação que também deveria ser objeto de uma investigação.

Ao longo dos tempos, em função das necessidades e das diversas problemáticas que proliferam na sociedade, e que afetam as crianças/jovens e às vezes as suas famílias, foram criadas várias tipologias de respostas sociais de acolhimento residencial, de modo a se criarem infraestruturas que possam apoiar os diversos públicos, mas que carecem de apoio, devido a estarem em situação de vulnerabilidade social, sendo pois fulcral intervir cada vez mais de forma especializada.

<b>Tipologia de Resposta Social</b>	<b>Nº de Criança/Jovens acolhidas</b>
Casa Abrigo	20
Comunidade de Inserção	26
Acolhimento de Emergência	54
Lar de Apoio	62
Apartamento de Autonomização	63
Colégio de Ensino Especial	73
Lar de Infância e Juventude Especializado	72
Lar Residencial	100
Centro de Apoio à Vida	192
Comunidade Terapêutica	261
Centro de Acolhimento Temporário	2048
Lar de Infância e Juventude	5101
Família de Acolhimento	261

Tabela n.º 3 - Crianças e jovens, por tipologia de acolhimento (N= 8.175 crianças e jovens)

Como se pode constatar na tabela acima expressa, é visível que existem várias respostas que também podem assegurar a proteção da infância em várias tipologias, em função das suas problemáticas, problemáticas das famílias e dos próprios projetos de vida. Como é notório nos dados que constam na tabela, são as respostas de CAT e LIJ que têm mais crianças/jovens acolhidos, sendo que em ambas as respostas estão integrados 7.149 crianças/jovens. Uma outra ilação que podemos retirar na análise desta tabela, diz respeito ao reduzido número (63) de jovens integrados em apartamentos de autonomia, o que nos leva a colocar duas questões:

- Existem poucas respostas sociais no âmbito da intervenção ao nível da autonomização?
- Face à insuficiente tipologia destas respostas sociais, os projetos de autonomização são intervencionados na sua maioria nos CATS e nos LIJS?

### 3. Distribuição por Escalão Etário

Regista-se uma maior tendência na faixa etária dos 15-17 anos, (2.914) jovens. Seguidamente, são os grupos de escalões etários 12-14 anos (1.588) e o grupo de jovens com 18-20 anos (1.174).

Outra faixa etária que também assume um número significativo de crianças/jovens acolhidos, situa-se entre os 0 aos 11 anos, fase da infância e pré-adolescência, que conta com 2.499 crianças/jovens acolhidas,

Efetuada uma análise reflexiva, relativamente à maior predominância de crianças/jovens acolhidos verifica-se o seguinte, tendo em conta o universo de estudo:

- Nestas respostas é notória a predominância de jovens com 15 a 20 anos (68,5%);
- Apenas 18,1% das crianças tinham entre 6 e 14 anos e 13,3% entre 0 aos 5 anos.

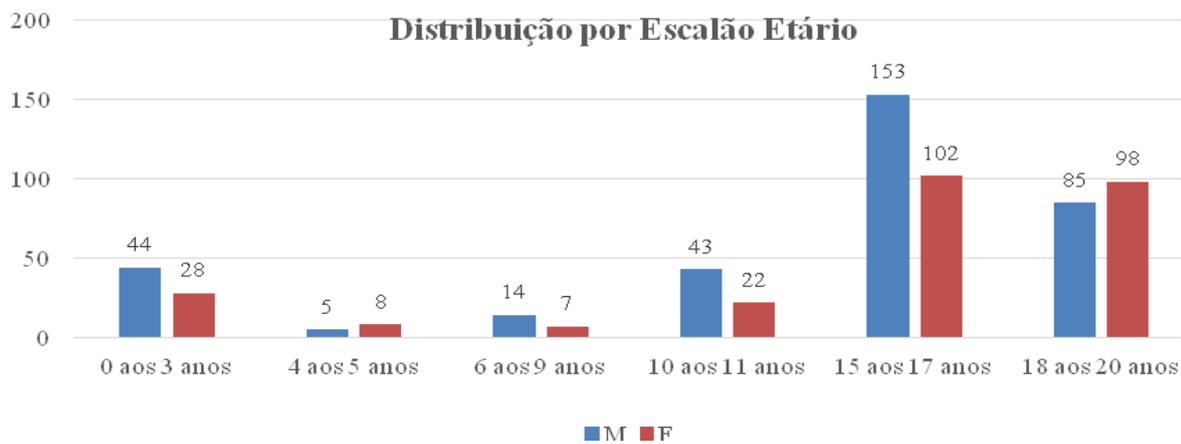


Gráfico 2- Distribuição das crianças e jovens em acolhimento residencial generalista por grupo etário e sexo, (N= 7.203 crianças e jovens)

### 4. Escolaridade

Para qualquer criança, a escolaridade é de extrema pertinência e fundamental para a sua formação enquanto pessoa e no futuro enquanto profissional. É de extrema importância a correlação que têm estas duas variáveis, face a uma futura inserção no mercado de trabalho, sendo esta encarada como um elemento facilitador.

### Escolaridade das Crianças em Acolhimento Residencial

	<b>0-3 anos</b>	<b>4-5 anos</b>	<b>6- 9 anos</b>	<b>10-11 anos</b>	<b>12-14 anos</b>	<b>15-17 anos</b>	<b>18- 20 anos</b>
Sem Frequência Escolar	302	9	21	5	4	36	
Não frequenta por deficiência ou doença crónica			1			1	
Frequência em Creche/Pré-escolar	347	306	59				
Ensino Especial			5	16	34	73	40
Curso de Aprendizagem						44	67
1º Ciclo (EFA, CEF,PIEF, C.A)		5	693	282	72	21	6
2º Ciclo (EFA, CEF,PIEF, C.A)			4	238	645	293	22
3º Ciclo (EFA, CEF,PIEF, C.A)				13	697	1321	144
Secundário (EFA, CEF,PIEF, C.A)					2	88	422
Ensino Superior							83
<b>Total</b>	<b>649</b>	<b>320</b>	<b>783</b>	<b>544</b>	<b>1594</b>	<b>2911</b>	<b>801</b>

Tabela n-º 4 - Escolaridade das Crianças/jovens em Acolhimento Residencial (N=7062)

Da análise à tabela, quanto ao nível de escolaridade das crianças/jovens em situação de acolhimento, verifica-se que 0,9% estão em situação de abandono escolar e 0,3% não frequentavam a escola face à sua problemática ao nível da saúde, nomeadamente ao nível da deficiência grave ou doença crónica.

Por outro lado, verifica-se que 30,8% encontravam-se a frequentar o 3º Ciclo ou curso equivalente, 16,9% frequentavam o 2º ciclo, 16,2% frequentavam o secundário/curso profissional, 15,3% frequentavam o 1º ciclo e 2,6% encontravam-se integrados em resposta de Ensino Especial. No entanto e embora seja um número reduzido, é de salientar que 83 (1,18%) jovens frequentam o ensino superior.

Como foi mencionado na análise inicial, é de fulcral importância a vertente académica no decorrer do Projeto de Vida em acolhimento. É de salientar as mais-valias intrínsecas à importância da escolaridade no desenvolvimento infantil, no seu processo de inserção social futuro, de forma a quebrarem-se ciclos intergeracionais de exclusão social, através da promoção da igualdade de oportunidades.

No que diz respeito às dificuldades de aprendizagem destas crianças/jovens, estas encontram-se focadas nas suas vivências, traumas, instabilidade emocional e psicológica, tendo que se intervir com estas crianças/jovens, primeiramente ao nível das emoções e posteriormente consciencializá-las para a

importância da Educação para a vida futura, partindo sempre do pressuposto que a Educação é uma preparação para a vida.

Atualmente, existem várias respostas ao nível educativo e formativo, tais como os Cursos de Educação e Formação e os Cursos Profissionais, que promovem aquisição de uma qualificação profissional para os jovens, com idades superiores a 15 anos, permitindo terminar e concluir o ensino básico ou o ensino secundário através de um percurso flexível em função das suas necessidades educativas.

Os Percursos Curriculares Alternativos e o Programa Integrado de Educação e Formação, têm como finalidade educativa eliminar o insucesso escolar, assegurando a certificação escolar e o prosseguimento de estudos.

### **5. Medidas aplicadas no âmbito de Processos de Promoção e Proteção e Processos Tutelares Cíveis.**

As medidas abaixo mencionadas são deliberadas pelas entidades competentes em matéria de infância, no âmbito da Promoção e Proteção, previstas na Lei 147/99 e na Lei 142/15, e que contemplam também a aplicação de processos tutelares cíveis.

<b>Medidas</b>	<b>N</b>
Acolhimento Residencial (alínea f do art.º 35, da LCPCJ	6973
Confiança à Instituição com vista à futura adoção (alínea g)	321
Acolhimento Familiar (alínea e)	258
Confiança à família de acolhimento com vista adoção (alínea g)	12
Medida para a Autonomia de Vida para jovens acolhidos em apartamentos	30
Tutela atribuída ao Diretor da Instituição	204
Regulação das responsabilidades parentais atribuídas ao Diretor da Instituição	193
Confiança à Instituição Com vista à futura adoção (art.º1978 do código Civil	28

Tabela n.º 5 - Medidas aplicadas no âmbito de Processos de Promoção e Proteção e Processos Tutelares Cíveis.

Em 2016, foram acolhidas em famílias de acolhimento 12 crianças, tendo sido deliberada, onde foi deliberada a medida de confiança a família de acolhimento com vista a futura adoção (artº35º, alínea g da LPCJP). É também de referir que o número de crianças/jovens com a medida de acolhimento residencial, com base no art.º 35, alíneas: e) f) g) e d), perfazem um total de 7.594 crianças/jovens.

Quanto à autonomização (resposta de acolhimento residencial) é de salientar um número significativo de jovens da qual resultou na deliberação da medida de promoção e proteção a executar em meio natural de vida - “apoio para autonomia de vida (artº35º, d) da LPCJP) 30 jovens. Quantos aos

processos tutelares cíveis, regista-se que 397 crianças/jovens têm a respetiva tutela ou regulação do exercício das responsabilidades parentais atribuída ao Diretor da Instituição.

## 6. Projeto de Vida de Autonomização

De acordo com a perspetiva de vários autores, o projeto de autonomização deve-se iniciar na adolescência, fase em que o jovem manifesta uma maior regulação comportamental e emocional, sendo este um fator de extrema importância no desenvolvimento de um projeto de autonomização, dado que o jovem expressa também uma maior maturidade, responsabilidade e disponibilidade para adquirir novas aprendizagens, ou seja novas competências que o ajudarão na transição para a vida ativa.

<b>Idades</b>	<b>Crianças em Acolhimento Residencial</b>	<b>Projeto de Vida Autonomização</b>
Até aos 11 anos	2499	121
12 aos 14 anos	1588	412
15 aos 17 anos	2914	1330
18 anos 20 anos	1174	827

Tabela n.º 6 - Projeto de Vida de Autonomização para crianças e jovens em acolhimento residencial e projetos de Vida de Autonomização

A tabela supra tem como objetivo efetuar a relação entre o número de crianças e jovens em situação de acolhimento, a sua faixa etária e o seu projeto de Vida.

Verificamos que em todas as faixas etárias, a Medida de Acolhimento Residencial é a mais aplicada, cujo projeto de vida passa pela autonomização, dado que estão esgotadas todas as alternativas quanto a outro projeto de vida. Constatamos, que em todas as faixas etárias o número de projetos de vida de autonomização aumenta, exceto na último, sendo que um dos motivos deve-se ao fato dos jovens quando atingem a maioridade, solicitarem a cessação da medida de acolhimento residencial.



### **CAPÍTULO III - A Prática do Assistente Social e formas de Intervenção**

#### **1. A Prática do Assistente Social**

Para alguns autores, abaixo mencionados, o trabalho social é constituído por um conjunto de fases e de aptidões associadas. Com base em Pincus e Manahan (1973) cit in Payne (2002) destacam-se as seguintes fases:

<b>Fases</b>	<b>Intervenção/Ações</b>
1ª Fase	Avaliar problemas;
2ª Fase	Recolher dados (entrevistas, observação, visitas domiciliárias, etc.) e confirmar registos;
3ª Fase	Estabelecer contactos iniciais
4ª Fase	Negociar com o cliente e outros sistemas
5ª Fase	Formar sistema de ação;
6ª Fase	Concluir, avaliar, separar das relações e estabilizar e terminar o esforço de mudança.
7ª Fase	Influenciar os sistemas de ação

Tabela n.º 7 - Fases no desenvolvimento da Intervenção, Fonte Payne. Mary (2002), Teoria do Trabalho Social Moderno.

Esta tabela foi criada segundo as ideias de Germain e Gitterman (1980), apud Malcolm Payne (2002) relativamente à prática do trabalho social, ou seja, consoante o “modelo da vida” da prática do trabalho social. (Idem; 2002: 203-204)

Neste sentido, o assistente social tem um papel fundamental no concerne ao fortalecimento das capacidades adaptativas dos sujeitos em tornar os seus ambientes mais adequados, dado que a adaptação das pessoas às alterações nas suas vidas é essencial, neste processo de mudança social (que é um dos objetivos do Assistente Social). Com base na teoria dos sistemas, é dado ênfase ao tipo de comunicação existente entre as pessoas, de modo a se compreenderem as problemáticas, para se definir a estratégia de intervenção, face ao problema apresentado. Deste modo, o recurso à teoria da comunicação no trabalho social, pode ser entendido como uma mais-valia, pois “A Teoria da Comunicação ajuda (...) a decidir sobre as intervenções diretas consideradas, mais apropriadas para desenvolver com os clientes.” (Payne; 2002, pp: 200-229). Contribuindo, também, segundo assegura Nelson (1980, 1986) cit in Payne (2002 pp: 200-229) para “(...) uma ligação útil entre várias teorias do trabalho social. Muita da energia que mantém um equilíbrio de um sistema (...) como um indivíduo, família ou grupo social, é constituída pela informação e pelas reações a esta.” (Idem; 200, pp: 230)

No que respeita à prática dos profissionais de Serviço Social, o objetivo é preconizar uma intervenção diversificada/multifacetada em função das questões sociais, recorrendo a uma intervenção multidisciplinar/interdisciplinar, para resolver diversas questões sociais, diminuindo as desigualdades sociais, pois o Serviço Social assenta na criação de uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva.

Para a Federação Internacional das Assistentes Sociais, esta é uma profissão de cariz sociopolítico, crítico, reflexivo e interventivo, pautando-se por um referencial teórico, metodológico, ético-político e instrumental técnico. Não esquecendo sempre a sua contextualização.

O Serviço Social promove a mudança social, a resolução de problemas nas relações humanas e o reforço da emancipação das pessoas para promoção do bem-estar. Ao utilizar teorias do comportamento humano e dos sistemas sociais, o Serviço Social intervém nas situações em que as pessoas interagem com o seu meio. Os princípios dos direitos humanos e da justiça social são fundamentais para o Serviço Social. (Código de Ética- APSS; 2007)

A prática do Serviço Social assenta também em contextos diferentes: geográfico, político, socioeconómico, cultural e espiritual. A intervenção pode ser desenvolvida a vários níveis tais como: ao nível do indivíduo/família (micro), ao nível da comunidade (meso) e ao nível da sociedade nacional e internacional (macro).

Relativamente à ética profissional, é de extrema importância para o exercício da sua profissão, pois este tem o dever de cumprir com princípios e padrões éticos, relativamente ao sujeito e a toda a sua situação social. Realçando a necessidade de respeitar valores como salvaguarda da dignidade humana, o respeito pela liberdade individual, pelo exercício da cidadania, a solidariedade, a equidade e justiça social para o desenvolvimento do bem-estar. De acordo com a literatura, a análise do Serviço Social, enquanto profissão que se foi construindo, com base numa visão diacrónica, implica que se aflorem alguns aspetos sócio históricos, em que se foi desenvolvendo e o modo e a forma como o Assistente Social foi intervindo na resolução dos vários problemas sociais, nas diferentes épocas. Como foi referido anteriormente, o Serviço Social em Portugal foi um processo complexo, lento e evolutivo, o mesmo se pode dizer em matéria de proteção das crianças e jovens em perigo, que também se revestiu dessa mesma complexidade e morosidade, tal como foi a evolução do Sistema de Proteção de Infância.

A intervenção do Serviço Social, na proteção de menores, está relacionada com a legislação, a qual foi surgindo e evoluindo, bem como com a origem, emergência e a institucionalização do Serviço Social em Portugal, com a criação da primeira legislação datada de 1911. Pode-se dizer que este problema está relacionado com o desenvolvimento político, económico e social português, pois tal contribuiu para a existência de alterações consideráveis quer na proteção à infância, quer no Serviço Social.

A preocupação e cuidados com a infância surgiram nos finais do século XIX. Importa referir o avanço da ciência e a criação de Instrumentos Legais e de algumas medidas económicas de apoio nesta matéria tais como: a Carta da União Internacional de Proteção à Infância, a Declaração de Genebra pela

Assembleia da Sociedade das Nações' em 1924 e em 1947, a criação do Fundo Internacional de Ajuda à Infância, em 1947, sendo instituída a sua criação por parte da ONU, com o objetivo de desenvolver ações a nível mundial a favor das crianças fustigadas pela pobreza. A 11 de Outubro de 1946, surge a UNICEF, tendo esta como objetivo prestar apoio às crianças dos países pobres. No ano de 1948, foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos do Homem, na qual está estipulado o artigo 16.º, que refere “A família é um elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção desta e do Estado.”,

Com base na Declaração Universal dos Direitos do Homem, segundo o que consta no artigo 25.º “a infância tem direito a ajuda e a assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimónio, gozam da mesma proteção social” (ONU; 1948). Faço ao exposto, a criança, enquanto “pessoa que tem o direito à proteção social”, deve usufruir do direito de todas as condições que lhe possibilitem desenvolver integralmente as suas capacidades a nível espiritual, biopsicossocial e físico, assegurando a sua dignidade de pessoa humana.

Em Portugal, a origem do Serviço Social nasceu do projeto social da I República. No entanto, entre 1939-1945 o Estado passa a ter uma maior intervenção na área social. Cria o Decreto-Lei nº 35108, de 7 de Novembro de 1945, em que é notória a necessidade de reestruturação da assistência social, que passa a integrar as funções sociais do Estado e é publicado o estatuto da assistência social.

Segundo, Mary Richamand autora clássica do serviço social e que investiu arduamente pela identidade profissional - assistente social, através da sua proposta metodológica sempre referiu que para o serviço social, a investigação social distingue-se das outras ciências sociais pela sua complexidade e diversidade. Em suma é um desafio para a profissão, consolidar e afirmar a construção da capacidade do grupo profissional, explicar claramente que a atividade profissional exige uma prática reflexiva permanente, que se desenvolve num espaço de interações múltiplas e complexas que precisam de respostas a inventar.

O Século XXI colocou ao serviço social o desafio da reflexividade e da reorganização das práticas sociais, num quadro de crise económico-financeiro. Onde é preciso estar constantemente a reinventar novos modelos e formas de intervenção de forma a responder aos desafios que a sociedade coloca aos profissionais.

## **2. O Prática do Assistente Social com Crianças/Jovens no Acolhimento Residencial**

As entidades com competência em matéria de infância e juventude (ECMIJ) e as Equipas Técnicas das respostas de Acolhimento Residencial, são constituídas por técnicos de várias áreas: social, psicologia, educação e saúde, nomeadamente Assistentes Sociais, Educadores, Psicólogos, Animadores Socioculturais, em que cada técnico assume competências específicas e essenciais para uma eficaz e eficiente intervenção técnica (Gomes, 2010), surgindo assim a necessidade de existir uma intervenção

interdisciplinar/multidisciplinar e terapêutica. Segundo Sousa (2005), no que diz respeito às competências práticas, os profissionais são reconhecidos elementos fomentadores de mudança, onde a intervenção passa por capacitar a família, potenciando as suas competências.

Face a diversidade dos problemas que afetam as crianças/jovens e as respetivas famílias, a intervenção é mais positiva e eficaz, usando as suas competências para sensibilizar os membros da família a verem-se como recursos e agentes de mudança, no qual eles são parte integrante na resolução dos problemas, pois só assim se consegue mobilizar as pessoas para alterarem as suas circunstâncias de vida. Para o bom desempenho do Assistente Social nas suas funções, a intervenção é sempre focalizada no superior interesse da criança. Deste modo é importante o trabalho em equipa, na análise dos casos, do diagnóstico e do prognóstico da evolução sociofamiliar, bem como o apoio ao desenvolvimento integral da criança/jovem, contribuindo para uma avaliação dos resultados e da intervenção sempre com objetivos bem definidos, de forma a proporcionar um desenvolvimento equilibrado, protegendo sempre os seus interesses e o respeito pelos seus direitos humanos, enquanto ser menor de 18 anos.

Pode-se assim dizer que de acordo com a definição de Serviço Social aprovada em Assembleia Geral, por parte da IFSW e da IASSW em Julho de 2014, em Melbourne:

O Serviço Social é uma profissão de intervenção e uma disciplina académica que promove o desenvolvimento e a mudança social, a coesão social, o empowerment e a promoção da Pessoa. Os princípios de justiça social, dos direitos humanos, da responsabilidade coletiva e do respeito pela diversidade são centrais ao Serviço Social. Sustentado nas teorias do serviço social, nas ciências sociais, nas humanidades e nos conhecimentos indígenas, o serviço social relaciona as pessoas com as estruturas sociais para responder aos desafios da vida. De acordo com esta definição, são vários os princípios que refletem a pertinência da Prática do Serviço Social em matéria de Infância e Juventude.

É com base nestes princípios orientadores do Serviço Social que os assistentes sociais nesta área norteiam a sua intervenção junto de crianças/jovens em situação de acolhimento, na promoção da mudança social, da promoção da pessoa, respeito pela diversidade e na defesa dos direitos humanos, neste caso mais propriamente das crianças, que se encontram em situação de vulnerabilidade social e foram alvo da aplicação da medida de acolhimento residencial, devido a diferenciadas problemáticas.

As ECMIJ, CPCJ'S, polícias ou tribunais (na ausência das Comissões), têm competência para intervir consoante a gravidade e urgência da situação em causa. Pode-se dizer que o Assistente Social, na área da infância/juventude, deve intervir de forma a assegurar uma continuidade nos diferentes momentos de proteção, dando-se privilégio à cooperação entre os vários serviços, consoante a necessidade de cada criança/jovem, tornando-se necessário existir uma boa colaboração e articulação entre os vários serviços e promover a proximidade na relação entre serviços e comunidade.

O mais importante é proporcionar à criança/jovem um ambiente securizante e acolhedor, de forma a minimizar o impacto da institucionalização, prestando afeto e carinho, atenção nos primeiros momentos da sua adaptação a esta nova realidade, promover laços de amizade e empatia com as outras

crianças/jovens que já habitam na resposta social, desenvolvendo-se ao mesmo tempo uma estratégia facilitadora de adaptação ao meio. Importa referir que não é apenas a intervenção do Assistente Social que tem um papel importante na intervenção, mas sim a existência de outros saberes científicos. É de grande pertinência para preconizar uma intervenção interdisciplinar, multidisciplinar e terapêutica, pois só assim se consegue desenvolver uma intervenção adequada, sempre em função das necessidades e superior interesse da criança, partindo do pressuposto que quando se processa um acolhimento, começa-se logo a intervir numa outra medida alternativa.

O assistente social, no âmbito das suas competências profissionais, em situação de risco/perigo, segundo o pensamento de (Ferreira, 2004), deve realizar o estudo social da situação, efetuar o diagnóstico e elaborar planos de intervenção e acompanhamento. Tornando-se importante que estas competências sejam efetivas, se a sua intervenção promover e criar as mudanças necessárias nas várias áreas de vida do indivíduo nomeadamente: das relações interpessoais, da família e do grupo, bem como a utilização dos recursos coletivos pelo indivíduo, dos organismos que se ocupam destes indivíduos e da legislação social. Como fases para a intervenção social, de acordo com Ferreira (2011), este propõe determinar o problema social (percebendo as suas causas, o porquê e a quem se refere), analisar a situação (o que envolve a recolha de informação sobre a situação, incluindo o levantamento dos recursos institucionais e dos serviços de suporte à situação/indivíduo); avaliar preliminar e operacionalmente a situação (para elaborar um esquema de trabalho e de conhecimentos), desenvolver a ação (definindo o nível de intervenção: individual, familiar, institucional e comunitária) e aferir os resultados (verificando as mudanças produzidas na situação, no sentido de reajustar os objetivos iniciais, se necessário).

Segundo (Magalhães, 2005), os profissionais que trabalham na matéria de infância e Juventude, devem ter formação específica nesta área, boa capacidade de relacionamento interpessoal, de resiliência e competência cultural.

### **3. Intervenção Interdisciplinar, Multidisciplinar e Terapêutica**

#### **3.1. Intervenção Interdisciplinar**

No âmbito do Fenómeno da Promoção e Proteção das crianças e jovens em risco psicossocial, têm vindo a ser criadas um conjunto de políticas e medidas que gradualmente requerem ao Serviço Social uma intervenção psicossocial constituída por redes de suporte formal e informal, ou seja, uma intervenção baseada na parceria entre o Estado e a sociedade civil, na promoção e proteção destas crianças. De forma, para fazer face a estas necessidades, tem-se vindo a verificar uma alteração no modelo de intervenção do Serviço Social, para uma intervenção baseada na rede de parceiros recorrendo a uma intervenção Interdisciplinar, Multidisciplinar e Terapêutica.

Para se compreender o paradigma do Serviço Social, no que concerne à prática da intervenção Pluridisciplinar, pode-se dizer que esta ocorre sempre que existe troca de informações: através de

reuniões entre os diversos profissionais ou com equipas técnicas (constituídas por técnicos com vários saberes do conhecimento científico nesta área), com o objetivo de criar novas formas de intervenção e análise, segundo as várias perspetivas científicas de cada profissional, construindo um campo teórico, operacional e disciplinar mais eficaz e mais abrangente, capaz de satisfazer as necessidades mais prementes destas crianças/jovens sob os vários olhares científicos, que têm como principal objetivo o superior interesse da criança. Para isso, tal como dito anteriormente, também é de grande pertinência trabalhar e envolver os vários serviços.

Uma intervenção social assente numa intervenção interdisciplinar, embora seja mais difícil recorrer a “equipas de médicos, psicólogos, educadores e outros profissionais que trabalham no terreno com o menor e a família” (Fonseca & Pedroso, 1998, p. 28), é uma mais-valia, na medida em que permite uma ação mais eficaz e completa da intervenção social, em especial perante a realidade dos maus-tratos infantis. Ferreira (2011) também reforça a importância do desenvolvimento de um modelo de intervenção interdisciplinar, interinstitucional e intersetorial. Segundo este autor, um modelo de intervenção baseado nestas características permite analisar o problema a nível interno das pessoas numa relação com o meio social envolvente.

Reforça-se a importância do desenvolvimento da intervenção social ser sustentada na parceria e na interdisciplinaridade, particularmente no caso dos maus-tratos em crianças e jovens, na medida em que, em caso de necessidade, um Assistente Social deve recorrer a profissionais de outras áreas, por exemplo, médicos, para a confirmação da ocorrência de abuso físico.

É de salientar que este paradigma de intervenção social é visível na forma de atuação das várias Equipas Técnicas desta área social, devido ao facto do Assistente Social ter como responsabilidades profissionais, a capacidade de assumir o papel de mediador (entre utentes, famílias e instituição). De acordo com esta perspetiva, a intervenção do Serviço Social inscreve-se num “paradigma que traz consigo uma nova ordem organizacional no que respeita à matriz técnica/operativa, organizacional e conceção de políticas sociais” (Ferreira, 2004, p. 83). Trata-se de uma nova proposta de intervenção mais solidária, interativa e participativa, que contempla o princípio da cooperação e da transversalidade dos conhecimentos científicos de cada profissional, que faz parte da Equipa Técnica ou de outros profissionais de outros serviços especializados, resultantes da construção de redes, enquanto suporte primordial, atualmente na intervenção profissional, devido à panóplia de problemáticas sociais, promovendo articulação entre entidades públicas e privadas.

De acordo com estes dois autores abaixo evocados, no que diz respeito à intervenção interdisciplinar “... as diferenças de especializações permitem atribuir unidade à equipa, enriquecendo-a e, ao mesmo tempo, preservando aquelas diferenças...” (Iamamoto, 2002, p. 42). Deste modo, ao participar no trabalho da equipa, o assistente social dispõe de perspetivas particulares de observação na interpretação, possuindo uma competência também distinta para o encaminhamento de ações, o que o

torna diferente dos outros técnicos e dos outros profissionais com quem trabalha, de acordo com o pensamento (Ferreira, 2010).

### **3.2. Intervenção Multidisciplinar**

Em função das problemáticas que cada vez mais assentam nesta área da infância e juventude, tendo em conta os vários contextos, estas assumem um caráter multidimensional, onde esta abordagem é fulcral no desenvolvimento deste tipo de intervenção. É importante que ao preconizar este tipo de intervenção, com intervenientes que desenvolvem ações junto da criança/jovem, se efetue uma abordagem multidimensional, pois só assim se consegue conhecer a problemática da criança/jovem e delinear um plano de intervenção que contemple as várias multidimensões da criança/jovem, assim como possibilitará conhecer o problema no seu todo, assim como a criança/jovem, dado que trata-se de um fenómeno social total que tem várias dimensões que devem ser devidamente acauteladas para melhor compreensão e delinear-se uma intervenção multidisciplinar. É desta forma que as Equipas Técnicas dos Centros de Acolhimento e Lares de Infância e Juventude se constituem, por Técnicos de Serviço Social, Educadores Sociais, Educadores de Infância, Psicólogos, Animadores Socioculturais e por Equipas Educativas. É com a formação nestas áreas que devem atuar/intervir, tendo em conta os saberes científicos específicos de cada um e com o saber e prática quotidiana da Equipa Educativa. A Equipa Educativa passa grande parte do tempo com as crianças/jovens e fornece informações muito importantes, relativamente às mesmas: estados de espírito das crianças/jovens, as suas emoções, expectativas face ao futuro, frustrações e preocupações. Sendo assim a intervenção da Equipa Educativa é bastante importante, uma vez que tem funções pedagógicas e educativas e ao mesmo tempo também são figuras de referência.

É com base nestas informações, e com base nas informações provenientes de relatórios da Segurança Social, CPCJ, entidades educativas e de saúde, que as Equipas intervêm de forma Multidisciplinar junto das crianças/jovens, e em função do conhecimento técnico de cada profissional, abordando o problema social de forma multidisciplinar. Cada profissional expõe a sua análise ao fenómeno/problema e forma de intervir de acordo com o seu conhecimento, o que permite desenvolver uma abordagem holística e construir uma intervenção mais complexa e sustentada nos vários saberes científicos de cada profissional e elaborar planos de intervenção mais sustentados, com base numa intervenção científica Multidisciplinar, de modo a garantir o superior interesse da criança.

Devido aos vários fenómenos sociais que levaram ao acolhimento das crianças/jovens, é necessário que se desenvolva uma abordagem multidisciplinar, onde se congregue os vários saber e competências profissionais de cada Técnico na elaboração do Diagnóstico, na elaboração do PCI, da avaliação do PCI e na elaboração do PSEI, instrumentos estes que obrigam à envolvimento de todos os profissionais que constituem a Equipa Técnica, participando assim de forma multidisciplinar,

envolvendo outras entidades como a Escola a Saúde e ao mesmo tempo a família, que é o foco do problema, na maioria das vezes, e ao mesmo tempo detentora de toda informação sobre a situação da criança/jovem, sendo assim importante também a sua envolvimento de forma a preconizar uma intervenção multidisciplinar, quer junto da criança/jovem, quer junto da família.

Esta forma de intervenção é de grande pertinência no desenvolvimento junto das crianças/jovens em situação de acolhimento que têm várias necessidades. Este tipo de intervenção holística que congrega o saber de todos os profissionais e o seu olhar científico da situação/problema, permite desenvolver uma intervenção Multidisciplinar, reconhecendo que abordagem de cada profissional é de extrema importância para o desenvolvimento de uma intervenção desta natureza.

É ainda de salientar, tal como foi referido anteriormente, quando se abordou a intervenção interdisciplinar, que neste tipo de intervenção também é importante a articulação com os serviços da rede, nomeadamente, ao nível da saúde e da educação, que congregam outros saberes e fundamentam este tipo de intervenção.

### **3.3. Intervenção Terapêutica**

O conceito do modelo de intervenção terapêutica surge com a introdução do Plano DOM e posteriormente do Plano SERE+. Com a introdução destes planos, surge um novo conceito de intervenção, face à panóplia de problemáticas que estão a chegar às Instituições, sendo assim necessário um reforço de recursos humanos e capacitação das Equipas Técnica e Educativa. Este promove um acompanhamento personalizado com a criança e jovem, de modo a dar resposta às suas necessidades durante o processo de institucionalização, com vista à preparação para uma vida independente.

Este modelo terapêutico assenta numa intervenção especializada, focada na transformação interna da criança e jovem, mas também no respeito pela individualidade e a valorização da diversidade em situação de acolhimento residencial. Este modelo é considerado um modelo socioeducativo de potencialidades e de empowerment, tendo como objetivo a elaboração de um projeto individual que valoriza as competências e respeita os interesses e as preferências do jovem.

Como base na ideia de Gomes (2010, p.93-94), a promoção do acolhimento institucional assenta na individualidade em que “... para cada criança há que desenvolver um programa individualizado de intervenção”, bem como “ter um adulto de referência, com quem possa desenvolver relações próximas e continuadas...”.

Em função desta ideia do autor, pode-se afirmar que neste modelo de intervenção se torna pertinente a existência de uma figura de referência, desenvolvendo assim uma intervenção personalizada, em que cada profissional e/ou cuidador, assume a responsabilidade de gerir um conjunto de casos, ou seja um gestor de casos que assume a responsabilidade de garantir o bem-estar das crianças/jovens e de ter uma relação de maior proximidade, que possibilite conhecer o indivíduo na sua

totalidade dimensional. Segundo Valle & Bravo (2003 apud Vicente, 2009:18), as instituições de acolhimento “devem ser sempre terapêuticas, sendo estas as funções dos Educadores dos Lares de Acolhimento”, no entanto considera-se que este modelo vigora em poucas respostas sociais de acolhimento, face à escassez de tempo, à ausência de profissionais qualificados e de cuidadores. Deste modo, torna-se pertinente que se faça uma reflexão sobre este novo modelo de intervenção, nomeadamente no que concerne aos seus modelos de intervenção, às dinâmicas institucionais, tendo sempre como objetivo a adaptação às novas necessidades das crianças e jovens, dado que a panóplia de problemáticas em vários escalões etários têm vindo a aumentar, nomeadamente na área da saúde mental, um problema de grande dimensão e relevo no número crianças/jovens acolhidos.

De acordo com a ideia de (Gaspar, 2014:59), “mais do que um ambiente familiar, o modelo terapêutico visa um ambiente seguro, estável emocionalmente, onde as instituições devem assumir um papel de moderadores, protegendo e criando uma envolvência segura e transformar vivências negativas em representações convenientes, destacando os aspetos positivos da vida, ajudando a melhorar o autoconceito e reconstruindo a identidade sofrida”.

### **3.4. Intervenção ao nível da Autonomia no Acolhimento Residencial**

A preparação para a autonomia é inerente, no que concerne à intervenção no acolhimento residencial, a quem tem a responsabilidade de intervir a este nível de forma a “potenciar e otimizar todo o processo de crescimento e individuação/ autonomia, a sua capacidade de tomada de decisões, bem como a resolução de problemas, auto-orientação e responsabilidade social” (Gomes, 2010, p:105). O que se verifica ainda na atualidade, é que a prática de promover e desenvolver a autonomia nos jovens institucionalizados é verdadeiramente insuficiente por vários motivos. O autor abaixo mencionado, que se debruçou sobre a temática, evoca a “necessidade de implementar programas vocacionados para a autonomia de vida, que permitam o treino e o estímulo de competências, de forma a potenciar o sucesso futuro” (Fernandes, 2010:3,4).

A transição da adolescência para a vida adulta e ativa, segundo o conhecimento que as ciências humanas, nomeadamente a psicologia defendem, é um processo complexo, devido às várias transformações, quando não existe uma intervenção sustentada a este nível. Quando uma criança/jovem teve vivências instáveis e desestabilizadoras no decorrer da sua adolescência, carecendo de competências, dificultará a sua transição para a vida adulta, “... muitos são os jovens que saem de um acolhimento residencial prolongado para uma vida adulta, para a qual diversas vezes não estão preparados...” (Martins, 2004 apud Fernandes, 2010:1). Desta forma é necessário que exista uma boa preparação e capacitação de competências pessoais e sociais, a vários níveis, que contribuam para a autonomia, para uma vida independente.

É de salientar que o acolhimento com caráter prolongado, dificulta por vezes este processo, “cria um quadro de referências que intervém na vida da criança e jovem em várias dimensões: cognitiva, afetiva e emocional, que orienta as suas relações e que dita as suas respostas comportamentais...” (Gomes, 2010:173). Segundo esta referência, pode-se constatar que o contexto em que a criança/jovem viveu durante alguns anos passa a ser o seu meio familiar e social, onde se criam vínculos e um ambiente securizante que por vezes, os jovens têm medo de perder e acomodam-se à vida Institucional.

De acordo com estudo efetuado por Gaspar (2014:6), é de grande “urgência implementar programas de formação aos cuidadores (funcionários, técnicos e diretores), que visem assegurar uma promoção da qualidade do acolhimento e do desenvolvimento de competências nos menores, essenciais para uma autonomização que se traduza numa transição favorável” uma vez que a não preparação, origina que estes não estejam dotados das competências necessárias para a transição para a vida adulta e independente, podendo originar posteriormente, processos de exclusão social e levar a outros percursos disruptivos.

Com base em várias investigações e estudos realizados sobre esta matéria, nomeadamente a promoção da autonomia como forma de transição para a vida adulta, constata-se que o acolhimento institucional prolongado com o desenvolvimento negativo de jovens, que ganham laços de pertença ao espaço de acolhimento e acomodam-se aquela situação por se sentirem protegidos e seguros, dificulta a intervenção a este nível. Existe assim a necessidade de, ao longo da sua institucionalização, dotar estes jovens com competências pessoais e sociais de forma a prepará-los para uma vida independente, promovendo o apoio ao nível da estruturação pessoal e ao nível de competências de autogestão social e financeira.

O desenvolvimento de competências e o processo de autonomização estão interligados nesta intervenção. Por vezes existem instituições que se encontram desprovidas de recursos e ferramentas que fomentem este tipo de intervenções. Neste sentido deve-se “analisar a instituição e verificar se há a necessidade de intervenção prévia ao nível das instituições e formação dos técnicos, a fim de se tornar um processo de construção mais consistente e facilitador na intervenção com crianças/jovens”, (Ferra, 1992 apud Ribeiro, 2008).

A transição para a vida adulta é uma fase da vida dos jovens em situação de acolhimento que passaram grande parte da sua infância e juventude em instituições de acolhimento, por vezes é percecionada pelos jovens com um sentimento de ambivalência, onde existe por um lado a sensação de liberdade, e por outro lado o medo, a insegurança dessa liberdade e de encarar a realidade social em que vai passar a viver, ultrapassar os obstáculos e desafios sem o apoio dos técnicos e inserir-se no mercado de trabalho, sendo este também um constrangimento que estes jovens têm de passar.

Tendo em conta a situação social no que concerne à autonomia dos jovens na contemporaneidade, verifica-se que atualmente estes só atingem a sua autonomia por volta dos 28 anos, após concluírem os estudos e inserirem-se no mercado de trabalho. No que concerne aos jovens em

situação de acolhimento, “...enfrentem maiores desafios durante este processo de transição, podendo o seu insucesso traduzir-se em maus resultados escolares, dificuldades de alojamento, dificuldades financeiras e na procura de emprego...” (Barth, 1990 cit. in Calheiros, et al., 2013:252).

Em suma e de acordo com o que foi exposto neste ponto, é de salientar que as Instituições de Acolhimento Residencial, têm de ter programas de intervenção direcionados para a autonomização dos jovens, dotando-os de competências pessoais e sociais que lhes confira segurança para ultrapassar os obstáculos que vão surgindo nas suas vidas, e ao mesmo tempo que detenham competências académicas que facilitem a sua inserção no mercado de trabalho, facilitando ao mesmo tempo a adaptação do jovem à sua nova realidade social, de se tornar um ser livre, responsável e cumpridor dos seus deveres, enquanto cidadão.



## **CAPÍTULO IV - Quadro Metodológico**

### **1. Método de Pesquisa**

A presente investigação incidiu na compreensão e na análise que os jovens atribuem ao significado do seu processo de autonomização no momento de transição para a vida ativa, dando ênfase ao seu percurso Institucional, impacto Institucional, modelo de intervenção ao nível pessoal, social, educativo, familiar e integração na comunidade, habilidades pessoais e sociais, assim como a percepção dos sentimentos que têm neste processo, que é influenciado de alguma forma pelas vivências institucionais. Por outro lado compreender as percepções dos profissionais que intervêm neste processo de autonomização. Esta análise irá permitir responder a todos os objetivos específicos propostos, de forma a aferir também se existem algumas lacunas ou constrangimentos aquando da cessação do acolhimento residencial na transição para a vida ativa. Futuramente, esta temática da autonomização poderá ser objeto de investigação, aliada a tudo o que está por trás da construção de um processo desta natureza.

Foi desenvolvida uma investigação de natureza qualitativa, efetuando-se um estudo de caso com recurso a técnicas e a métodos de análise, com o objetivo de se efetuar uma abordagem interpretativa do objeto de estudo.

Com esta abordagem metodológica, pretende-se conhecer as perspetivas dos jovens sobre o contexto em que se encontraram inseridos e a influência que esse contexto exerceu nas suas vidas, nomeadamente nos seus percursos de vida até à fase da autonomização e consequente integração na sociedade, qual o significado deste processo para os jovens, e quais as percepções dos profissionais que acompanham um processo desta natureza.

A Investigação qualitativa, procura apurar aspetos tais como a exploração das atitudes, comportamentos e experiências dos participantes. Na investigação tende-se a identificar, explicar e discutir a opinião dos participantes, procurando dar explicações e o conhecimento dos resultados, dado tratar-se de um método que dá ênfase aos processos sociais, sendo uma abordagem flexível que permite o desenvolvimento de conceitos e teorias.

Este modelo de análise, também permite conhecer a realidade social ou o fenómeno em estudo de uma forma subjetiva, interpretativa e ao mesmo tempo indutiva.

Pretendeu-se que esta investigação tivesse como características estruturantes, uma vertente particular, heurística, indutiva e holística. Particular, porque o seu focus está numa determinada situação e contexto, acontecimento, tratando-se de um fenómeno – o estudo dos significados e percepções sobre o seu próprio processo de autonomização que é inerente ao seu percurso de vida institucional e que exerce influência no seu desenvolvimento, e por outro lado a percepção dos profissionais envolvidos neste processo.

## 2. Estudo de Caso

Esta investigação centra-se no estudo de caso, uma vez que o foco da investigação recai sobre o estudo na sua situação real, na medida em que estão demarcadas as fronteiras entre os fenómenos e o contexto em que decorrem, sendo nesta perspetiva utilizadas várias fontes de informação para a consubstanciação do estudo que se pretende realizar.

Os estudos de caso estão ligados à investigação qualitativa, pois seguem uma lógica que vai orientando para as etapas de recolha de dados, análise e compreensão e interpretação da informação dos métodos qualitativos, com a preocupação de provar a finalidade e objetivos de investigação, dado ser um estudo intensivo e de poucos casos.

Segundo (Meirinhos, et al), os estudos de caso têm como vantagens o facto de poderem ser aplicados a situações humanas e aos contextos da vida real. Posto isto, pode-se afirmar como características desta técnica o seu carácter holístico, a importância de se criar uma teoria, o contexto e a relação com a investigação, e por último, o seu carácter interpretativo e sistemático.

## 3. Universo de Estudo e Amostra

O universo de estudo é constituído por 12 elementos, sendo que 6 elementos são jovens que viveram parte da sua vida em respostas de acolhimento como CAT e LIJ da Fundação COI, passaram pelo processo de autonomização e foram desinstitucionalizados a partir de 2011. Os restantes 6 elementos que fazem parte do universo de estudo desta investigação, são profissionais das Equipas Técnicas das respetivas respostas sociais que foram alvo de estudo e participam nos processos de autonomização destes jovens.

Deste modo, tendo em conta o que foi mencionado anteriormente, foram constituídas duas amostras, em função da pergunta de partida e do objetivo geral e específicos desta investigação:

**Amostra I.** Profissionais (Equipas Técnicas) das respostas sociais de acolhimento de CAT/LIJ da Fundação COI, que intervêm ao nível da autonomização de jovens;

**Amostra II.** Jovens adultos que passaram pelo processo de autonomização social, cuja cessação da medida de acolhimento residencial, foi a partir de 2011. Estes jovens passaram por um longo período de acolhimento residencial, até atingirem a autonomia nas respostas sociais de acolhimento residencial da Fundação COI.

O desenvolvimento desta investigação incidiu no estudo sobre estas duas amostras, pois só assim se conseguiu obter as respostas pretendidas e uma melhor compreensão e interpretação objetiva do propósito desta investigação.

#### **4. Técnicas de recolha de dados**

##### **4.1. Análise Documental**

Esta análise também assume um papel de extrema importância, dado que permitiu avaliar o fenómeno da institucionalização e Autonomização dos jovens que viveram longos períodos de acolhimento, e compreender as perceções dos profissionais que intervieram no processo de autonomização dos jovens e o significado que estes atribuem ao seu processo de autonomização social, uma vez que este é o objetivo geral desta investigação.

No decurso esta investigação, foi de extrema importância o recurso à análise documental, de forma a dar sustentação à conceptualização do quadro teórico e metodológico, para ter conhecimento, compreender e responder a determinados objetivos específicos e compreender todo o processo que conduziu à sua autonomização, de forma a recolher informação pertinente, tendo em conta o objeto de estudo e tipo de informação a aferir.

A análise de documentos possibilitou o acesso a relatórios psicossociais. Analisar Projetos de Vida e compreender os seus percursos e o modo como estes foram estabelecidos e desenvolvidos no período de acolhimento residencial.

Esta análise documental também foi útil no que diz respeito à consulta de artigos, legislação relacionada com a temática desta investigação, relatórios, nomeadamente da Caracterização do Sistema de Acolhimento Anual, entre outros documentos relacionados com a matéria de infância e juventude, retirando informação que permitiu responder a um dos objetivos específicos, nomeadamente a identificação do sistema de respostas institucionais do sistema de Proteção da criança/jovem, e obter fontes de análise que foram essenciais para a caracterização do Sistema de Acolhimento.

##### **4.2. Entrevista (semi-estrurada)**

É uma técnica de investigação utilizada para recolher informações, possibilitando estabelecer o contacto direto com o entrevistado. O objetivo da entrevista é recolher informação sobre factos, bem como recolher opiniões, atitudes e comportamentos.

A entrevista tem como características fundamentais a reformulação sistémica, a possibilidade de poder aprofundar o tema em questão, a recolha oral de testemunhos/informação. Possibilita uma maior eficácia nas respostas, permite questões livres e respostas diversas.

No presente trabalho de investigação, a técnica de recolha de dados foi através da aplicação de entrevistas semi-estruturadas aos jovens que passaram pelo processo de institucionalização, que tiveram um percurso institucional e que atingiram a autonomização, tendo como objetivo compreender o significado que estes detêm do seu processo de autonomização, dado que atualmente são homens e

mulheres que vivem em sociedade, mas que no seu processo de desenvolvimento receberam influências, pelo facto de se encontrarem em situação de acolhimento residencial. Sendo neste campo que se pretende aprofundar conhecimento, relativamente ao significado/perceção que estes tiveram no seu processo de autonomização. Importa recolher opiniões sobre a sua trajetória institucional, percurso, sobre os seus sentimentos, aspirações e expectativas em relação ao futuro, e obter ainda informações sobre a sua situação depois do período de pós desinstitucionalização e da sua vida na atualidade.

Esta técnica de recolha de informação também foi aplicada aos diversos profissionais que efetuam a intervenção com estes jovens, no sentido de se obter informações com um carácter de complementaridade, sobre a sua perceção aos processos de autonomização que acompanharam. Estes podem facilitar informação, quanto ao modelo atuação da resposta social de acolhimento, que ao mesmo tempo espelha o tipo de intervenção e o conhecimento sobre a forma de atuar e programar/planear/desenvolver os programas de autonomização em virtude dos Projetos de Vida delineado para cada um.

A aplicação deste método de recolha de dados, permitiu obter informações quanto aos constrangimentos que surgem nos processos de autonomização, pois só assim podemos também compreender o conseqüente processo de pós-desinstitucionalização. De referir que simultaneamente esta poderá ser uma temática a abordar numa futura investigação, dada a pertinência da temática na atualidade.

## **5. Análise de Conteúdos**

Com a aplicação da referida técnica de recolha de dados, foi necessário procedermos a uma análise de conteúdos, sendo esta técnica de recolha de informação e conseqüente análise, que permite a descrição objetiva e sistemática do seu conteúdo, permitido assim a criação de categorias e subcategorias de análise, dado que tudo deve ser analisado de forma minuciosa e sistemática, com o objetivo de se obter a informação pertinente para o estudo, tendo em conta os objetivos propostos a alcançar. De forma a facilitar este processo, recorreu-se ao software Maxqda, que é adequado e facilitador para o tratamento deste tipo de dados e análise.

## **CAPÍTULO V - Análise e Interpretação dos Dados**

A análise de conteúdos desta investigação, é o resultado da aplicação de entrevistas semi-estruturadas a 6 profissionais que acompanharam este processo e constituem a amostra I, e a 6 jovens que tiveram um período prolongado de acolhimento residencial e que passaram por um processo de autonomização na Fundação COI, e que constituem a amostra II desta investigação.

De forma a analisar/interpretar e responder aos dados apurados nesta investigação, e dada a complexidade do objetivo geral, esta análise será repartida em dois eixos: (Ver anexos V, VI, VII, X)

- **Eixo I** – Sistematizar as percepções numa perspetiva interdisciplinar dos profissionais sobre o processo de autonomia do jovem institucionalizado;
- **Eixo II** – interpretar os significados que o jovem atribui ao seu processo de autonomização social.

Ao se tentar analisar/interpretar e dar respostas em função do objetivo a aferir e a indagar, é importante partir do pressuposto que de acordo com o saber científico de cada profissional e do conhecimento e da prática da sua intervenção no terreno, em função da articulação direta dos vários profissionais que compõem estas Equipas, são criadas formas e modelos de intervenção que fazem com que estes criem diversas interpretações das percepções, sendo assim necessário efetuar-se uma abordagem individual sobre as percepções/significados de cada profissional, tendo em conta a importância de abordagem interdisciplinar na intervenção direta nos processos de autonomização.

Desta forma, uma intervenção social assente numa intervenção interdisciplinar, embora seja mais difícil pela necessidade de recorrer a “equipas de médicos, psicólogos, educadores e outros profissionais que trabalham no terreno com o menor e a família” (Fonseca & Pedroso, 1998, p. 28), é uma mais-valia, na medida em que permite uma ação mais eficaz e completa da intervenção social, em especial perante a realidade dos maus-tratos infantis. De acordo com as ideias de Ferreira (2011), este também reforça a importância do desenvolvimento de um modelo de intervenção interdisciplinar, interinstitucional e intersectorial. Um modelo de intervenção baseado nestas características, permite analisar o problema a nível interno das pessoas numa relação, com os sistemas ecológicos envolventes.

Tendo em conta a análise desenvolvida, pode-se dizer que a interpretação da sistematização, atribuída aos significados do processo de autonomia numa perspetiva interdisciplinar, foi feita em função da forma como estes definem o processo de autonomização. Reportam-se aos comportamentos, atitudes, histórias de vida, sentimentos, ao percurso institucional, à envolvimento destes no processo de autonomização, na aquisição de competências, assim como na importância da estabilidade emocional, de forma a garantir a aquisição de competências, em adquirir ferramentas que fazem parte do seu processo de autonomia.

Como se pode constatar, cada profissional tem a sua percepção interdisciplinar relativamente ao processo de autonomia:” Defino autonomia como uma capacidade individual de controlo e decisão dos sentimentos e atitudes”; (p./1), em que cada significado atribuído varia de individuo, “A minha percepção é que este processo varia de individuo para individuo”;(p./1), através de comportamentos que indiciam sinais de autonomia e outras competências adquiridas, “Quando dá sinais de começar livremente e de forma segura a fazer as melhores escolhas para si próprio”; (p./1);

Esta abordagem Interdisciplinar, salienta a importância de se ter a percepção que o processo de autonomia varia de individuo para indivíduo. É de salientar que nesta abordagem também são atribuídas percepções que estão relacionadas com a aquisição de competências e na sua capacidade de tomar opções.

A próxima abordagem expressa qual o significado e traduz a percepção que se pretende alcançar num processo de autonomização. Visto de forma holística e generalista, manifesta a importância de como deve ser encarado um processo de autonomização, com vista à aquisição de várias competências, que irá facilitar o seu processo de autonomização e transição para a vida adulta. “É um processo de preparação do jovem para o futuro, tendo como bases a aquisição de competências, regras, normas e valores, através do desenvolvimento de várias atividades de modo a proporcionar mais oportunidades e práticas para os desafios da vida”, (p./2), “A percepção que eu tenho sobre o processo de autonomização é que são desenvolvidas um conjunto de atividades que permitem aquisição de diversas competências que adquiriu em toda a sua institucionalização e neste processo que facilita a transição para a vida adulta de forma autónoma”; (p./2).

É de salientar ainda a importância, ou seja, o significado que é dado à Família ou que deveria ter na participação deste processo e à sua adaptação social de forma segura, nos diversos ambientes em que está inserido e interage com diversos agentes sociais, “Retaguarda familiar, de adultos de referência e amigos que permitam constituir uma rede de segurança ao seu desenvolvimento integral”, (p./2).

Em função de outra abordagem interdisciplinar sobre o fenómeno, importa ter em conta os significados atribuídos por este profissional:

Como se pode constatar, esta abordagem não difere muito das outras, em que os profissionais dão especial ênfase à aquisição de competência pessoais e sociais e outras, que ajudem o jovem na sua futura adaptação social e conseqüente transição/inserção para a vida ativa “A autonomização é um processo de aquisição de competências pessoais e sociais que permitem que após a desinstitucionalização o jovem viva de forma autónoma e livre. O processo de autonomização é bastante importante para inserção social do jovem, este deve respeitar a individualidade de cada um, para que se sintam bem, encorajando-os para serem responsáveis pelos seus atos e opções e por si próprios de forma a trabalhar a sua autonomia e a realizar tarefas que sejam capazes de efetuar”, (p./3) e ao mesmo tempo tenham a capacidade de desenvolver outras tarefas que os capacita”, “Aquisição de competências pessoais e sociais capacidade de gestão financeira”, (p./3).

Também referem o valor do grau de maturidade que é de extrema importância neste processo. “Grau de maturidade”, (p./3). Também é atribuído um significado à capacidade do jovem estabelecer “Boas relações interpessoais nos diversos contextos “, (p./3), que pode servir de rede de suporte e promover a sua capacidade de adaptação ao meio e conseqüentemente boa adaptação social.

De acordo com a seguinte abordagem profissional, o significado atribuído ao processo de autonomia, é “ um processo de autonomia é multidimensional, incidindo nas componentes individual, grupal, familiar e comunitária, sem o envolvimento de todas as dimensões; (p./4), onde o jovem adquire competências pessoais e sociais, a para ter autonomia em “Ter a capacidade que um indivíduo tenha para mobilizar os seus recursos os da comunidade para que tenha o seu bem estar social, físico e psicológico e ter a capacidade de resolver os seus problemas e tomar opções de forma responsável e com maturidade“, (p./4) e que depende também do significado do processo individual de autonomização, assim como do seu estado emocional e de determinados comportamentos. “É um processo que depende da individualidade de cada jovem e do seu estado emocional; (p./4); aproveitamento e empenho escolar”; (p./4), “maturidade”, (p./4), “estabilidade emocional e psicológica”, (p./4).

Como se pode constatar nesta abordagem, que tem com princípios orientadores uma percepção do fenómeno da autonomização com base no saber científico da psicologia, é atribuído um significado relativamente ao processo de autonomização, valorizando a importância da vertente comportamental e emocional, nomeadamente no que concerne ao saber estar, ao saber pensar e ao saber agir “ a autonomia é a capacidade para pensar, tomar decisões bem como agir por sua iniciativa de forma responsável e madura, “seu grau de maturidade”, (p./5), “ elaboração dos seus objetivos de vida, focalização na intervenção desenvolvendo assim maior inteligência emocional e estabilidade”, (p./5), “variando de jovem para jovem, dependendo também da sua história de vida”, (p./5), ou seja, verifica-se uma ênfase ao nível do comportamento individual e da história de vida que marca todo o percurso comportamental a nível Institucional e ao nível do seu percurso de vida que é fortemente marcado pela sua história de vida.

No que diz respeito à sistematização interdisciplinar sobre o processo de autonomia, com base no saber científico do serviço social, são atribuídos significados, partindo do pressuposto que se trata de um fenómeno social multidimensional ou total.

É esta capacidade de abordagem de forma multidimensional dos fenómenos que distingue a prática dos assistentes sociais de outros profissionais, revelando capacidade de conceptualização teórica, que recorre a várias fontes teóricas para colocar em prática, capaz de analisar os fenómenos de modo a permitir uma intervenção mais realista e objetivada, em termos pragmáticos e ao mesmo tempo ser gerador de mudança social, através da capacitação do indivíduo.

Como foi referido anteriormente e de acordo com o saber científico do serviço social “a autonomia é um conceito multidimensional e não linear ou concreto, este conceito não se deve restringir

à vertente pessoal e psicológica da criança/jovem, mas também à aquisição de conhecimento e de competências funcionais que permitam uma plena emancipação ao nível do emprego, trabalho que permita a construção de uma vida pessoal e familiar”, (p./6), “permitindo a sua adaptação à nova realidade social do meio social desprotegido “inclusão social”, (p./6). Nesta abordagem também é feita referência ao significado que tem ou é atribuído ao início de um processo de autonomização,” não existe uma idade pré-definida para iniciar um processo de autonomização; o mesmo deverá desenvolver-se na fase da adolescência nomeadamente por volta dos 15 anos, pois é nesta idade que o jovem tem uma maior necessidade de se tornar autónomo, de se separar a nível psicológico das suas figuras de referência, é quando ocorrem mudanças ao nível fisiológico, afetivo, intelectual e social. Manifestando vontade em ter objetivos e de adquirir competências que ajudem no seu processo de autonomização”, (p./6).

É de salientar que também é atribuída uma grande importância e significado quanto à estabilidade em termos emocionais e comportamentais por parte dos jovens. De acordo com a atribuição feita por este profissional, qualquer tipo de intervenção para ter sucesso, têm que existir indicadores no jovem que assim o permitam ”evidências mais importantes no jovem são ao nível emocional e comportamental e cognitivo; (p./6).

Por fim, também é atribuído um significado no concerne ao comportamento ”Bom comportamento institucional e fora da instituição”, (p./6), ou seja, traduz a capacidade do jovem em socializar e interagir nos diversos sistemas sociais. “A receptividade por parte do jovem na aquisição de competências”, (p./6), expressa a receptividade por parte do jovem e assume um significado de extrema importância, na medida em que tal como foi já referido anteriormente, este é um fator revelador de estabilidade emocional e comportamental, que só facilita a sua participação ativa neste processo, pois só assim poderá ter sucesso.

Foi necessário desconstruir a análise e interpretação deste objetivo geral, para facilitar a compreensão do mesmo. Efetuou-se uma correlação sobre os significados atribuídos pelos jovens, no que diz respeito à autonomia social e à perceção da mesma, pois só assim é possível construir a sistematização de forma mais objetiva e abrangente, tendo em conta a complexidade de um processo de autonomização que é multidimensional, logo tem várias interpretações, significados e significâncias.

Podemos dizer que decorrente deste processo, quando uma criança/jovem teve vivências instáveis e desestabilizadoras no decorrer da sua adolescência, carecendo de competências, dificultará a sua transição para a vida adulta, “... muitos são os jovens que saem de um acolhimento residencial prolongado para uma vida adulta para a qual diversas vezes não estão preparados...” (Martins, 2004 apud Fernandes, 2010:1).

A autonomia está relacionada com o processo de socialização e com a separação do meio seguro para um meio social autónomo e de ter capacidade de decidir e fazer opções, em que o adolescente atinge na individualidade na sociedade, com se pode constatar através desta afirmação, “Quando

transitei para a Escola Profissional comecei a ter mais liberdade”; (j./2), “É ter a minha liberdade de escolha, ter as coisas que eu mais gosto, ter a possibilidade de decidir e resolver as situações que me ocorrem na minha vida diária”, que por sua vez se integra socialmente, sendo o suporte para a vida adulta e ativa. Este processo inicia-se nos primeiros anos de vida e prolonga-se por toda a vida, estando associado a uma componente comportamental, emocional que se reflete na vida quotidiana do indivíduo e nas decisões.

Como é normal, os jovens também atribuem um significado relativo face à forma como foi desenvolvido o seu processo de autonomização: “O meu processo de autonomização foi desenvolvido a nível pessoal, social, educativo, familiar e integração da comunidade”; (j./1), (j./2), (j./5), “e por outro lado devido às suas problemáticas o processo de autonomização apenas foi desenvolvido, “a nível pessoal, social, educativo e integração da comunidade”. No entanto a intervenção ao nível da autonomização desenvolvida segundo este modelo, capacitou os jovens, através da promoção de várias competências “Ganhei autonomia, adquirir várias competências pessoais, sociais, educativo e de competências profissionais”, (j./2), (j./3), (j./4), de forma a promover a sua autonomização e adaptação ao meio social “Na adolescência adquiri várias competências e ao mesmo tempo tive uma vida normal de um adolescente que vive em casa”; (j./4),” revela adaptação ao meio social em que está inserido e facilita todo o seu processo de autonomização e ao mesmo tempo permite estar disponível para novas aprendizagens, aquisição de novas competências.

Segundo alguns autores, existem vários tipos de autonomia, que fazem parte e constituem a identidade do indivíduo e traduzem a capacidade deste tomar decisões, ter iniciativas e fazer escolhas e ser capaz de gerir a sua vida quotidiana.

De acordo com Erikson, é na adolescência que o indivíduo sente a necessidade de se tornar autónomo, de se separar psicologicamente dos pais ou de outras figuras significativas na sua vida, e onde a autonomia é tarefa central do período de adolescência. Neste sentido, e com base na informação recolhida, os jovens atribuem uma significância importante nos que diz respeito aos valores comportamentais adotados na sua autonomização; nomeadamente no que diz respeito à responsabilidade e maturidade “nível da maturidade integrar-me na sociedade desenvolver determinadas tarefas que ajudam a ganhar mais responsabilidade e maturidade”, (j./5), “Só que tive de ser mais responsável e mais madura mais cedo”, (j./5).

É de referir que os jovens também atribuem um importante significado quanto ao seu envolvimento no processo de autonomização, “Porque comecei a sentir-me mais realizado, com mais autoestima para alcançar e a lutar pelos meus objetivos de forma responsável e com maturidade”; (j./2), “Sim, completamente, porque tive um percurso institucional regular e sempre aderi com facilidade a tudo o que me foi proposto; para alcançar os objetivos a que me propus”, (j./4), “Bom aproveitamento escolar e comportamento escolar, nunca faltei às aulas”; (j./4), “Sim, porque ajudou-me a adquirir as competências essenciais, apesar de gostar mais de estar com a minha família, no entanto considero ter

sido bastante positivo, uma vez que me ajudou a vários níveis que agora reconheço essa importância” (j./2) estes dados indicam a envolvimento destes jovens e o seu comprometimento face ao seu processo de autonomia social.

Todos os jovens inquiridos atribuem um grande significado relativamente à vida na Instituição e às atividades da vida quotidiana da casa, no que diz respeito às regras, aos horários, à realização de tarefas, como se pode verificar: “Cumprimento das regras, horários e realização de tarefas da casa” (j./1), (j./2), (j./3), (j./4), (j./5), (j./6). Esta percepção por parte dos jovens, significa que o seu processo de autonomia também consistia no cumprimento de regras e horários e realização de tarefas, onde era necessário adotar determinados comportamentos, uma vez que o cumprimento dos horários e regras são indicadores ao mesmo tempo de responsabilidade, maturidade, boa adaptação social “Boa relação com os colegas e funcionárias, assim como com os técnicos com quem tive sempre uma boa relação, essencialmente com o Diretor Técnico que foi como um pai para mim e seguindo o exemplo de outros colegas;” (j./2), e envolvimento no seu processo, para além de padronizar o comportamento dos jovens em função dos padrões societais.

Por último, é de referir o significado atribuído ao sentimento relativamente à Institucionalização. Os jovens referem o facto de ter sido importante naquele momento da sua vida e na vida futura, que foi construída através da interação com vários agentes sociais e sistemas sociais com que interagiram e que lhes permitiram processar a mudança nas suas vidas, como se pode verificar através destes testemunhos: “Que me ajudaram a crescer enquanto mulher, pensar de maneira diferente”, (j./1), “Sim, porque ajudou-me adquirir as competências essenciais, apesar de gostava mais de estar com a minha família, no entanto considero ter sido bastante positivo, uma vez que me ajudou a vários níveis que agora reconheço essa importância, (j./2), “ Considero que a Instituição me preparou para a vida”, (j./3), “Considero que a Instituição, ou seja os Técnicos que trabalharam o meu processo de autonomização, fizeram uma boa intervenção” (j./1), (j./2), “A Instituição ajudou-me imenso na construção da pessoa que sou hoje”, (j./6); “Na adolescência adquiri várias competências e ao mesmo tempo tive uma vida normal de um adolescente que vive em ca”, (j./4), “Quando entrei para Instituição pensei que ia ter uma vida complicada e devido a existirem pessoas da mesma cor e tinha uma má impressão da vida institucional”, (j./6) “Preparou mesmo, por tudo o que aprendi e consigo aplicar na minha vida, tudo o que sei hoje ao nível de certas competências devo à Instituição”, (j./6)

## 1. Respostas institucionais do Sistema de Proteção à Criança/Jovem

Tendo em conta que o objeto de investigação incide sobre jovens que estiveram em acolhimento residencial em Centros de Acolhimento Temporário e Lares de Infância e Juventude, será realizada uma abordagem, com maior ênfase nestas duas tipologias de Acolhimento Residencial. O acolhimento em instituição é uma medida de último recurso. Consiste no “acolhimento de criança/jovem, cuja execução é da competência de uma entidade que disponha de instalações e de equipamento de acolhimento permanente e de uma Equipa Técnica que assegure todos os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.” (artigo 49º da Lei 147/99).

De seguida, elencam-se as respostas Institucionais de Proteção à Criança/Jovem existentes em Portugal. Tendo em conta as diversas problemáticas na sociedade atualmente, foi necessário criar-se várias respostas sociais, de forma assegurar o bem-estar social da criança e assegurar as suas necessidades nos mais diversos níveis, promovendo ao mesmo tempo a capacitação destas na sua multidimensionalidade, enquanto Ser Humano.

**Respostas Social Centro de Apoio à Vida** – são pequenas estruturas residenciais destinadas acolher mulheres grávidas ou puérperas com filhos recém-nascidos, em que estes se encontram em situação de perigo derivado à situação da progenitora, cujo superior interesse da criança está em situação de vulnerabilidade social e perigo também.

**Comunidade Terapêutica** - resposta de internamento terapêutico e prolongado em que o seu objetivo é assegurar os cuidados a jovens com problemas de toxicod dependência ou com síndrome de abuso ou dependência de álcool ou de outro tipo de aditividades, que carecem de um apoio psicoterapêutico, com acompanhamento psicológico e acompanhamento ao nível da pedopsiquiatria e psiquiatria tendo em conta a idade do jovem e das suas necessidades. Desenvolvem também, em algumas destas respostas sociais, Projetos Educativos que conferem equivalência escolar, tendo em conta a sua fase de desenvolvimento do programa de reabilitação, não lhes sendo conferida a autonomia e liberdade para desenvolverem os estudos fora do ambiente institucional.

**Lar de Apoio** – Trata-se de uma resposta social especializada e dirigida unicamente para o acolhimento de crianças e jovens, com necessidades educativas especiais, onde são estimuladas ao nível cognitivo, físico, motor e a outros níveis. Desenvolvem uma panóplia de atividades com vista à obtenção do seu bem-estar social e a responder às especificidades das necessidades dos jovens.

**Lares Residenciais** – São respostas sociais vocacionadas para o acolhimento de crianças, jovens e também de adultos portadores de deficiência, que estão impedidos, temporaria ou definitivamente de residir no seu meio familiar. Esta resposta social acolhe jovens com idades a partir dos 16 anos.

**Colégios de Ensino Especial** - Resposta social criada no âmbito de educação especial, pedagógica e terapêutica, especializada e dirigida a crianças e jovens com necessidades educativas especiais, que

prevê o acolhimento de jovens com estas características ou não, consoante as suas necessidades ou por motivos de ausência de suporte familiar.

**Comunidades de Inserção** - Resposta social desenvolvida em equipamento onde está previsto o alojamento do jovem consoante as suas necessidades. Desenvolve várias ações com vista à inserção social de diversos grupos em situação de vulnerabilidade social, que se encontram em situação de exclusão social, pobreza e marginalização social. Apesar desta resposta também ser destinada a jovens, a realidade demonstra normalmente encontram-se poucos jovens acolhidos.

**Casa Abrigo** - resposta social que embora seja destinada ao acolhimento temporário de mulheres vítimas de violência, também acolhem os seus filhos, que também se encontram em situação de perigo face à problemática da mãe. Devido a não terem segurança e não poderem permanecer nas suas residências habituais, origina o acolhimento institucional da mãe e ao mesmo tempo uma resposta social no âmbito da promoção e proteção da criança, uma vez que também se encontra em situação de risco.

**Lares Especializados** – são respostas sociais que pressupõe o acolhimento prolongado de um jovem e nunca por um período inferior a 1 ano, face à sua problemática, são alvo de uma intervenção inter-multidisciplinar dos vários saberes científicos que compõem as Equipas Técnicas e desenvolvem várias atividades com vista a reabilitação/recuperação do jovem, e ao mesmo tempo terapêutica.

**Casas de Emergência Social** – são respostas sociais que se destinam a acolher jovens em situação de emergência social, dada a necessidade de se afastarem da situação que coloca em causa o seu superior interesse o mais rápido possível. Normalmente estes jovens permanecem pouco tempo nestas respostas sociais até serem encaminhadas para outras respostas, face à sua problemática e necessidades.

Tal como foi referido anteriormente, irá ser dado maior ênfase na abordagem das respostas sociais aos Centros de Acolhimento Temporário e Lares de Infância e Juventude, por dois motivos, sendo o principal pelo fato destas respostas sociais serem o foco do nosso objeto de estudo.

O segundo motivo deve-se ao fato de nestas duas tipologias de respostas sociais, no âmbito da Promoção e Proteção da criança/jovem, existir um maior número de jovens acolhidos no sistema de acolhimento português e que de acordo com a lei, são as primeiras estruturas a garantir o superior interesse da criança/jovem. Serão abordados alguns aspetos das estruturas residenciais, assim como alguns procedimentos de atuação nestas respostas sociais, alguns princípios de atuação/intervenção.

**Centros de Acolhimento Temporário** - a capacidade de acolhimento de cada CAT depende dos acordos estabelecidos com a Segurança Social. Este destina-se ao acolhimento temporário de crianças e jovens dos 0 aos 6 anos, de ambos os sexos ou não, (0-12 anos/12-18 anos) por um período não superior a 6 meses (exceto exceções tecnicamente justificadas) e a quem foi aplicada uma medida de Promoção e Proteção. A admissão de crianças no CAT é da responsabilidade do núcleo de Infância e Juventude,

através da Equipa de Gestão de Vagas da Segurança Social do Distrito onde se encontra integrado, objetivando a sua ação principal de forma a satisfazer as necessidades da criança e assegurando o seu bem-estar social.

### **Lares de Infância e Juventude (LIJ)**

Os Lares de Infância e Juventude, são uma resposta de acolhimento, para crianças/jovens em perigo dos 0 aos 18 anos, podendo ser uma resposta destinada a ambos os sexos, cuja duração da medida de acolhimento proferida é de longa duração, podendo exceder os 6 meses. Na prática verificam-se situações de jovens acolhidos há mais de dez anos.

É uma resposta social desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento de crianças/jovens em situação de perigo, por um período de longa duração, em função da aplicação da Medida de Promoção e Proteção, deliberada pelas Entidades competentes nesta matéria e devido à inexistência de alternativas a outro Projeto de vida, que não passe pela autonomização.

Os Lares de Infância e Juventude acolhem crianças desde os 0 aos 18 anos, isto com o objetivo de não separar fratrias e ao mesmo tempo devido à duração das medidas aplicadas e em situações em que já estão todas as alternativas esgotadas, tal como foi referido anteriormente e como previsto na Lei. O Projeto de Vida passa pela Autonomização, podendo a medida de acolhimento residencial ser prorrogada por vontade própria do jovem, desde que esteja a concluir os estudos ou formação. Esta resposta social tem como objetivos<sup>18</sup>:

- Assegurar os meios necessários ao seu desenvolvimento pessoal e à formação académica e profissional, sempre em cooperação com a família, a escola, as estruturas de formação profissional e a comunidade;
- Promover, sempre que possível, a sua integração na família e na comunidade de origem ou noutra medida em meio natural de vida, em articulação com as entidades competentes em matéria de Infância e Juventude e as Comissões de Proteção de Crianças/Jovens, com vista à sua autonomização, através da aquisição de competências e de uma ferramenta muito importante que é a formação académica que facilita a integração destes jovens no mercado de trabalho e na vida ativa.

Estas instituições de acolhimento prolongado, nomeadamente os Lares de Infância e Juventude, são de carácter público, cooperativo, social ou privado e funcionam em regime aberto, com base num modelo relacional familiar, personalizado e integrado na comunidade.

---

<sup>18</sup> - Assegurar o alojamento;

- Garantir a satisfação das necessidades básicas das crianças/jovens e promover o seu desenvolvimento global, em condições tão aproximadas às de uma estrutura familiar;
- Assegurar os meios necessários ao seu desenvolvimento pessoal e à formação académica e profissional, sempre em cooperação com a família, a escola, as estruturas de formação profissional e a comunidade;
- Promover, sempre que possível, a sua integração na família e na comunidade de origem ou noutra medida em meio natural de vida, em articulação com as entidades competentes em matéria de Infância e Juventude e as Comissões de Proteção de Crianças/Jovens, com vista à sua autonomização, através

De acordo com art.35º da LPCJP, alínea f) a medida de colocação em instituição é considerada uma resposta de fim de linha, no qual “...as administrações competentes na matéria continuam a preferir os centros de menores face a outras opções...” (Martins, 2004:179), inclusive famílias de acolhimento, adoção ou o apadrinhamento civil (medida esta que tem tido uma fraca adesão por parte dos candidatos) e preconizar uma intervenção junto da família de origem de modo a provocar alterações à situação que originou o acolhimento, para que desta forma as crianças e os jovens sejam submetidos, o menos possível, à institucionalização em CAT ou LIJ, uma vez que a passagem dos menores por estas respostas sociais provocam traumas para o resto das suas vidas, devido às vivências ocorridas no período da institucionalização e ao impacto nas suas vidas.

Existem várias lacunas quando se analisa a aplicação de uma Medida de Acolhimento institucional, relativamente à ausência de preparação prática para a vida autónoma. Podem-se nomear vários fatores que condicionam a adaptação à vida independente, como a falta de envolvimento nas tomadas de decisão, relativamente a assuntos da sua própria vida, a ausência de relações/interações de qualidade com um adulto e a falta de acompanhamento pós-institucionalização (Freundlich & Avery, 2006, cit. in Calheiros, et al., 2013:242).

Alguns autores conferem que ambientes caracterizados pelo afeto, pela segurança de aceitação e suporte emocional são essencialmente importantes para o desenvolvimento saudável da autonomia dos adolescentes (Calheiros et al., 2013). As relações afetivas que se estabelecem nas instituições de acolhimento têm um impacto positivo no desenvolvimento da criança e jovem, quando são de proximidade e saudáveis, beneficiando assim “o desenvolvimento de competências e de carácter, podendo influenciar a trajetória de vida dos indivíduos, de forma a inibir ou incentivar a expressão de competências cognitivas, sociais e emocionais” (Gaspar, 2014:109).

Em suma, esta análise permite responder a um dos objetivos específicos da investigação, no que concerne às respostas institucionais no sistema de Promoção e Proteção em matéria de infância. Porém, pode-se afirmar que os Centros de Acolhimento Temporários e os Lares de Jovens, são os equipamentos que detêm grande parte dos jovens acolhidos atualmente. Apesar das outras respostas sociais também serem de extrema pertinência, estas caracterizam-se pela sua intervenção em função do público-alvo, das suas características e necessidades ou das suas famílias, sempre que é necessário assegurar o superior interesse da criança/jovem.

## **2 Analisar a dimensão interdisciplinar e multidisciplinar e das equipas de intervenção com jovens institucionalizadas** (Ver anexo VIII)

O quadro teórico conceptual desenvolvido de suporte a esta investigação, refere que “... as diferenças de especializações permitem atribuir unidade à equipa, enriquecendo-a e ao mesmo tempo,

preservando aquelas diferenças...” (Iamamoto, 2002) e segundo o pensamento de (Ferreira, 2010), o participar no trabalho da equipa, o assistente social dispõe de perspetivas particulares de observação na interpretação, possuindo uma competência também distinta para o encaminhamento de ações, o que o torna diferente dos outros técnicos e dos outros profissionais com quem trabalha, de acordo com o pensamento (Ferreira, 2010).

Neste sentido, uma intervenção social deve assentar numa intervenção inter-multidisciplinar. Segundo (Ferreira, 2011), este reforça a importância do desenvolvimento de um modelo de intervenção interdisciplinar, interinstitucional e intersetorial. Segundo este autor, um modelo de intervenção baseado nestas características permite analisar o problema a nível interno das pessoas numa relação com o meio social envolvente.

Como se pode constatar, os profissionais inquiridos fazem parte de Equipas Técnicas constituídas por assistentes sociais, psicólogos e uma animadora, podendo-se assim dizer que estas equipas congregam vários saberes científicos, que preconizam uma intervenção Inter-multidisciplinar e têm bem presente a importância desta dimensão na definição do quadro/modelo metodológico de atuação, como se pode constar na análise supra referida.

---

<b>“Mestrado Integrado em Psicologia, num Psicólogo, num CAT e LIJ”, (p./1);</b>	“Recurso a várias correntes aliadas à experiência de vivência profissional pluridisciplinar”, (p./1); “A existência de equipamentos e equipas pluridisciplinares de apoio a estes jovens”; (p./1); “A intervenção deverá ser pluridisciplinar mas diferenciada para cada individuo”, (p./1);
--	--

---

Neste quadro, está patente a área do saber científico deste profissional no âmbito da psicologia. Através das suas afirmações constata-se a importância que é dada à dimensão pluridisciplinar da intervenção, que congrega a articulação dos outros saberes científicos, através de um modelo/quadro metodológico assente numa intervenção inter-multidisciplinar: “Recurso a várias correntes aliadas à experiência de vivência profissional pluridisciplinar”, (p./1); “A existência de equipamentos e equipas pluridisciplinares de apoio a estes jovens”; (p./1); ”A intervenção deverá ser pluridisciplinar mas diferenciada para cada individuo, (p./1).

---

<b>Licenciatura em Animação Social, Animadora Social, num CAT/LIJ”, (p./2)</b>	“Utilizo os referenciais teóricos-metodológicos utilizados na área da animação serviço social e da psicologia, uma vez que esta complementaridade disciplinar ajuda-nos a perceber melhor as situações”, (p./2);
--	--

---

De acordo com a área científica desta profissional e tendo em conta o quadro teórico conceptual, verifica-se que há um recurso à complementaridade das outras áreas do saber científico, para melhor compreensão e análise das situações/fenómenos, quer sejam sociais ou individuais, “utilizo os referenciais teóricos-metodológicos utilizados na área da animação serviço social e da psicologia, uma vez que esta complementaridade disciplinar ajuda-nos a perceber melhor as situações”. Esta afirmação traduz a importância que é dada por esta profissional à dimensão inter-multidisciplinar, através da necessidade da complementaridade do seu saber científico para ajudar na sua intervenção e para definir o modelo/quadro metodológico.

---

<b>“Licenciatura em Psicologia, Psicóloga, num CAT”, (p./3);</b>	“Uma intervenção delineada multidisciplinarmente congregação de todos os saberes científicos dos vários agentes, que fornecerão ferramentas necessárias para estes atingirem a sua autonomia”, (j./3)
--	---

---

Como é visível neste quadro, a dimensão multidisciplinar também é enfatizada por esta profissional, que afirma que “uma intervenção delineada multidisciplinarmente, com a congregação de todos os saberes científicos dos vários agentes, que fornecerão ferramentas necessárias para estes atingirem a sua autonomia”, (j./3). Esta afirmação encaixa bem no princípio teórico conceptual “equipas de médicos, psicólogos, educadores e outros profissionais que trabalham no terreno com o menor e a família” de (Fonseca & Pedroso, 1998), dado ser uma mais-valia, na medida em que permite uma ação mais eficaz e completa da intervenção social, em especial nesta área da infância e juventude.

Em suma, o que esta profissional expressa é que uma intervenção deve ser planificada tendo em conta o saberes científicos implicados no processo, que através dos seus contributos desenvolvem uma intervenção multidisciplinar, mas sustentada em função dos objetivos que se pretende alcançar.

---

<b>Licenciatura em Serviço Social; Assistente Social num LIJ e num CAT”, (p./4);</b>	“Intervenção inter-multidisciplinar pelos vários elementos da Equipa Técnica”,(p./4);
--	---

---

Este profissional apenas faz referência à importância de uma intervenção inter-multidisciplinar desenvolvida pelos vários técnicos “Intervenção inter-multidisciplinar pelos vários elementos da Equipa Técnica”, (p./4), manifestando assim a sua perspetiva e dimensão quanto à necessidade da existência de um modelo/quadro teórico conceptual que preconize uma intervenção inter-multidisciplinar que congregue o saber científico de cada elemento da Equipa Técnica.

<b>“Licenciatura em Psicologia – Área Clínica –, Psicóloga Clínica, num CAT /LIJ”,(p./5);</b>	“ Com base no modelo de intervenção inter-multidisciplinar e tendo em conta a prática do assistente social, tomo as minhas decisões relativamente ao início da tomada de decisão de dar-se ao início de um processo de autonomização”,(p./5); “ A avaliação de competências é feita no âmbito da intervenção psicológica no âmbito social é feito pelos assistentes sociais e dos outros profissionais envolvidos de forma inter-multidisciplinar”, (p./5)
---	---

---

De acordo com esta profissional e tendo em conta a sua área do saber científico, é notória a importância que esta dá à dimensão inter-pluridisciplinar no desenvolvimento da sua prática profissional, quer ao nível da intervenção, “Com base no modelo de intervenção inter-multidisciplinar” quer ao nível da tomada de decisões técnicas, tendo em conta a prática do assistente social, “tomo as minhas decisões relativamente ao início da tomada de decisão de dar-se ao início de um processo de autonomização”, (p./5), e mesmo ao nível da avaliação que é uma prática muito recorrente no seu desempenho profissional desta área do saber científico, “A avaliação de competências é feita no âmbito da intervenção psicológica; no âmbito social é feito pelos assistentes sociais e dos outros profissionais envolvidos de forma inter-multidisciplinar”, (p./5).

Por conseguinte, esta profissional manifesta que a sua dimensão inter-disciplinar faz parte da sua prática diária, nas mais diversas funções que desempenha, preconizando assim uma intervenção inter-multidisciplinar, onde recorre aos outros saberes científicos para definir a sua intervenção a qualquer nível.

---

<b>“Licenciatura em Serviço Social, Assistente Social num LIJ”, (p./6);</b>	“O processo de autonomização deve ser desenvolvido, por Equipas Técnicas, com base numa intervenção inter-multidisciplinar, e uma intervenção terapêutica, numa perspetiva de empowerment e numa abordagem ecossistémica.”, (p./6);
---	---

---

Este profissional da área do serviço social, refere que deve ser desenvolvido um processo de autonomização. Manifesta que este deve ter por base uma intervenção assente em Equipas Técnicas, que tenham como modelo/quadro metodológico uma intervenção inter-multidisciplinar, “O processo de autonomização deve ser desenvolvido por Equipas Técnicas, com base numa intervenção inter-multidisciplinar” (j./6), e com recurso a outros profissionais, quando afirma que esta deve ser terapêutica “e uma intervenção terapêutica” (j./6).

### **3 Categorizar os referenciais Teórico-Metodológicos de suporte à prática profissional para a promoção de autonomia de vida do jovem institucionalizado (Ver Anexo IX)**

De forma a responder a este objetivo específico e tendo em conta o acima referido, este demonstra uma análise de categorização dos referenciais teórico-metodológico, que dão o suporte à sua práxis na promoção da autonomização em função da área científica dos profissionais que foram alvo de estudo.

Na área da psicologia, nomeadamente das ciências humanas, os profissionais fazem referência ao recurso de quadros teóricos no âmbito do desenvolvimento da criança/jovem,” recurso a várias correntes aliadas à experiência de vivência profissional pluridisciplinar. Saliento a teoria do desenvolvimento humano de uma perspectiva construtivista com referência a Lev Vigotsky”, (p./1).

Por outro lado, mas na mesma área do saber científico, segundo os referenciais teóricos que fazem parte da sua conceção de intervenção e análise, este tem como suporte teórico: “ao nível da psicologia utilizamos um processo ajustado ao perfil de cada criança/jovem, que incide nas diferentes dimensões da autonomia: emocional, comportamental, de valores de acordo com o quadro teórico de cada técnico envolvido no processo”, (j./5), “Utilizo o modelo de intervenção psicodinâmico, que é o quadro teórico que estudei e investiguei e considero ser o mais adequado neste tipo de processo e por dar-me indicações sobre a estabilidade emocional, comportamental e cognitiva”, (j./5).

De acordo com análise efetuada a um outro profissional da mesma área do saber científico, apenas faz referência ao quadro de intervenção metodológica ou de ferramentas de suporte à sua práxis, quando reporta que recorre “às seguintes ferramentas PSEI, PCI e avaliação do PSEI, no entanto considero instrumentos muito simplistas e com pouco cariz prático”, “São realizadas atividades que constam no PSEI e do PCI do jovem de forma a promover aquisição de determinadas competências nas diversas áreas: acompanhamento ao estudo, gestão doméstica, gestão financeira, participação em eventos na comunidade com vista à inserção na mesma”, (p./3).

Aqui é feita referência ao quadro metodológico de intervenção, que utiliza os instrumentos acima mencionados na promoção da autonomia, tendo em conta o modelo que está criado institucionalmente.

É de salientar, que dentro desta área do saber científico, estes referem como um elemento importante no quadro metodológico ou modelo de intervenção, a existência de um modelo metodológico de atuação inter-multidisciplinar, “com base no modelo de intervenção inter-multidisciplinar e tendo em conta a prática do assistente social, tomo as minhas decisões relativamente ao início da tomada de decisão de dar-se início a um processo de autonomização”,(p./5); equipas pluridisciplinares de apoio a estes jovens”, (p./1), de forma a legitimar a sua forma e identidade de atuação da intervenção.

Por outro lado, um profissional na área da animação social, assenta a sua práxis na promoção da autonomização, através da triangulação das teorias e métodos “utilizo os referenciais teóricos-metodológicos utilizados na área da animação, serviço social e da psicologia, uma vez que esta complementaridade disciplinar ajuda-nos a perceber melhor as situações”, (p./2), entendendo assim a

importância da complementaridade na busca e construção do seu saber científico, onde assenta a sua práxis, enquanto profissional; através do desempenho profissional, tem que desenvolver um conjunto de competências com recurso ao desenvolvimento de atividades lúdico-pedagógicas, que têm como finalidade o empowerment do jovem.

Quanto ao quadro metodológico de atuação, é feita referência aos instrumentos utilizados na promoção da autonomia, tendo em conta o modelo que está instituído institucionalmente, no âmbito da certificação da qualidade; “utilizamos as ferramentas que constam nos Manuais da Qualidade, nomeadamente os processos chave e todos os instrumentos que constam neles, neste processo, utilizamos o Plano Sócio Educativo Individual, o Plano de Cooperação e posteriormente é efetuada a avaliação do PSEI”; (p./2);

Na área do saber científico do serviço social, no que concerne ao recurso aos referenciais teóricos e metodológicos de suporte à sua prática, no âmbito da promoção da autonomia, apenas um dos profissionais menciona qual o seu quadro teórico de referência e qual é o seu modelo metodológico de intervenção, “numa fase preliminar, aquando da identificação das necessidades da criança/jovem, aplico o referencial metodológico da pirâmide de Maslow. Como o conceito de autonomia é multidimensional, apoio-me nos referenciais teóricos da teoria ecossistémica, defendida por Bronfenbrenner, que sugere que os diversos contextos ou sistemas ecológicos onde o individuo se desenvolve, estão relacionados entre si, sendo unidades concêntricas que se revelam entre as mesmas e focaliza a interação dos indivíduos em diferentes contextos, contextos estes que designamos por sistemas ecológicos. (j./6); “o processo de autonomização deve ser desenvolvido por Equipas Técnicas, com base numa intervenção inter-multidisciplinar, e uma intervenção terapêutica, numa perspetiva de empowerment e numa abordagem ecossistémica.”, (j./6). Nesta conceptualização também estão patentes quais os referenciais teóricos e modelo de intervenção que assentam na ação inter-multidisciplinar, que faz parte da definição do quadro metodológico e modelo de atuação.

É de referir que este profissional e o outro profissional do mesmo saber científico referem que na promoção da autonomia utilizam os modelos e as ferramentas que constam nos Manuais da Qualidade e Processos Chave “Planos Socio Educativos Individual onde constam os objetivos alcançar, as metas, as estratégias e as atividades individuais e de grupo a desenvolver, elaboramos os Planos de Cooperação Integrado, que diz respeito à participação das entidades externas no PSEI”;(j./4); “o programa de autonomização específico do processo de autonomização é expresso na elaboração do PSEI, do PCI e da avaliação do PSEI, instrumentos e ferramentas provenientes dos manuais da qualidade que foram adaptados à nossa realidade social”,(p./6).

#### **4 Percecionar os significados dos jovens institucionalizados atribuídos ao seu processo de institucionalização e de autonomia de vida**

(Ver anexo XI)

Os significados atribuídos pelos jovens dependem de várias dimensões que fazem parte de todo o processo de acolhimento, desde a vida institucional ao impacto da Institucionalização, nomeadamente esta última, na medida que marca para toda a vida da criança/jovem.

De acordo com a Lei de Promoção e Proteção 147/99, a deliberação da medida de acolhimento, é considerada a medida mais gravosa, no âmbito da Promoção e Proteção, uma vez que a criança/jovem se encontra em situação de risco e perigo, o que leva a que sejam retirados do seu ambiente e acolhidos em ambiente institucional, que embora protegido, é diferente do familiar e da sua dinâmica.

Com base na ideia de (Alves, 2007), a Institucionalização tem como objetivo prioritário defender/proteger a criança/jovem das condições desfavoráveis que é alvo no seu ambiente familiar e fomentar o seu desenvolvimento biopsicossocial.

No entanto, independentemente da idade, é notório e está comprovado cientificamente que a Institucionalização provoca impactos na criança/jovem, aquando da sua integração numa resposta de acolhimento, completamente diferente das suas vivências. Até ao momento da sua retirada, todos os impactos e sentimentos são negativos. Só apenas mais tarde com o desenvolvimento de autonomia, nomeadamente com a sua maturidade e responsabilidade é que o jovem atribuiu importância ao seu processo de Institucionalização.

A forma como o indivíduo encara a institucionalização, é fundamental para seu desenvolvimento emocional e psíquico, vendo a Instituição como uma alternativa de vida, que pode assegurar o seu desenvolvimento biopsicossocial de forma sustentada e promover a sua autonomia. Este posicionamento do jovem face à sua institucionalização, permite delinear o seu Projeto de Vida de forma mais participativa e com objetivos e metas claras, de acordo com os anseios do jovem para o seu futuro.

De acordo com o anexo supra mencionado, pode-se afirmar que todos estes jovens atualmente referem que a Instituição não teve qualquer impacto negativo, “Não tive qualquer impacto negativo, uma vez que foi bastante importante para mim”, (j./1), “Não foi uma escolha minha, gostava de estar com a minha família, no entanto considero ter sido positivo o meu acolhimento, uma vez que ajudou-me muito a vários níveis”, (j./2), “Bom, preparou-me para a vida e mau devido às necessidades que originaram o meu acolhimento, no entanto considero positivo”, (j./3), “Considero que a Institucionalização, não me provocou qualquer impacto negativo, mas pelo contrário, saí de uma situação de desproteção familiar e me proporcionaram adquirir competências a vários níveis, que facilitou a minha transição para a vida ativa”,(j./4), “Preparou-me para a vida, não teve qualquer impacto negativo, mas sim pelo contrário”, (j./5), “ O impacto da Institucionalização na minha vida foi positivo, embora no início tivesse algum receio na adaptação “,(j./6). Há uma valorização do processo de mudança

que a Institucionalização operou nas suas vidas, relacionando sempre com os ganhos que tiveram e que são o mais-valia na sua vida ativa.

De acordo com o quadro teórico conceptual, a preparação para a autonomia é inerente, no que concerne à intervenção no acolhimento residencial que tem a responsabilidade de intervir a este nível de forma a “potenciar e otimizar todo o processo de crescimento e individuação/autonomia, à sua capacidade de tomada de decisões, bem como à resolução de problemas, auto-orientação e responsabilidade social” (Gomes, 2010).

A autonomia, com base nos referenciais teóricos que serviram de suporte a esta investigação, referem que o processo de autonomia deve iniciar-se logo na 1ª fase da adolescência, no entanto existem outras correntes, que referem que este processo deve ser construído quando os jovens começam a dar sinais ao nível de um comportamento mais estável, de maior estabilidade emocional, sendo aí que devem iniciar este processo. Outros autores também referem que não existe idade exata para se intervir ao nível da autonomização.

É de referir que o acolhimento com carácter prolongado, dificulta por vezes este processo “... cria um quadro de referências que intervém na vida da criança e jovem em várias dimensões: cognitiva, afetiva e emocional, que orienta as suas relações e que dita as suas respostas comportamentais...” (Gomes, 2010:173). Segundo esta referência, pode-se constatar que o contexto em que a criança/jovem viveu durante alguns anos, passa a ser o seu ambiente sistémico social, onde cria vínculos num ambiente securizante, que modela e acultura a criança/jovem.

Ao se efetuar esta análise pretende-se perceber os significados dos jovens no seu processo de autonomia social, de uma forma mais generalista, visto que o objetivo geral, em certa parte, dá resposta a este objetivo específico, uma vez que a informação recolhida junto dos jovens atualmente é fortemente marcada pelas perceções/sentimentos que estes detêm agora do seu processo de autonomização, em função da sua vida atual (situação profissional e socio familiar), “ Foi um processo bem estruturado e planificado, dado ter adquirido várias competências necessárias para enfrentar os desafios de hoje, que a vida nos proporciona”, (j./4), “ Considero que foi bastante positivo, porque tudo o que sou hoje devo à Instituição”, (j./6); e das mais-valias que obtiveram, pelo fato de estarem institucionalizados e onde adquiriram competências a vários níveis, “ Foram-me dados ensinamentos, competências e transmitidos determinados valores, que considero que fazem parte do meu crescimento e processo de mudança”, (j./1), “ Considero que o meu processo de autonomização foi muito bom para mim, porque ganhei responsabilidade e as capacidades que tenho atualmente” (j./5), ganharam maturidade e responsabilidade, “ Foi positivo porque comecei-me a sentir-me mais realizado em alcançar determinados objetivos e a lutar de forma responsável que queria obter sempre contando com o apoio dos técnicos e colaboradoras que ajudaram adquirir determinadas competências”, (j./2), e foram inseridos socialmente, quer em termos Institucionais e Educativos como noutros contextos, onde lhes foram proporcionadas determinadas experiências e ferramentas, “Tenho uma boa perceção do meu

processo de autonomização, uma vez que me foram dadas ferramentas e desenvolve-las no exterior da Instituição, levou-me a que desse mais importância a este processo”, (j./3), que os ajudaram no seu processo de autonomização e transição para a vida ativa, com sucesso.

Face à análise efetuada e tendo em conta o quadro teórico conceptual, com base numa abordagem ecossistémica, que possibilita conhecer a individualidade do sujeito, através da sua interação em diversos sistemas e contextos onde constroem as suas perceções e significados em função da sua história de vida.

## **5 Relacionar o processo de institucionalização com o processo de autonomização do jovem após a saída da instituição, criando uma matriz metodológica de transição do meio protegido para o meio social (Ver Anexo XII )**

Ao responder a este objetivo específico, iremos estabelecer uma relação entre o processo de Institucionalização formal e o Processo de Autonomização Formal, tendo como objetivo final, após a sua sistematização, criar-se uma matriz metodológica de transição do meio protegido (institucionalização) para o meio social desprotegido, servindo de instrumento metodológico de compreensão da transição para o meio social desprotegido a autonomização.

Neste sentido, para melhor compreender-se esta relação, foi efetuada uma análise em relação a cada processo, tendo em conta as seguintes dimensões:

No processo de Institucionalização as dimensões analisadas foram: definição jurídico-legal do conceito de Institucionalização Formal, aplicação da medida, impacto Institucional (Positivo/Negativo), percurso institucional (positivo/negativo), projetos de vida no que concerne à sua aplicação das medidas consagradas na lei de Promoção e Proteção.

Por outro lado, no diz respeito ao Processo de Autonomização Formal abordou-se as seguintes dimensões: definição do conceito de Autonomia Formal, tendo conta a sua definição jurídico-legal, o impacto da autonomização formal na vida social, o percurso Institucional, em função da influência na autonomização e por fim, os Projetos de vida nomeadamente aplicação de medidas neste âmbito.

Esta análise relacional do processo de Institucionalização Formal e de Autonomização, realizada em função das dimensões supra mencionadas, ajuda a perceber esta relação e a diferenciá-los ao mesmo tempo, porque são processos que são alvo de uma intervenção diferenciada.

O anexo n.º XII expressa a definição do conceito de Institucionalização Formal, desenvolvido em função do seu enquadramento jurídico-legal. Neste sentido, pode-se dizer que a medida de acolhimento em instituição, consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral. (Artigo 49.º).

No que concerne a este processo as medidas são aplicadas pelas entidades competentes em matéria de Infância e Juventude, tais como os Tribunais e as CPCJS.

O acolhimento em instituição pode ser de curta duração ou prolongado. O acolhimento de curta duração tem lugar em casa de acolhimento temporário por prazo não superior a seis meses (no entanto a realidade é outra). O acolhimento prolongado tem lugar em lar de infância e juventude e destina-se a crianças/jovens, quando as circunstâncias do caso aconselhem um acolhimento de duração superior a seis meses.

Relativamente ao impacto do Processo de Institucionalização Formal, nomeadamente de acordo com a dimensão Impacto da Medida (Positivo/Negativo), é salientar que todos os jovens que vivenciaram a experiência da Institucionalização, referiram que não sofreram qualquer impacto negativo com aplicação da medida de acolhimento institucional, como se pode verificar através dos seus testemunhos, “ Não fiquei com nenhum impacto negativo, uma vez que foi bastante importante para a minha vida naquele momento e na minha vida”, (j./1), “ Não foi uma escolha minha, gostava de estar com a minha família, mas no entanto foi positivo”; (j./2), “ Bom, preparou-me para a vida, e mau porque devido às necessidades que originaram o meu acolhimento, mas no entanto considero positivo”, (j./4), “Considero que a Institucionalização não me provocou qualquer impacto negativo, mas pelo contrário, porque sai de um ambiente de desproteção familiar”, (j./4), “Preparou-me para a vida, não teve qualquer impacto negativo, mas sim pelo contrário”, (j./5), “ O Impacto da Institucionalização na minha vida foi bastante positivo, embora no início tenha tido receio na adaptação, (j./6).

Pode-se assim afirmar que a Instituição cumpriu com os seus objetivos, na medida em capacitou estes jovens e preparou-os para a vida, refletindo-se atualmente no sucesso da transição para a vida ativa, onde foi respeitado o seu superior interesse.

No que diz respeito à dimensão Percurso Institucional, que assume uma grande importância na vida Institucional do jovem e tem implicações no envolvimento e desenvolvimento do seu projeto de vida, de acordo com as afirmações dos jovens, verifica-se que todos tiveram um percurso estável e regular, como se pode verificar: “ Sim, foi um percurso estável”, (j./1), “Sim, porque ajudou-me adquirir competências para encarar a realidade”, (j./2), “Sim, consegui adquirir competências e desenvolve-las no exterior da Instituição, e levou-me a dar mais importância às coisas”, (j./3), “Sim, o meu percurso Institucional foi, estável durante todo o período de acolhimento, e alcançar os objetivos a que me propus alcançar”, (j./4), “ Sim, completamente”, (j./5), “ Sim, porque tive sempre um comportamento interno adequado e ao nível externo também” , (j./6).

Estas afirmações revelam ao mesmo tempo, que para além do percurso institucional, estes também atribuem uma significância ao comportamento e às aquisições ao nível de competências, transportando assim nos seus discursos, as mais-valias que obtiveram no seu processo de Institucionalização formal.

Por último, importa analisar a dimensão Projeto de Vida, nomeadamente a aplicação das medidas, que de acordo com o que foi analisado anteriormente, são deliberadas pelos Tribunais e pelas CPCJS, ou seja, as medidas aplicadas num Processo de Institucionalização Formal encontram-se consagradas na Lei 147/99:

- Apoio junto dos pais;
- Apoio junto de outro familiar;
- Confiança a pessoa idónea;
- Apoio para a autonomia de vida;
- Acolhimento familiar;
- Acolhimento em instituição, sendo que esta é a medida de Promoção e Proteção mais gravosa.

No que concerne ao Processo de Autonomização Formal, este será alvo do mesmo tipo de abordagem do Processo de Institucionalização, ou seja em função das várias dimensões criadas de forma a se obter uma perceção objetiva deste processo. No que diz respeito à sua definição jurídico-legal, o conceito de Autonomia Formal está refletido no art.º 34, da lei 147/99, “Proporcionar-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral”. Tem por base na sua definição, as condições necessárias que se deve preconizar para garantir a proteção a vários níveis dos jovens, promovendo ao mesmo tempo competências ao nível da educação e formação e do seu desenvolvimento, enquanto Pessoa autónoma.

No âmbito da aplicação da medida neste processo, esta também é aplicada pelas entidades competentes em matéria de Infância e Juventude, tais como os Tribunais e as CPCJS, quando estão esgotadas todas as alternativas, que não sejam o acolhimento residencial.

Quanto à dimensão do Impacto do Processo de Autonomização Social, atribuem as seguintes perceções: “A crescer, a ter responsabilidades, pensar de maneira diferente, adquirir valores, fundamentais para a minha autonomização” (j./1), “Ajudou-me imenso a construir a pessoa que sou hoje, com responsabilidade, capacidade para resolver os meus problemas e ajudar ainda quem mal tratou-me”, (j./2), “A Instituição preparou-me para a vida, ganhei autonomia, desenvolvi várias competências a nível educativo, pessoal, social e ainda ao nível profissional”, (j./3), “ Preparou para vida, ajudou a enfrentar os desafios da vida e estar preparado para organizar o meu futuro”, (j./4). “Atualmente consigo desempenhar o meu papel de mãe de forma responsável em função das competências a vários níveis”, (j./5), “ Preparou mesmo, tudo o que aprendi e consegui aplicar na vida, tudo o que sei hoje devo à Instituição, tive uma adolescência onde adquiri várias competências e ao mesmo tempo tive uma vida normal à de outro jovem”, (j./6).

Estas afirmações refletem que os jovens envolvidos neste Processo não tiveram qualquer impacto negativo, pelo contrário, atribuem uma significância bastante positiva em relação à sua adesão,

participação e envolvimento no processo de Autonomização Formal, e revela os ganhos que estes obtiveram no seu crescimento e desenvolvimento pessoal e social.

A próxima dimensão de análise diz respeito ao Percurso Institucional, nomeadamente a influência que este exerce na autonomização social. De acordo com as informações prestadas pelos jovens, pode-se ver até que ponto o seu percurso institucional exerce influência neste processo, através das seguintes afirmações: “ Sim, foi um percurso estável”, (j./1), “Sim, porque ajudou-me adquirir competências para encarar a realidade”, (j./2), “Consegui adquirir competências e desenvolve-las no exterior da Instituição, e levou-me a dar mais importâncias às coisas”, (j./3); “Alcançar os objetivos a que me propus alcançar”, (j./4), “ Sim, completamente”, (j./5), “ foi mais fácil para participar ativamente e envolvendo-me neste processo”, (j./6).

Como se pode constatar, o percurso institucional exerce *a posteriori*, na fase de autonomização, uma influência positiva nestes casos. Isto leva-nos a compreender e a perceber que quanto mais estável for o percurso institucional do jovem, o seu processo de Autonomização Social terá mais sucesso, na medida em que os comportamentos adotados pelos jovens revelam uma maior estabilidade comportamental, emocional, que proporciona uma maior disponibilidade para novas aprendizagens.

No que diz respeito à dimensão Projeto de Vida e aplicação de medidas estas estão previstas na lei 147/99, art.45°:

A medida de apoio para a autonomia de vida consiste em proporcionar diretamente ao jovem com idade superior a 15 anos, apoio económico e acompanhamento psicopedagógico e social, nomeadamente através do acesso a programas de formação, visando proporcionar-lhe condições que o habilitem e lhe permitam viver por si só e adquirir progressivamente autonomia de vida.

Esta medida pode ser aplicada a mães com idade inferior a 15 anos, quando se verifique que a situação aconselha a aplicação desta medida.

A medida de apoio em meio natural de vida, consiste em apoiar financeiramente o jovem no processo de transição de desinstitucionalização para a vida autónoma e ativa.

A matriz (Ver anexo X) é o resultado da sistematização do Processo de Institucionalização Formal e do Processo de Autonomização Formal, que expressa a intervenção que deve ser desenvolvida em cada processo, dada a sua diferenciação e pode servir como ferramenta de trabalho para os profissionais que trabalham estes processos, uma vez que este instrumento/ferramenta, pode utilizado de forma individual para cada processo de autonomização.

Como está referenciado no quadro teórico, nem todos os jovens estão preparados para assumir a sua autonomia, por vários fatores. Apesar se serem desenvolvidas várias estratégias de intervenção em meio social protegido, com vista à preparação para a transição para o meio social desprotegido, em que vão enfrentar uma nova realidade, precisam de uma preparação em meio social protegido, e posteriormente precisam de uma intervenção no momento da transição, assim como, necessitam de uma

intervenção em meio social desprotegido, para que esta intervenção seja consistente e promova a integração social e ajude nesta fase da sua vida, dado que se trata de uma mudança social significativo.

No que diz respeito à preparação para a vida, ou seja, no que concerne ao que foi intervencionado e alcançado com esta preparação, visto que é essencial e assume um papel fulcral na futura transição para o meio desprotegido, como podemos constatar através da seguinte análise de conteúdos: “ A crescer a ter responsabilidade, pensar de maneira diferente, adquirir valores, fundamentais para a minha autonomia. Considero que o trabalho elaborado pela Equipa Técnica, foi muito importante na minha regulação comportamental e a ganhar estabilidade a vários níveis” (j./1), “A Instituição ajudou-me imenso a construir a pessoa que sou hoje, com responsabilidade e capacidade para resolver os meus problemas e ajudar ainda quem mal me tratou” (j./2), “ Considero que a Instituição me preparou para a vida, ganhei autonomia e desenvolvia várias competências a nível pessoal, social, e educativo, dotando-me ainda mais de competências profissionais que desenvolvia nos períodos de interregno escolar”(j./3), “Considero que a Instituição me preparou para a vida. Ganhei autonomia, que me ajudou a enfrentar os desafios da vida e a estar preparado para organizar o meu futuro”, (j./4), “ Sim completamente. Atualmente consigo desempenhar as minhas funções parentais de forma responsável em função das competências que adquiri a vários níveis” (j./4), “ Preparou mesmo, tudo o que aprendi e consegui aplicar na vida, tive uma adolescência onde adquiri várias competências”, (j./6)

Deste modo, é necessário preconizar uma intervenção que contemple as seguintes medidas e estratégias de intervenção:

Categorias	Medidas e Estratégias de Intervenção
Promoção	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a capacitação do jovem a vários níveis;</li> <li>• Promover a capacidade de resolver os seus problemas por si;</li> <li>• Promover a capacidade de tomar opções;</li> <li>• Promover a integração em apartamentos de autonomia nesta fase.</li> </ul>
Intervenção	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fomentar a intervenção pessoal, social, educativa, familiar e comunitária;</li> <li>• Criar um Plano de Autonomização em função da individualidade e características dos jovens, dando ênfase à vertente prática (questões práticas da vida quotidiana) e à sua monitorização;</li> <li>• Intervir ao nível das competências que se manifestem mais frágeis;</li> <li>• Intervir ao nível psicológico;</li> <li>• Intervir ao nível da estabilidade comportamental, emocional e cognitivo;</li> <li>• Intervir ao nível da capacidade de resiliência</li> <li>• Acompanhamento Individual, no sentido de avaliar as suas competências e perspetivas, face aos desafios inerentes à vida em meio social.</li> </ul>

Categorias	Medidas e Estratégias de Intervenção
Promoção	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aquisição de competências ao nível da gestão financeira, vida doméstica;</li> <li>• Promover os valores de responsabilidade e maturidade, de modo a cumprir com as suas obrigações e deveres a vários níveis enquanto cidadão;</li> <li>• Promover hábitos de trabalho Intervir ao nível das relações humanas e sociais, como elementos facilitadores da sua inclusão social e autonomia plena.</li> </ul>
Intervenção	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preparar o jovem para o processo de mudança do meio protegido para a vida ativa/vida em meio social;</li> <li>• Intervir ao nível da Educação para o direito e cidadania, de forma a capacitar o indivíduo para a exercitação da sua cidadania plena;</li> <li>• Preparar para o momento da transição.</li> </ul>
Rede	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sinalização à rede social para apoiar o jovem nesta fase de transição para a vida futura;</li> <li>• Envolver a família ou a rede de suporte familiar neste processo.</li> </ul>
Apoio/Ajuda	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio na busca de trabalho, formação profissional e a nível académico.</li> </ul>

Tabela n.º 8 – Medidas e Estratégias de Intervenção

Estas medidas/estratégias, como se pode comprovar da análise de conteúdos desenvolvida relativamente a este processo, demonstram que estas medidas são essenciais na promoção da autonomia, como se poderá ver seguidamente na análise ao meio social desprotegido. Para que estas medidas/estratégias resultem, é necessário que se crie ao mesmo tempo, um conjunto de instrumentos e ações que facilitarão a aplicação destas medidas: plano de autonomização, acompanhamento psicológico, plano de autonomização/monitorização, sinalização à rede social do caso, plano de autonomização/envolvimento familiar, plano de autonomização/capacitação social, plano de autonomização/intervenção social/intervenção psicológica.

Estes instrumentos e ações têm como objetivo principal, apoiar os jovens no seu ambiente social desprotegido, permitindo assim a efetivação das medidas supra referidas, recorrendo também à envolvência da família e aos recursos existentes da rede social que têm a obrigação de apoiar os jovens em situação de vulnerabilidade social.

Quanto ao meio social desprotegido, ou seja a autonomização do indivíduo, estes deparam-se com vários desafios, obstáculos e constrangimentos, aquando da sua transição para este meio, como se pode verificar através desta análise de conteúdos: “ Concluir a escola e conciliar com o trabalho e com o facto de ser mãe”, (j./1), “ O facto de estudar e trabalhar ao mesmo tempo, uma vez que solicitei ao Tribunal a cessação da medida de acolhimento residencial, quando atingi a maioridade”, (j./2), “ Falta de apoio familiar, apesar de ter família”, (j./3), “Dificuldade em obter trabalho”, (j./3), “Dificuldade na

obtenção de habitação”, (j./3), “Desligar-me dos laços com as pessoas de referência da resposta social, que foram criados com o longo período de institucionalização”, (j./4), “Dificuldade em arranjar habitação de acordo com os meus rendimentos”, (j./4), “ Apenas tive dificuldade em encontrar trabalho na minha área de formação e que me garantia uma situação financeira mais estável”, (j./5), “ Problemas em arranjar habitação e na procura de trabalho e ausência de suporte familiar”, (j./6).

Esta análise de conteúdos reflete os constrangimentos e as dificuldades, que os jovens passam quando atingem a autonomização, problemas esses que carecem de um conjunto de medidas, instrumentos e ações de modo a minimizar esta situação de vulnerabilidade social.

As medidas de apoio a estes jovens no período pós-desinstitucionalização, que passaram por um processo de autonomização, devem ser delineadas em função dos constrangimentos individuais, de modo apoiar os jovens nesta transição, que é essencial para que o seu processo de autonomização seja consolidado com sucesso. Deste modo, face à análise de conteúdos e tendo em conta o conhecimento real destas situações propõe-se as seguintes medidas:

- Garantir a existência de uma Equipa de Apoio após o momento de desinstitucionalização e que garanta o apoio posteriormente até existir necessidade;
- Apoio na utilização dos recursos e serviços existentes na comunidade para tratar da sua vida pessoal;
- Beneficiar de apoio social, económico e habitacional;
- Beneficiar de apoio Institucional;
- Beneficiar dos serviços existentes na rede social;
- Alteração da legislação de forma a garantir os apoios necessários para jovens nesta situação na sua fase de vida.

De modo a minimizar estes constrangimentos, que se verificaram na análise de conteúdos, é necessário criarem-se alguns instrumentos de intervenção e o desenvolvimento de algumas ações que garantam a efetivação destas medidas. Face a este contexto de análise, criaram-se os seguintes instrumentos e ações: sinalização à rede social, intervenção da rede social, apoio institucional e medidas legais de apoio, alterações legislativas de forma a priorizar o apoio a estes jovens, no sentido de promover a sua inclusão social.

## 6 CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação assumiu como questão central compreender e interpretar “Qual o significado atribuído pelos jovens ao seu processo de autonomia? Quais as percepções dos profissionais que acompanham na instituição o jovem sobre o seu processo de autonomia de vida?”.

Esta questão só foi possível ser compreendida, partindo dos percursos dos jovens institucionalizados na infância, que passaram por um processo de autonomização, e através das percepções dos profissionais, que desenvolvem esta intervenção e a sua prática profissional, tendo por base o seu saber científico, a sua inter-disciplinaridade, o que possibilitou chegar a determinadas percepções, em função da pergunta de partida e do objetivo geral e específicos, que nortearam toda a investigação.

Neste sentido e tendo em conta a análise de conteúdos realizada aferiu-se o seguinte: através da sistematização das percepções, numa perspetiva interdisciplinar sobre o processo de autonomia, dado este ser um processo multidimensional e complexo, os profissionais atribuem significado ao processo de autonomização, através da definição do conceito de autonomia, tendo em conta a sua vertente científica, dando ênfase aos objetivos que pretendem alcançar com o desenvolvimento de um processo desta natureza, à aquisição de competências pessoais e sociais, à definição dos objetivos de vida, ao percurso e sucesso escolar, à aquisição de valores como a responsabilidade, maturidade, à capacidade de resolver os problemas por si próprio e fazer opções, dando uma importância fulcral à estabilidade comportamental e emocional do jovem, ao longo de todo o percurso Institucional, na participação do seu processo de autonomia. No entanto estas percepções e significados são atribuídos em função da interdisciplinaridade de cada profissional, que congregam um conjunto de saberes especializados, que facilita a sistematização destes significados/percepções de grande diversidade.

Por outro lado, os jovens atribuem significados sob influência das suas vivências e da sua individualidade, visto que é o resultado da experientiação na primeira pessoa, numa vida em ambiente institucional prolongado, que sofreram o impacto da institucionalização e que desenvolveram um processo de autonomização. Atribuíram significados relevantes para a compreensão da sua autonomia, através da correlação das categorias, relativamente à autonomia e à sua percepção da autonomização, de uma forma mais objetiva e realista, no que diz respeito aos sentimentos, relativamente a este processo e á sua percepção, ou seja, relativamente à forma como foi intervencionado/delineado o seu processo de autonomização, sentimentos face à Institucionalização, à importância da aquisição de competências a vários níveis, preparação para a vida ativa, percepção da adaptação social, valores como a responsabilidade e a maturidade e os sentimentos relativos à instituição. No entanto a expressão destes significados, revelam ao mesmo tempo que estes são produzidos em função da sua situação sociofamiliar

e da situação profissional atualmente, uma vez que estes se manifestam e traduzem-se na intervenção que foi desenvolvida, de modo a tornarem-se estes jovens autónomos e que exercitam a sua cidadania plena.

Em função do exposto, e fazendo uma correlação com a sistematização e perceção numa perspetiva interdisciplinar dos profissionais, em que as suas perceções, revelam uma visão mais teórica e subjetiva, por outro lado, os significados atribuídos pelos jovens expressam nada mais, que toda a sua vivência em meio Institucional, durante período de longa duração, que são de extrema relevância, dado à sua objetividade, por serem significados vivenciados na primeira pessoa, traduzindo nada mais do que as vivências ao longo de todo o processo de Institucionalização, até à transição para a vida ativa, expressando também a sua importância na sua realização pessoal, social, familiar atualmente.

Relativamente a este objetivo específico, no que diz respeito às respostas sociais existentes no âmbito da proteção da Infância e no que concerne à Promoção e Proteção, são as respostas sociais de CAT e de LIJ que preconizam essencialmente este tipo de intervenção. No entanto, as instituições que têm respostas sociais residências, em função das problemáticas, no âmbito da saúde e da educação especial e de outras, como se pode verificar na descrição das respostas sociais já referidas, também podem executar medidas de acolhimento, deliberadas pelo Tribunal ou pelas Comissões de Proteção de Crianças/Jovens, através da celebração de um Acordo de Promoção e Proteção; menores que tenham uma deficiência permanente, perturbação psiquiátrica e comportamentos aditivos, ou que por outro lado, que a problemática dos progenitores também exija uma intervenção a este nível, são assegurados os cuidados terapêuticos e socioeducativos, estas respostas sociais também assumem a execução da medida.

No que concerne ao objetivo específico, relativamente à análise inter-multidisciplinar das equipas de intervenção com estes jovens conclui-se o seguinte, partindo das palavras de (Iamamoto, 2002) “as diferenças de especializações permitem atribuir unidade à equipa, enriquecendo-a e ao mesmo tempo, preservando aquelas diferenças”, estas diferenças existentes provenientes dos diversos saberes científicos, são o resultado da congregação dos vários saberes científicos, que dão e criam a dimensão inter-multidisciplinar dos profissionais, fundamental para desenvolver o seu modelo/quadro metodológico de intervenção, que facilita a interpretação, compreensão, análise e legitima a intervenção e o trabalho em equipa.

Por outro lado, também se verifica que em função das várias áreas do saber científico dos profissionais, o trabalho inter-multidisciplinar é mais participativo e envolvente, dada a necessidade de existir esta conjugação de saberes, que expressa nada mais do que o modelo/quadro metodológico de intervenção utilizado, tendo em conta a dimensão inter-multidisciplinar dos profissionais que está na génese da sua intervenção.

No que concerne ao objetivo específico, e ao categorizar os referenciais teóricos-metodológicos de suporte à prática profissional na promoção da autonomia de vida dos jovens institucionalizados, chegou-se às seguintes conclusões: na análise categorial do saber científico de cada profissional, no que concerne aos referenciais teórico-metodológicos, que norteiam a sua atuação, verifica-se, com a exceção de dois profissionais de diferentes áreas do saber científico, que não fizeram qualquer referência aos seus referenciais teóricos-metodológicos, o que leva a concluir que a sua atuação enquanto profissionais na área da promoção, apenas se foca no recurso a ferramentas como PSEI, PCI e avaliação dos mesmos, para aferir e construir um processo de autonomização, que tem ser abordado de uma forma multidimensional, face à sua complexidade e tem que ter por base uma boa sustentação teórica que fundamente a intervenção, que legitime e defina o seu modelo /quadro metodológico.

Todos os outros manifestaram quais eram as suas orientações concetuais em termos teóricos e metodológicos, manifestando assim a importância de ir beber à teoria a fundamentação para compreender determinados fenómenos e orientar a sua práxis, assente num modelo intervenção/quadro metodológico inter-multidisciplinar. No entanto tal como foi referido pelos profissionais, estes têm como quadro metodológico de intervenção o modelo preconizado pelos Manuais da Qualidade e Processos Chave.

No que concerne à praxis dos diversos profissionais que atuam nesta área e que recorrem a este modelo ou referenciais instrumentais, têm que transformar os conhecimentos teóricos-científicos em ações pragmáticas, criativas, que tenham inovação social e empreendedorismo, que envolva todos os agentes que fazem parte do acolhimento (incluindo a criança-jovem), pois só assim há união e cooperação, com impactos positivos no processo de mudança e o atingir de objetivos de empowerment da criança/jovem para a sua autonomia e cidadania.

De acordo com a análise que foi feita no que diz respeito aos referenciais teóricos e metodológicos, levantam-se as seguintes preocupações:

Será que a utilização destes modelos referenciais burocráticos, não levam a que os Profissionais esqueçam os referenciais teóricos que sustentam as suas ações, onde cada vez mais, face às vicissitudes da sociedade, se torna importante capacitar as crianças/jovens de autonomia e promover a sua exercitação de cidadão?

Por outro lado, será que a restrição à utilização este quadro metodológico de intervenção, não tem influência na perda da qualidade da relação humana entre o sujeito (jovem) e profissional?

Quanto ao objetivo específico, para perceber o significado dos jovens institucionalizados, relativamente ao seu processo de institucionalização e de autonomia de vida e melhor se compreender estes significados, foi necessário efetuar-se uma correlação categorial, relativamente ao impacto da Institucionalização e a percepção da autonomização.

Como se pode constatar através da análise de conteúdos, todos os jovens atribuem significado positivo face ao Impacto da Institucionalização, que é de extrema importância no decurso da sua vida institucional. Numa primeira fase passa pela adaptação ao meio, que assume um significado importante, uma vez que o impacto da Institucionalização e a vida Institucional são fatores que estão intrinsecamente ligados, e criam significados e percepções no seu processo de institucionalização e autonomização que é fortemente marcado por estes fatores.

É com a vivência Institucional, com a relação com os pares, com a relação com os Técnicos, e com os diversos agentes sociais que interagem com os jovens, que circulam nos mais diversos sistemas e contextos, tal como defende Bronfenbrenner (1979), na sua teoria ecossistémica, que diz para melhor compreensão das dinâmicas sociais, é necessário a compreensão das interações dos indivíduos uns com outros e com os vários sistemas com que interagem nos vários ciclos de vida, pois só assim é possível compreender o indivíduo na sua globalidade e perceber a sua identidade e personalidade, que vão sendo construídas no seu processo de desenvolvimento e os valores que estes adquirem e criam os seus significados pessoais em relação aos vários fenómenos que ocorrem nas suas vidas.

Por outro lado quanto à percepção da autonomização, é fortemente marcada pelas vivências dos jovens, ao longo do seu período de institucionalização, que origina que os significados sejam feitos com base nesta premissa e com base na situação atual, no que diz respeito aos ganhos (competências pessoais, sociais, educativas e outras) e às mais-valias (habilidades sociais) que os tornou indivíduos autónomos e os ajudou na transição para a vida ativa. No entanto esta passagem Institucional, marcará para toda a vida os jovens, embora estes tenham respondido que foi um processo positivo e importante no seu desenvolvimento enquanto Ser Humano e que se traduz na sua vida quotidiana.

Podemos afirmar, tendo em conta o que foi dito, que se o processo de institucionalização, tendo em conta todas as dimensões inerentes a este processo, for positivo, facilita a consolidação do processo de autonomia e influencia toda a percepção e significado relativamente ao mesmo; desenvolvem-se competências a vários níveis e torna-se um elemento facilitador de adaptação à nova realidade social.

Por fim e de forma a dar resposta ao objetivo específico, relacionar o processo de Institucionalização com o processo de autonomização, após a saída da Instituição, criando uma matriz de intervenção para o meio social. Devido à complexidade deste objetivo e de forma a obtermos os resultados pretendidos e chegar às conclusões desejadas, ao delinear este objetivo, procedeu-se primeiramente à análise da relação do processo de institucionalização formal e autonomização formal, de modo a criar a matriz de intervenção para o meio social.

Em função da análise de conteúdos desenvolvida sobre a relação do processo de institucionalização formal e autonomização formal, foi necessário efetuar-se uma sistematização destes processos, tendo em conta as várias dimensões que constam na análise desenvolvida, e obteve-se as seguintes conclusões: esta análise relacional de dimensões de acordo com o processo de institucionalização formal e de autonomização formal, permite compreender a percepção dos jovens,

relativamente à sua participação nestes processos, e ao mesmo tempo compreender a definição de ambos conceitos, e ajuda a perceber o impacto da aplicação das medidas e a influência que o percurso institucional pode ter em ambos os processos; por fim é feita referência aos Projetos de Vida de ambos os processos e quais as medidas a aplicar. Nesta análise concluiu-se que os processos são diferenciados mas interligados, e que a intervenção em ambos os processos deverá ser diferenciada, de forma a perceber quais os significados atribuídos pelos jovens em ambos os processos.

Em suma e para responder a este objetivo na sua totalidade, foi necessário proceder a uma sistematização, que permitiu ao mesmo tempo fazer um exercício reflexivo. Para criar uma Matriz Metodológica de transição do Meio Protegido para o Meio Social de Autonomização, esta pode ser um instrumento a utilizar pelos profissionais desta área, na medida em que obriga a efetuar um exercício reflexivo, relativamente a cada processo de autonomização individual, tendo em conta as várias dimensões do Meio Social Protegido e do Meio Desprotegido, que têm influência sobre estes, sendo assim essencial delinear-se medidas/estratégias de intervenção nos dois processos e criar-se instrumentos e ações, que minimizem os impactos negativos ou constrangimentos, aquando da transição para a autonomia e não passem novamente por situações de vulnerabilidade social.

Esta matriz indica algumas estratégias utilizadas na intervenção, no processo em meio ambiente protegido, como preparação para a transição para o meio desprotegido, quando mencionam a importância que teve a Institucionalização nos ganhos e aquisições adquiridas na preparação para a sua vida futura, que agora lhes permite estarem preparados para enfrentar as adversidades da vida autónoma, assim como também manifestam aquisição de valores como a responsabilidade e maturidade que são de extrema importância neste processo.

De forma a minimizar esta situação, é de extrema pertinência a intervenção do Estado, na medida em cada vez mais, urge a necessidade de se criarem mecanismos legais e novas políticas públicas sociais de apoio, face às dificuldades sentidas pelos jovens, assim como responsabilizar as Instituições para também prestarem alguns apoios. Torna-se também pertinente a criação de mais respostas sociais ao nível da autonomização, nomeadamente a construção de apartamentos de autonomização, de forma a melhorar o sistema de acolhimento nas diversas fases de intervenção em função dos Projetos de vida das crianças /jovens. Atualmente considera-se que o paradigma do acolhimento, está assente no pressuposto que é necessário reinventar o sistema de acolhimento, face à panóplia de problemáticas na contemporaneidade.

Por fim, importa referir que os técnicos e todos os agentes envolvidos, têm um papel muito importante nestes processos na medida em que têm que efetivar, esgotar e reinventar a sua praxis, dado que se tratam de processos multidimensionais de grande complexidade. Por isso é de grande utilidade o recurso à rede social, para que estes acompanhem o jovem ainda na fase de preparação para a vida, até à transição para o meio social, e no momento pós-desinstitucionalização.

Face a este último objetivo, que nos ajuda a fazer um exercício sobre o processo de institucionalização formal e autonomização formal, poderemos concluir que ambos os processos fornecem temáticas que podem constituir alvo de investigação, tendo em conta todas as dimensões que foram abordadas nestes processos e essencialmente desenvolver investigações, no sentido de se compreender melhor os constrangimentos evocados pelos jovens no período de transição para a vida, de forma a criarem-se mecanismos de apoio e legislação, assim como a criação de apartamentos de autonomia, visto que são escassos a nível nacional, minimizando estas situações, e promover de forma sustentada a autonomização e a exercitação da cidadania plena destes Homens e Mulheres, que são o garante do futuro da nossa sociedade.

## 7. Bibliografia

- Alberto, I. (2003). *Como pássaros em gaiolas? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco*, em C. Machado & R. A. Gonçalves (Coords.), *Violência e Vítimas de crime*, Vol.II: Crianças, Coimbra: Quarteto, (pp:223-244).
- Alberto, I. M. M. (2006). *Maltrato e Trauma na Infância*. Coimbra: Almedina, Cap. 4
- Amaro, Fausto (1986), *Crianças Maltratadas, Negligenciadas ou Praticando a Mendicidade*, Lisboa, Centro de Estudos Judiciários.
- Almeida, Nunes de (2009) – *Para uma sociologia da infância. Jogos de olhares, pistas para a investigação*. Lisboa: Imprensa de ciências sociais.
- Alves, S.N. (2007). *Filhos da Madrugada – Percursos Adolescentes em Lares de Infância e Juventude*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Batista, S. (2013). *Características do contexto de acolhimento residencial e comportamentos dos jovens acolhidos*. (Dissertação de Mestrado integrado em psicologia). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Baptista, M. V. (2001). *A investigação em Serviço Social*. Lisboa/São Paulo: CPIHTS.
- Bardin, L. (1995). *Análise de Conteúdos*. Lisboa: Edições 70.
- Barth, R (2009), *Evidence-based practice for youth supervised out-home care: Framework fpor a developement, defienition e avaluation*. The journal of evidence Based Praticce Social Work, (pp:140-180).
- Barth, R (1992), em Calheiros, M., Fornelos, M., & Dinis, J. (1993).” *Portugal*” em M. Colton, & W. Hellinckx (Eds.), *Child Care in the EC*, Aldershot: Arena, (pp:177-194).
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editor
- Brigido, P. (2011), *Intervenção do Serviço Social com Crianças e Jovens em Risco – Ética e Prática Profissional*, Tese de Dissertação para obtenção do Grau parcial de Mestre no Mestrado de Serviço Social no ISCTE-IUL, (pp:1-50)
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human developement: Experiments by nature and design*. Cambridge, Harvard University Press.
- Bronfenbrenner, U. (1996), *A Ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*, Porto Alegre, Artes Médicas.
- Bronfenbrenner, U. (2002). *Preparing a World for the Infant in the Twenty- First Century: The Research Challenge*.
- Calheiros, M., Fornelos, M., & Dinis, J. (1993). “*Portugal*” em M. Colton, & W. Hellinckx (Eds.), *Child Care in the EC*, Aldershot: Arena, (pp:177-194)

- Calheiros, M. (1997). *Caracterização das Crianças em Risco*. Vila F. Xira: Editora Departamento de Acção Social/Gabinete de Estudos.
- Calheiros, M. et al. (2013) (Org). “*Desenvolvimento de um programa de preparação para a vida autónoma para jovens em acolhimento residencial.*” em M. M. Calheiros, & M. V. Garrido, *Crianças em Risco e Perigo: Contextos, Investigação e Intervenção* Lisboa: Edições Silabo, (Vol. III, pp: 242-294)..
- Carvalho, M. (2013), *Sistema nacional de acolhimento de crianças e jovens*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Carvalho, G. & Vilaça, T. (1999). “*Saúde Infantil: preocupações sócio-políticas e produção de atividade científica e divulgação*”, em M. Pinto & M. Sarmiento (Coords.), *Saberes sobre as Crianças: Para uma Bibliografia sobre a Infância e as Crianças em Portugal (1974-1998)*. Braga: Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho, (pp: 170-180).
- Carvalho, M., & Ferreira, L. (2009), *Infância e risco social. Retratos da imprensa portuguesa. Sociologia: Problemas e Práticas*, (pp. 105-112).
- Colen, M. G. (2005). *Trajetórias de Vida das Crianças e Jovens Saídos dos Lares da SCML*. Lisboa: SCML.
- Cóias, J. (1995). “*O Internamento de Menores como Medida Educativa Terapêutica: um Modelo de Intervenção em Meio Institucional*”, em D. Silva, J. Barroso, J. Cóias, & R. Bruto da Costa (Orgs.), *Congresso Os Jovens e a Justiça*. Lisboa: Apport, (p.p: 179-196).
- Erickson, E (1976), *Identidade, Juventude e Crise*, Rio de Janeiro, Zahar
- Faleiros, V. P. (1997). *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo: Cortêz Editora, Cap. 3- 5.
- Faleiros, V. P. (2001). “*Desafios do serviço social na era da globalização*”, em Hugo Mouro, *et al* (Coords.), *100 Anos de Serviço Social*. Coimbra: Quarteto, Cap. 1.
- Faleiros, V. P. (2006). “*O serviço social no mundo contemporâneo*”, em M. B. L Freire. & A. T. B. Castro (Orgs.), *Serviço Social, Política Social e Trabalho: Desafios e Perspetivas para o Século XXI*. São Paulo: Cortez, (pp: 23-44).
- Fernandes, N. (2003). *Infância, direitos e participação – Representações, práticas e poderes*. Braga: Edições Afrontamento.
- Ferreira, J (1993) *A Prática Profissional do Assistente Social numa Intervenção Não Directiva*, Revista *Intervenção Social*, nº 8, Lisboa, ISSS
- Ferreira, J. (2004). *Questionar as práticas junto da criança/jovem. Da reflexão a uma proposta de intervenção do serviço social*. *Intervenção Social*, 30, (pp: 50-100).
- Ferreira, A. (2013). *Direitos da Crianças Institucionalizadas: Um Estudo de Caso num Centro de Acolhimento Temporário*. Lisboa, Escola Superior de Educação de Lisboa.

- Ferreira, J. (2009), *Serviço Social e Modelos de Bem-Estar para a Infância: Modus Operandi do Assistente Social na Promoção da Proteção à Criança e à Família*, tese de Doutoramento em Serviço Social, Lisboa, ISCTE/IUL.
- Ferreira, J. (2010). *Sistema de protecção à infância em Portugal – Uma área de intervenção e estudo do serviço social*. Revista Katálisis, Florianópolis.
- Ferreira, J. (2011). *Serviço Social e Modelos de Bem-Estar para a Infância: Modus Operandi do Assistente Social na Promoção da Proteção à Criança e à Família*. Lisboa: Quid Juris, Cap. 6.
- Fernandes, A. L. (2010). *Programa de Desenvolvimento de Competências de Autonomia em Jovens de Acolhimento Residencial*. Mestrado em Psicologia Comunitária e Proteção de Menores. ISCTE. Instituto Universitário de Lisboa, ( pp:1-50).
- Fleming, M. (1993). *Adolescência e Autonomia: o desenvolvimento psicológico e a relação com os pais*. Edições Afrontamento.
- Friedman, John (1996), *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*, Oeiras, Ed. Celta.
- Gaspar, J. P. (2014). *Os desafios da autonomização: estudo compreensivo dos processos de transição para diferentes contextos de vida, na perspetiva de adultos e jovens adultos ex-institucionalizados*, Coimbra: Tese de Doutoramento em Psicologia da Educação, (pp:40-60, 80-120).
- Gersão, E. (1996). *A reabilitação dos menores em função dos direitos*. Infância e Juventude, (pp : 2, 9-23).
- Gersão, E. (1998). *A violência nos comportamentos juvenis e a revisão da Organização Tutelar de Menores*. Infância e Juventude, (pp:4, 9-20).
- Gomes, I. (2010). *Acreditar no futuro*. Texto Editores, Lda, (pp: 80-105).
- Gomes, A. R., Ramalho, V., & Dias, I. (2010). *Treino de competências de vida em jovens atletas: Dados da eficácia de um programa de intervenção*. Atas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia, Universidade do Minho, (pp. 1977-1991).
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e Formas de Uso*. Estoril: Príncípa.
- Iamamoto, M. V. (1998). *O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional*. São Paulo: Cortez Editora.
- Iamamoto, M. V. (2002), *Projecto Profissional e Espaços Ocupacionais e Trabalho do Assistente Social na Actualidade*. Atribuições do Assistente do(a) Assistente Social em Questão. Brasília: CFESS, (pp: 10-42).
- Leandro, A. et al. (2007). *Prevenir, Respeitar, Promover: Manual do Formador. Formação de membros das Comissões de Proteção e Crianças e Jovens*. Lisboa, Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco.
- Magalhães, T. (2005). *Maus Tratos em Crianças e Jovens*. Coimbra: Quarteto.

- Matos, M. G., Simões, C., & Carvalhosa, S. F. (2000). *Desenvolvimento de competências de vida na prevenção do desajustamento social*. Instituto de Reinserção Social - Ministério da Justiça.
- Martins, A. M. (1999a). *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Martins, A. M. (1999b). “*Serviço Social e Investigação*”. em M. A. Negreiros, A. Martins, A. Henríquez & J. M. C. Donough, *Serviço Social, Profissão & Identidade: Que trajetória?* Lisboa/ São Paulo: Edição dos Autores/ Veras Editora.
- Martins, E. (2006). *A Infância Desprotegida Portuguesa na Primeira Metade do Século XX*. Infância e Juventude, (pp: 4,5,6, 93-131)
- Martins, E. (2002). *As Reformas Sociais e a Protecção da Criança Marginalizada (Estudo Histórico do Século XIX a Meados do Século XX)*. Infância e Juventude, (pp: 3, 55-93).
- Martins, P. (2001). *A avaliação como factor estruturante e promotor do desenvolvimento pessoal. Psicologia, Educação e Cultura*, Vol. V(1), (pp:63-70).
- Martins, P. (2005). *A Qualidade dos Serviços de Protecção às Crianças e Jovens – As Respostas Institucionais*. In Intervenção realizada no VI Encontro Cidade Solidária: Crianças em Risco: será possível converter o risco em oportunidade? Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. Maio de 2005.
- Martins, P. (2005). *O desenvolvimento pessoal e social da criança em contexto de vida institucional — elementos para uma análise da ecologia da interpersoalidade*.
- Martins, P. (2004). *Protecção de Crianças e Jovens em Itinerários de Risco*. Representações, Espaços e Modos. Tese de doutoramento em Estudos da Criança. Universidade do Minho.
- Martins, P. (2000). *Conceito de Maus Tratos a Crianças*. Braga: Universidade do Minho.
- Martins, P. (2002). *Maus-Tratos a Crianças – O Perfil de um Problema*. Braga: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho.
- Martins, P. C. (2008). “*Risco na infância: os contornos da evolução de um conceito*”, em: M. Sarmiento (Orgs.). *Estudos da Infância, Educação e Práticas Sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Mouro, H. (2001). “*Serviço social: um século de existência*”, em Hugo. Mouro, *et al* (Coords.). 100 Anos de Serviço Social. Coimbra: Quarteto.
- M. Sarmiento et (Org.). “*Estudos da Infância, Educação*” Medeiros (org). (1991). *Do desvio à Instituição Total. em. Do Desvio à Instituição*.
- Neto, M. (2002). *Crianças e Jovens em perigo – A participação da comunidade*. Investigação e Debate em Serviço Social, (pp. 12-14).
- Parker. R., (Eds). (1991) *Looking after children: access outcomes in child care*. London, HMSO.
- Parkes, M. (1999) *Luto: Estudos sobre o pesar na vida adulta*. São Paulo.
- Payne. Mary (2001) *Social Work Educational Standards in (Ed.) Hessele Settings Higher Social Work Education*, Sweden, Ed. Stockolm University, Stocklom Studies of Social Work.

- Payne, Mary (2002) *Teoria do Trabalho Social Moderno*. Coimbra. Ed. Quarteto.
- Princus e Marrahan (1973), em “*Teoria do Trabalho Social Moderno*”. Coimbra. Ed. Quarteto.
- QUIVY, Raymond e Luc Van Campenhoudt (2005), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Ramião, T. (2003). *Lei de protecção de Crianças e Jovens em Risco*. Lisboa: Quid Juris.
- Ramos, T (2008). *A Intervenção na criança/jovem em risco – Um percurso a construir*. Tese para obtenção do Grau de Mestrado em Bioética – Universidade do Porto – Faculdade de Medicina.
- Reis, C (1993). *A criança maltratada: algumas considerações sobre o problema*. Nascido & Crescer, (pp: 155-162)
- Reis, V, (2009) *Crianças e Jovens em Risco – Contributos para a organização e critérios de avaliação dos fatores de risco*. Dissertação de Doutoramento em Psicologia Clínica, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra.
- Richmond, M. (1950), *Diagnóstico Social*. Lisboa, Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge, Edição Portuguesa.
- Raymond, M. (1999). *Considerações acerca das perturbações do pensamento dos adolescentes*. Infância e Juventude, (pp:1, 9-112)
- Raymond, M. (1996a). *Reflexões sobre o acompanhamento em instituição de adolescentes difíceis*. Infância e Juventude, (pp:2, 21-139)
- Raymond, M. (1996b). *Reflexões sobre o acompanhamento em instituição de adolescentes difíceis*. Infância e Juventude, (pp :3, 35-116).
- Raymond, M. (1998c). *Resposta aos Comportamentos Violentos em Instituição*. Infância.
- Turk, A. (2009). *Grupo de Trabalho do Artigo 29º para a Protecção de dados - Parecer n.º 2/2009 sobre a protecção dos dados pessoais das crianças*, (pp:3,4,5)
- Rodrigues, L. (2013). *Intervenção nos lares de infância e juventude: percepção dos técnicos e jovens Desinstitucionalizados*. Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Educação, Mestrado em Intervenção Psicossocial com crianças e jovens em risco.
- Sampieri, R.H et al (2006), *Metodologia de Pesquisa*. São Paulo, McGraw Hill.
- Sousa, L. (2005). *Famílias Multiproblemáticas*. Coimbra: Quarteto. (pp.45-83).
- Sousa, R (2015). *Desenvolvimento de competências de vida e os processos de Autonomização em Lares de Infância e Juventude*. Dissertação de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, apresentada na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação na Universidade de Coimbra,
- Vala, J. (1986). *A análise de conteúdo*. In A. Santos Silva, & J. Madureira Pinto (Orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento.
- Vilaverde, M. (2000). *Fatores de Risco e Fatores Protetores em Crianças Vítimas de Maus-tratos a Viver em Instituições*. Tese de Mestrado não publicada, Universidade do Minho, Braga

Vicente, B. (2009). *Desenvolvimento da autonomia sustentada de jovens provenientes de Acolhimento Institucional: Projeto para o desenvolvimento de competências emocionais e operacionais para a independência*. ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Mestrado em Psicologia em intervenção Comunitária e Proteção de menores.

### Fontes - Legislação

- Decreto-Lei n.º 314/78 de 27 de Outubro, Diário da República – I Série – n.º 248 – 27/10/1978, pp. 2256-2281.
- Decreto-Lei n.º 314/78 de 27 de Outubro, Diário da República – I Série – n.º 248 – 27/10/1978, pp. 2256-2281.
- Decreto-Lei n.º 189/91 de 17 de Maio, Diário da República – I Série – A, n.º 113 – 17/05/1991, Ministério dos Negócios Estrangeiro, Lisboa. pp. 2635-2640.
- Lei de Proteção à Infância, Diário do Governo, n.º 137 de 14 de Junho de 1991, pp.1316- 1331.
- Despacho de 13 de dezembro de 1996, Diário da República, n.º 242 – 2.ª Série, Lisboa.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 193/97, Diário da República, n.º 254 – I Série-B, Lisboa. Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, Diário da República n.º 204/99 – I Série, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Lisboa.
- Lei n.º 166/99 de 14 de Setembro, in Ramião, T. (2006). Organização Tutelar de Menores Anotada e Comentada, Jurisprudência e Legislação conexa. 5ª Edição. Lisboa: Quid Júris.
- Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto, Diário da República, n.º 193 – I Série – A, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Lisboa.
- Lei n.º 142/2015 de 8 de setembro, Diário da República, n.º 175 – 1.ª Série, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Lisboa.
- Despacho 8393/2007 e 234/2007, de 10 de maio – Diário da República, n.º 90 – 1.ª Série Criação do plano DOM – Desafios, Oportunidades e Mudanças.
- Diretiva 95/46/CE – Proteção de Dados Pessoais.
- Diretiva 2002/58/CE – Proteção de Dados Pessoais.
- Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento e do Conselho Europeu de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais.

### **Outros Documentos Oficiais Consultados**

- Ministério do Trabalho e da Solidariedade (2000). Lares de crianças e jovens: Crianças e jovens que vivem em lar. Lisboa: Instituto para o Desenvolvimento Social.
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2012). Guia prático. Apoios sociais. Infância e juventude. Crianças e jovens em situação de perigo. Lisboa: Editora do ISS, I.P. Instituto da Segurança Social, I.P.
- Instituto Segurança Social, I.P. (2007). Manual de Processos - Chave para os Centros de Acolhimento Temporário Lisboa: Editora do ISS, I.P. Instituto da Segurança Social, I.P. (2010).
- Instituto Segurança Social, I.P. (2007). Manual de Processos - Chave do Lar de Infância e Juventude. Editora do ISS, I.P. Instituto da Segurança Social, I.P.
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2014), Guia Prático - Apoios Sociais - Crianças e Jovens em Situação de perigo, Lisboa, Editora do ISS, I.P. Instituto da Segurança Social, I.P..
- Convenção sobre os direitos da criança. Lisboa: Editora do ISS, I.P. Instituto da Segurança Social, I.P. (2010).
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2012). Lares de infância e juventude. Lisboa: Editora do ISS, I.P. Instituto da Segurança Social, I.P.
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2012). Manual de assessoria técnica aos tribunais – tutelar cível, promoção e proteção. Lisboa: Editora do ISS, I.P. Instituto da Segurança Social, I.P.
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2012). Guia prático. Apoios sociais. Infância e juventude. Crianças e jovens em situação de perigo. Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P.
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2014), Guia Prático - Apoios Sociais - Crianças e Jovens em Situação de perigo, Lisboa: Editora do ISS, I.P. Instituto da Segurança Social, I.P.
- Instituto da Segurança Social, I.P. (coord.) (2016). CASA 2016 – Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens. Lisboa: Editora do ISS, I.P. Instituto da Segurança Social, I.P.
- Declaração Universal dos Direitos do Homem, publicado a 10 de dezembro de 1948.
- Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, publicada a 4 de novembro de 1950.
- Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, publicada a 7 de dezembro de 2000.
- Declaração de Genebra sobre os Direitos da criança publicada em 1923;
- Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, publicada a 20 de novembro de 1989.
- Convenção Europeia sobre o exercício dos direitos das crianças, Conselho da Europa, n.º 160, publicada a 25 de janeiro de 1963.
- Casa Pia, I.P - Acolhimento Terapêutico – Pistas de Intervenção para Profissionais, 2015.



**Anexos**





## **Anexo II - Guião de Entrevista Semi-Estrurada dirigida ao Jovem**

Eu, Álvaro Leonel Passos Rebelo, aluno de Mestrado do 2º Ano de Serviço Social no ISCTE – IUL encontro-me a realizar uma pesquisa sobre o tema “**Percursos de Vida dos jovens Institucionalizados na Infância - Um Caso de Estudo**”, sob orientação do Professor Doutor Jorge Ferreira. O trabalho tem por objetivos: Compreender a perceção dos jovens no seu processo de autonomização e a perceção dos profissionais que acompanham os jovens neste processo.

Assim, solicito a vossa colaboração e disponibilização na realização da entrevista, de forma, a concretizar este trabalho de pesquisa, assegurando o anonimato e confidencialidade das informações recolhidas.

Jovens Desinstitucionalizados a partir de 2010.

Cod: \_\_\_\_\_

### **I- Identificação**

1. Idade:
2. Género:
3. Habilitações literárias;

### **II – O Problema**

4. Em que ano entraste na instituição:
5. Como defines viver numa instituição:
6. O que é a autonomia para ti? Quando entraste para a instituição o que pensaste o que ia acontecer?
  1. Hoje a instituição preparou-te para a vida. Ganhas-te autonomia. Comenta?

### **III – Prática profissional**

- 8- Com que Idade a Equipa Técnica começou a trabalhar contigo o Projeto de Vida de Autonomização? Estavas na instituição á quanto tempo?
- 9- Em que consistiu o teu processo de autonomização (pessoal, social, educativa, familiar e integração na comunidade)?
- 10- Descreve as atividades em que foste integrado?

#### **IV - Autonomização**

11. Qual foi o momento em que sentiste estar a ganhar autonomia?
12. Que atitude, comportamento e formas de estar que adotaste para ter mais autonomia?
13. Qual a perceção que tens do teu processo de autonomização?
14. Consideras que o teu percurso Institucional teve influência no teu processo de autonomização?

#### **V- Transição para a vida ativa**

15. Qual o impacto da Institucionalização na tua vida?
16. Quais foram as habilidades sociais/competências que adquiriste e que têm sido uma mais-valia para a tua autonomia de vida?
17. O que te levou a sentir que estavas preparado para tomares a decisão de transitares para a vida ativa?
18. Quais foram os apoios sociais a nível económico ou outros apoios para autonomização de vida que beneficiaste?
19. Obtiveste algum apoio por parte da Instituição na tua transição para a vida em meio natural de vida? Quais?
20. Quais foram os principais constrangimentos que sentistes após a transição para a vida futura/adulta?
21. Descreve a tua situação profissional e sociofamiliar atualmente.
22. Faz as tuas sugestões:

**Obrigado pela colaboração!!!**

### **Anexo III - Guião de Entrevista Semi-Estrurada dirigida ao Profissional**

Eu, Álvaro Leonel Passos Rebelo, aluno de Mestrado do 2º Ano de Serviço Social no ISCTE – IUL encontro-me a realizar uma pesquisa sobre o tema “**Percursos de Vida dos jovens Institucionalizados na Infância - Um Caso de Estudo**”, sob orientação do Professor Doutor Jorge Ferreira. O trabalho tem por objetivos: Compreender a perceção dos jovens no seu processo de autonomização e a perceção dos profissionais que acompanham os jovens neste processo.

Assim, solicito a vossa colaboração e disponibilização na realização da entrevista, de forma, a concretizar este trabalho de pesquisa, assegurando o anonimato e confidencialidade das informações recolhidas.

Jovens Desinstitucionalizados a partir de 2010.

Cod. \_\_\_\_\_

#### **I - Identificação**

1- Idade:

2 - Género:

3- Habilitações Académicas;

4- Profissão:

#### **II – Autonomização**

5- Como define autonomia tendo por base as competências profissionais e científicas da sua área de saber?

6- Como técnico da equipa, qual a idade mais aconselhável para se intervir com as crianças/jovens ao nível da autonomização? Fundamente.

7- Utilizam algum Programa específico para intervir ao nível da autonomização do jovem? Explique:

8- A intervenção para autonomia do jovem caracteriza-se por uma abordagem individual, grupo, familiar, comunitária? Explique o processo de a intervenção para a autonomia de vida do jovem?

9 - Quais os referenciais teórico-metodológicos que utiliza, para a tomada de decisão, de iniciar com o jovem um programa para a sua autonomia de vida?

10 - Quais as evidências mais importantes do jovem que manifestam ganhos de autonomização?

#### **V- Transição para a vida ativa**

11- Considera que o percurso de vida do jovem tem importância neste processo de autonomização/transição para a vida ativa? Porquê?

12 - Quais os indicadores que facilitam dar mais autonomia ao jovem?

13 - O que é que o jovem tem de fazer ao níveis comportamentais, atitudes, desempenho escolar para ganhar cada vez mais a sua autonomia?

14 - Como avaliam o grau de aquisição de competências para iniciarem a desenvolver outras competências junto do jovem?

15 - Como Técnico superior qual a sua perceção sobre o processo de autonomização?

16 - Na qualidade de profissional considera que o jovem quando transita para a vida adulta e atinge a sua autonomização está capacitado para enfrentar a nova realidade social em que vai estar inserido?

17 - Quais são as ferramentas/competências que consideram ser mais importantes-uma mais-valia nesta fase da vida de um jovem aquando da transição para a vida ativa?

18 - Quais são os principais constrangimentos que identifica no processo de intervenção promotora de autonomização?

19 - Indique algumas sugestões para melhorar o processo de intervenção ao nível da autonomização /transição para a vida ativa?

**Obrigado pela colaboração!!!**

**Anexo IV – Tabela n.º 1 - Distribuição por Centro Distrital de jovens em Acolhimento e jovens que cessaram a Medida de Acolhimento.**

<b>Centros Distritais</b>	<b>Em Acolhimento</b>	<b>Cessaram o Acolhimento</b>
<b>Lisboa Casa Pia</b>	188	65
<b>Lisboa Sta Casa da Misericórdia</b>	344	130
<b>ISS - Madeira-IPRAM</b>	313	108
<b>ISS-Açores-SPRA</b>	315	143
<b>CDist - Viseu</b>	205	57
<b>CDist – Vila Real</b>	143	59
<b>CDist – Viana do Castelo</b>	164	55
<b>CDist - Setúbal</b>	512	170
<b>CDist - Santarém</b>	352	94
<b>Lisboa – CDist - Lisboa</b>	966	316
<b>CDist - Leiria</b>	205	68
<b>CDist - Guarda</b>	176	18
<b>CDist - Faro</b>	438	126
<b>CDist - Évora</b>	124	35
<b>CDist – Castelo Branco</b>	168	31
<b>CDist - Coimbra</b>	516	141
<b>CDist - Bragança</b>	203	40
<b>CDist - Braga</b>	607	150
<b>CDist – Beja</b>	158	69
<b>CDist - Aveiro</b>	499	182
<b>CDist - Porto</b>	1352	426
<b>CDist - Portalegre</b>	167	30

Fonte: Casa 2016 – Instituto da Segurança Social



**Anexo V - Tabela n.º 2 - Sistematização das perceções numa perspetiva Interdisciplinar sobre a Autonomia**

Habilitações Literárias /Função	Sistematização das perceções numa perspetiva Interdisciplinar sobre a Autonomia (Análise de Conteúdos)
<p><b>“Mestrado Integrado em Psicologia, Psicólogo”, (p./1);</b></p>	<p>“Defino autonomia como uma capacidade individual de controlo e decisão dos sentimentos e atitudes”,(p./1);</p> <p>“A minha perceção é que este processo varia de individuo para individuo;(p./1) Quando dá sinais de começar livremente e de forma segura a fazer as melhores escolhas para si próprio”, (p./1);</p>
<p><b>“Licenciatura em Animação Social, Animadora Social”, (p./2);</b></p>	<p>“É um processo de preparação do jovem para o futuro, tendo como bases aquisição de competências, regras, normas e valores, através do desenvolvimento de várias atividades de modo a proporcionar mais oportunidades e práticas para os desafios da vida”, (p./2);</p> <p>“A minha perceção é que este processo varia de individuo para individuo e carece de grande sensibilidade para avaliar quais as reais condições psicossociais de cada jovem”,(p./2);</p> <p>“A perceção que eu tenho sobre o processo de autonomização é que são desenvolvidas um conjunto de atividades que permitem aquisição de diversas competências que adquiriu em todo a sua institucionalização e neste processo que facilita a transição par a vida adulta de forma autónoma; (p./2) Competências pessoais, sociais e educativas”, (p./2);</p> <p>“Retaguarda familiar, de adultos de referência e amigos que permitam constituir una rede de segurança ao seu desenvolvimento integral” (p./2),</p>
<p><b>“Licenciatura em Psicologia, Psicóloga, num CAT”, (p./3);</b></p>	<p>“A autonomização é um processo de aquisição de competências pessoais e sociais que permitem após a desinstitucionalização o jovem viva de forma autónoma e livre. O processo de autonomização é bastante importante para inserção social do jovem, este deve respeitar a individualidade de cada um, para que se sintam bem, encorajando-os para serem responsáveis pelos seus atos e opções e por si próprios de forma a trabalhar a sua autonomia e a realizar tarefas que sejam capazes de efetuar, (p./3), Grau de maturidade (p./3)”;</p> <p>“Boas relações interpessoais nos diversos contextos”,(p./3);</p> <p>“Aquisição de comp. pessoais e sociais capacidade de gestão financeira”, (p./3);</p>
<p><b>“Licenciatura em Serviço Social;</b></p>	<p>“Ter a capacidade que um indivíduo tenha para mobilizar os seus recursos os da comunidade para que tenha o seu bem estar social, físico e psicológico e ter a capacidade de resolver os seus problemas e tomar opções de forma responsável e com maturidade”, (p./4);</p>

<p><b>Assistente Social num LIJ e num CAT”, (p./4);</b></p>	<p>“É um processo que depende da individualidade de cada jovem e do seu estado emocional”, (p./4);</p> <p>“A intervenção num processo de autonomia é multidimensional, incidindo nas componentes individual, grupal, familiar e comunitária, sem o envolvimento de todas as dimensões”, (p./4);</p> <p>“Aproveitamento e empenho escolar”, (p./4);</p> <p>“Maturidade”, (p./4);</p> <p>“Estabilidade emocional e psicológica”, (p./4);</p>
<p><b>“Licenciatura em Psicologia – Área Clínica – Pós - Graduação em Psicologia da Gravidez e Parentalidade, Psicóloga Clínica”, (p./5);</b></p>	<p>“A autonomia é a capacidade para pensar, tomar decisões bem como agir por sua iniciativa de forma responsável e madura”,(p./5);</p> <p>“Variando de jovem para jovem, dependendo também da sua história de vida”, (p./5);</p> <p>“Seu grau de maturidade”, (p./5);</p> <p>“Elaboração dos seus objetivos de vida, focalização na intervenção desenvolvendo assim maior inteligência emocional e estabilidade”, (p./5);</p> <p>“Maturidade”,(p./5);</p>
<p><b>“Licenciatura em Serviço Social, Assistente Social num LIJ”, (p./6);</b></p>	<p>“A autonomia é um conceito multidimensional e não linear ou concreto, este conceito não deve restringir à pertente pessoal e psicológica da criança/jovem, mas também aquisição de conhecimento e de competências funcionais que permitam uma plena emancipação ao nível do emprego, trabalho que permita a construção de uma vida pessoal e familiar. (p./6)</p> <p>Inclusão social”,(p./6);</p> <p>“As evidências mais importantes no jovem são ao nível emocional e comportamental e cognitivo”, (p./6);</p> <p>“Não existe uma idade pré-definida para iniciar um processo de autonomização pois o mesmo deverá desenvolver-se na fase da adolescência nomeadamente por volta dos 15 anos”, (p./6);</p> <p>“Pois é nesta idade que o jovem tem uma maior necessidade de se tornar autónomo, de se separar a nível psicológico das suas figuras de referência é quando ocorrem mudanças ao nível fisiológico, afetivo, intelectual e social. Manifestando vontade em ter objetivos e de adquirir competências que ajudem no seu processo de autonomização”, (p./6);</p> <p>“Bom comportamento institucional e fora da instituição”, (p./6);</p> <p>“A receptividade por parte do jovem na aquisição de competências”, (p./6);</p>

**Anexo VI - Tabela n.º 3 - Interpretar os significados que o jovem atribui ao seu Processo de Autonomização Social**

Categorias	Análise de conteúdos	Indicadores
<b>Autonomia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Que me ajudaram a crescer enquanto mulher, pensar de maneira diferente”, (j./1);</li> <li>• “Por volta dos 16 anos, comecei a ter consciência e mais maturidade”, (j./1);</li> <li>• “A ter responsabilidade”, (j./1), (j./2), (j./3), (j./4), (j./5) e (j./6);</li> <li>• “A minha participação neste processo foi importante para o meu crescimento”, (j./5);</li> <li>• “Considero que a Instituição me preparou para a vida”, (j./3);</li> <li>• “Ganhei autonomia adquirir várias competências pessoais, sociais, educativo e de competências profissionais”, (j./2), (j./3), (j./4);</li> <li>• “Ter a capacidade para resolver os problemas por mim”, (j./1), (j./2), (j./3), (j./4), (j./5) e (j./6);</li> <li>• “Ganhei autonomia que me ajuda a enfrentar os desafios na vida e estar preparado para organizar o meu futuro”, (j./4);</li> <li>• “O meu processo de autonomização foi desenvolvido ao nível pessoal, social, educativo, profissional e ao nível da integração na comunidade”, (j./3), (j./4);</li> <li>• “Fazer a nossa gestão financeira, de forma a ter uma vida estável”, (j./4);</li> <li>• “Apesar de ter poucos contatos com a família, pensei que iria perde-los, situação que se veio a verificar”, (j./4);</li> <li>• “Considero que a Instituição, ou seja os Técnicos que trabalharam o meu processo de autonomização, fizeram uma boa intervenção” (j./1), (j./2);</li> <li>• “Aos 15 anos. Estava na Instituição desde os 9 anos”, (j./1), (j./2), (j./3);</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Perceção de autonomia:</li> <li>• Sentimentos relativamente à Institucionalização</li> <li>• Preparação para a vida ativa</li> <li>• Aquisição de competências</li> <li>• Sentimentos positivos/negativos</li> <li>• Responsabilidade</li> <li>• Maturidade</li> <li>• Realização Pessoal</li> </ul>

**Autonomia**

- “A autonomia para mim é ter capacidade para resolver os problemas, fazer escolhas, tomar opções e integrar-me na sociedade desenvolver determinadas tarefas que ajudam a ganhar mais responsabilidade e maturidade”, (j./5);
  - “Cumprimento das regras, horários e realização de tarefas da casa”; (j./1), (j./2). (j./3), (j./4).(j./5), (j./6);
  - “A Equipa Técnica começou a trabalhar comigo o processo de autonomização aos 15 anos. Estava na instituição há 5 anos”, (j./5), (j./6);
  - “É ter a minha liberdade de escolha, ter as coisas que eu mais gosto, ter a possibilidade de decidir e resolver as situações que me ocorrem na minha vida diária”, (j./2);
  - “Ao nível educativo eu é que optei pelo curso que iria frequentar no 12º ano, contando com aconselhamento dos técnicos, devido às saídas profissionais”, (j./2);
  - “A Instituição ajudou-me imenso na construção da pessoa que sou hoje”, (j./6);
  - “Aos 15 anos. Estava na Instituição desde os 6 anos”, (j./4);
  - “Quando conclui os estudos, sentia a necessidade de voar de ser livre, porque estava a ficar mais velha e precisava de ter o meu espaço fora da instituição”,(j./6);
  - “Só que tive de ser mais responsável e mais madura mais cedo”, (j./5);
  - “É ter oportunidade de tomar decisões e opções livremente, mas de forma responsável e madura e ter competências que assim o permitam”, (j./5);
  - “Na adolescência adquiri várias competências e ao mesmo tempo tive uma vida normal de um adolescente que vive em casa”,(j./4);
  - “Quando entrei para Instituição pensei que ia ter uma vida complicada e devido a existirem pessoas da
- Perceção de autonomia:
  - Sentimentos relativamente à Institucionalização
  - Preparação para a vida ativa
  - Aquisição de competências
  - Sentimentos positivos/negativos
  - Responsabilidade
  - Maturidade
  - Realização Pessoal

mesma cor e tinha uma má impressão da vida institucional”, (j./6);

- “Preparou mesmo, por tudo o que aprendi e consigo aplicar na minha vida, tudo o que sei hoje ao nível de certas competências devo à Instituição”, (j./6);
- “A Equipa Técnica começou a trabalhar comigo o processo de autonomização aos 15 anos, estava na Instituição há 6 anos”, (j./1), (j./2), (j./3), (j./5), (j./6);



**Anexo VII - Tabela n.º 4 - Percepção da Autonomia**

Categorias	Análise de conteúdos	Indicadores
<p><b>Percepção da autonomização</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Sim, completamente, porque tive um percurso institucional regular e sempre aderi com facilidade a todo o que me foi proposto; para alcançar os objetivos a que me propus”, (j./4);</li> <li>• “Quando transitei para a Escola Profissional comecei a ter mais liberdade”, (j./2);</li> <li>• “O meu processo de autonomização foi desenvolvido a nível pessoal, social, educativo, familiar e integração da comunidade”, (j./1), (j./2), (j./5);</li> <li>• “Bom aproveitamento escolar e comportamento escolar, nunca faltei às aulas”, (j./4);</li> <li>• “Comecei a ser mais responsável e a ter mais maturidade”, (j./1), (j./5), (j./6);</li> <li>• “Porque comecei a sentir-me mais realizado, com mais autoestima para alcançar e a lutar pelos meus objetivos de forma responsável e com maturidade”, (j./2);</li> <li>• “Sim, completamente, porque tive um percurso institucional regular e sempre aderi com facilidade a todo o que me foi proposto; para alcançar os objetivos a que me propus”, (j./4);</li> <li>• “Quando transitei para a Escola Profissional comecei a ter mais liberdade”, (j./2);</li> <li>• “Ao nível pessoal e social desenvolvi várias atividades que me permitam adquirir tais competências”, (j./3);</li> <li>• “Considero que o meu processo d autonomização foi muito bom para mim”, (j./5)”;</li> <li>• “Boa relação com os colegas e funcionárias assim como com os técnicos que tive sempre uma boa relação essencialmente com o Diretor Técnico que foi como um pai para mim e seguindo o exemplo de outros colegas”, (j./2);</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Positivo</li> <li>• Negativo</li> <li>• Adequado</li> <li>• Aquisição de competências</li> <li>• Boa adaptação social</li> <li>• Responsabilidade</li> <li>• Maturidade</li> <li>• Sentimentos relativamente à Institucionalização</li> <li>• Envolvimento no processo de autonomização</li> </ul>

- “Sim, porque ajudou-me adquirir as competências essenciais, apesar de gostava mais de estar com a minha família, no entanto considero ter sido bastante positivo, uma vez que me ajudou a vários níveis que agora reconheço essa importância”, (j./2);

**Anexo VIII - Tabela n.º 5 - Dimensão Interdisciplinar e Multidisciplinar dos profissionais**

Analisar a dimensão interdisciplinar e multidisciplinar e das equipas de intervenção com jovens institucionalizadas

Habilitações Literárias /Função	Dimensão Multidisciplinar do Técnicos (Análise de Conteúdos)
<p><b>“Mestrado Integrado em Psicologia, Psicólogo, num CAT/LIJ”, (p./1);</b></p>	<p>“Recurso a várias correntes aliadas à experiência de vivência profissional pluridisciplinar”, (p./1);                      “A existência de equipamentos e equipas pluridisciplinares de apoio a estes jovens”; (p./1);                      “A intervenção deverá ser pluridisciplinar mas diferenciada para cada individuo”, (p./1);</p>
<p><b>“Licenciatura em Animação Social, Animadora Social, num CAT/LIJ”, (p./2)</b></p>	<p>“Utilizo os referenciais teóricos-metodológicos utilizados na área da animação serviço social e da psicologia, uma vez que esta complementaridade disciplinar ajuda-nos a perceber melhor as situações”, (p./2);</p>
<p><b>“Licenciatura em Psicologia, Psicóloga, num CAT”, (p./3);</b></p>	<p>“Uma intervenção delineada multidisciplinarmente congregação de todos os saberes científicos dos vários agentes, que fornecerão ferramentas necessárias para estes atingirem a sua autonomia”, (j./3);</p>
<p><b>“Licenciatura em Serviço Social; Assistente Social num LIJ e num CAT”, (p./4);</b></p>	<p>“Intervenção inter-multidisciplinar pelos vários elementos da Equipa Técnica”,(p./4);</p>
<p><b>“Licenciatura em Psicologia – Área Clínica –, Psicóloga Clínica, num CAT /LIJ”,(p./5);</b></p>	<p>“ Com base no modelo de intervenção inter-multidisciplinar e tendo em conta a prática do assistente social, tomo as minhas decisões relativamente ao início da tomada de decisão de dar-se ao início de um processo de autonomização”, (p./5);                      “ A avaliação de competências é feita no âmbito da intervenção psicológica no âmbito social é feito pelos assistentes sociais e dos outros profissionais envolvidos de forma inter-multidisciplinar”, (p./5);</p>

<b>“Licenciatura em Psicologia – Área Clínica –, Psicóloga Clínica, num CAT /LIJ”,(p./5);</b>	“ Com base no modelo de intervenção inter-multidisciplinar e tendo em conta a prática do assistente social, tomo as minhas decisões relativamente ao início da tomada de decisão de dar-se ao início de um processo de autonomização”, (p./5); “ A avaliação de competências é feita no âmbito da intervenção psicológica no âmbito social é feito pelos assistentes sociais e dos outros profissionais envolvidos de forma inter-multidisciplinar”, (p./5);
<b>“Licenciatura em Serviço Social, Assistente Social num LIJ”, (p./6);</b>	“ O processo de autonomização deve ser desenvolvido, por Equipas Técnicas, com base numa intervenção inter-multidisciplinar, e uma intervenção terapêutica, numa perspetiva de empowerment e numa abordagem ecossistémica.”, (p./6);

**Anexo IX - Tabela n.º 6 - Referenciais Teóricos e Metodológicos de suporte à Prática Profissional**

Categorizar os referenciais Teórico-Metodológicos de suporte à prática profissional para a promoção de autonomia de vida do jovem institucionalizado

Habilitações Literárias /Função	Referenciais Teóricos-Metodológicos de suporte à prática Profissional para a promoção da Autonomia
<b>“Mestrado Integrado em Psicologia, Psicólogo, num CAT/LIJ”, (p./1);</b>	“Recurso a várias correntes aliadas à experiência de vivência profissional pluridisciplinar. Saliento a teoria do desenvolvimento humano de uma perspectiva construtivista com referência a Lev Vigotsky”, (p./1); “A existência de equipamentos e equipas pluridisciplinares de apoio a estes jovens”; (p./1);
<b>“Licenciatura em Animação Social, Animadora Social num CAT/LIJ”, (p./2);</b>	“Utilizamos as ferramentas que constam nos Manuais da Qualidade, nomeadamente os processos chave e todos os instrumentos que constam neles, neste processo, utilizamos o Plano Sócio Educativo Individual, o Plano de Cooperação e posteriormente é efetuada a avaliação do PSEI”, (p./2); “Utilizo os referenciais teóricos-metodológicos utilizados na área da animação, serviço social e da psicologia, uma vez que esta complementaridade disciplinar ajuda-nos a perceber melhor as situações”, (p./2);
<b>“Licenciatura em Psicologia, Psicóloga num CAT”, (p./3);</b>	“São realizadas atividades que constam no PSEI e do PCI do jovem de forma a promover aquisição de determinadas competências nas diversas áreas: acompanhamento ao estudo, gestão doméstica, gestão financeira, participação em eventos na comunidade com vista à inserção na mesma”, (p./3); “As seguintes ferramentas PSEI, PCI e avaliação do PSEI, no entanto considero instrumentos muito simplistas e com pouco cariz prático”, (p./3);
<b>“Licenciatura em Serviço Social; Assistente Social num LIJ/CAT”, (p./4);</b>	“Planos Socio Educativos Individual onde constam os objetivos alcançar, as metas, as estratégias e as atividades individuais e de grupo a desenvolver, elaboramos os Planos de Cooperação Integrado, que diz respeito à participação das entidades externas no PSEI”, (j./4);
<b>“Licenciatura em Psicologia – Área Clínica – Pós -</b>	“PSEI, PCI. Avaliação do PSEI) e com base no modelo de intervenção inter-multidisciplinar e tendo em conta a prática do assistente social, tomo

<b>Graduação em Psicologia da Gravidez e Parentalidade, Psicóloga Clínica, num CAT/LIJ”, (p./5);</b>	<p>as minhas decisões relativamente ao início da tomada de decisão de dar-se ao início de um processo de autonomização”, (p./5);</p> <p>“Ao nível da psicologia utilizamos um processo ajustado ao perfil de cada criança/jovem, que incide nas diferentes dimensões da autonomia: emocional, comportamental, de valores de acordo com o quadro teórico de cada técnico envolvido no processo.”, (j./5);</p> <p>“Utilizo o modelo de intervenção psicodinâmico, que é o quadro teórico que estudei e investiguei e considero ser o mais adequado neste tipo de processo e por dar-me indicações sobre a estabilidade emocional, comportamental e cognitiva”, (j./5);</p>
<b>“Licenciatura em Serviço Social, Assistente Social num LIJ”, (p./6);</b>	<p>“O programa de autonomização específico do processo de autonomização é expresso na elaboração do PSEI, do PCI e da avaliação do PSEI, instrumentos e ferramentas provenientes dos manuais da qualidade que foram adaptados à nossa realidade social”. (p./6);</p> <p>“Numa fase preliminar, aquando da identificação das necessidades da criança/jovem, aplico o referencial metodológico da pirâmide de Maslow”, (p./6);</p> <p>“Como o conceito de autonomia é multidimensional apoio nos referenciais teóricos da teoria ecossistémica, defendida por Bronfenbrenner, onde sugere que os diversos contextos ou sistemas ecológicos, onde o individuo se desenvolve estão relacionados entre si, sendo unidades concêntricas que se revelam entre as mesmas e focaliza a interação dos indivíduos em diferentes contextos, contextos estes que designamos por sistemas ecológicos”,(p./6);</p> <p>“O processo de autonomização deve ser desenvolvido, por Equipas Técnicas, com base numa intervenção inter-multidisciplinar, e uma intervenção terapêutica, numa perspetiva de empowerment e numa abordagem ecossistémica.”, (p./6);</p>

**Anexo X – Tabela n.º 7 - Impacto da Institucionalização**

Percecionar os significados dos jovens institucionalizados atribuídos ao seu processo de institucionalização e de autonomia de vida.

Categorias	Análise de conteúdos	Indicadores
<p><b>Impacto da Institucionalização</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Não tive qualquer impacto negativo, uma vez que foi bastante importante para mim”, (j./1);</li> <li>• “Não foi uma escolha minha, gostava de estar com a minha família, no entanto considero ter sido positivo o meu acolhimento, uma vez que ajudou-me muito a vários níveis”, (j./2);</li> <li>• “Bom, preparou-me para a vida e mau devido às necessidades que originaram o meu acolhimento, no entanto considero positivo”, (j./3);</li> <li>• “Considero que a Institucionalização, não me provocou qualquer impacto negativo, mas pelo contrário, saí de uma situação de desproteção familiar e me proporcionaram adquirir competências a vários níveis, que facilitou a minha transição para a vida ativa”, (j./4);</li> <li>• “Preparou-me para a vida, não teve qualquer impacto negativo, mas sim pelo contrário” . (j./5);</li> <li>• “O impacto da Institucionalização na minha vida foi positivo, embora no início tivesse algum receio na adaptação “, (j./6);</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Positivo/Negativo</li> <li>• Sentimentos</li> <li>• Percurso Institucional</li> <li>• Realização Pessoal</li> </ul>



**Anexo XI - Tabela n.º 8 - Percepção dos significados dos jovens ao seu processo de autonomia de Vida**

Categorias	Análise de conteúdos	Indicadores
<p><b>Percepção da autonomização (Significados)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “ Foram me dados ensinamentos, competências e transmitidos determinados valores, que considero que fazem parte do meu crescimento e processo de mudança”, (j./1);</li> <li>• “ Foi positivo porque comecei-me a sentir-me mais realizado em alcançar determinados objetivos e a lutar de forma responsável que queria obter sempre contando com o apoio dos técnicos e colaboradoras que ajudaram adquirir determinadas competências”, (j./2);</li> <li>• “ Tenho uma boa percepção do meu processo de autonomização, uma vez que me foram dadas ferramentas e desenvolve-las no exterior da Instituição, levou-me a que desse mais importância a este processo”, (j./3);</li> <li>• “ Foi um processo bem estruturado e planificado, dado ter adquirido várias competências necessárias para enfrentar os desafios de hoje, que a vida nos proporciona”, (j./4);</li> <li>• “ Considero que o meu processo de autonomização foi muito bom para mim, porque ganhei responsabilidade e as capacidades que tenho atualmente” (j./5);</li> <li>• “ Considero que foi bastante positivo, porque tudo o que sou hoje devo à Instituição”, (j./6);</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Positivo</li> <li>• Negativo</li> <li>• Adequado</li> <li>• Aquisição de competências</li> <li>• Boa adaptação social</li> <li>• Responsabilidade</li> <li>• Maturidade</li> <li>• Sentimentos relativamente à Institucionalização</li> <li>• Envolvimento no processo de autonomização</li> </ul>



**Anexo XII - Tabela n.º 9 - Relação do processo de institucionalização com o processo de autonomização**

Relacionar o processo de institucionalização com o processo de autonomização do jovem após a saída da instituição, criando uma matriz metodológica de transição do meio protegido para o meio social.

	Definição Jurídica legal	Aplicação das Medidas	Impacto da Medida na vida (Positivo/Negativo)	Percurso Institucional (Positivo/Negativo)	Projetos de Vida Medidas
<b>Processo de Institucionalização Formal</b>	A medida de acolhimento em instituição consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral. Artigo 49.º	Esta medida é aplicada pelas entidades competentes em matéria de Infância e Juventude, tais como os Tribunais e as CPCJS. O acolhimento em instituição pode ser de curta duração ou prolongado. O acolhimento de curta duração tem lugar em casa de acolhimento temporário por	- “ Não fiquei com nenhum impacto negativo, uma vez que foi bastante importante para a minha vida naquele momento e na minha vida”, (j./1); - “ Não foi uma escolha minha, gostava de estar com a minha família”; (j./2); - “ Bom, preparou-me para a vida, e mau porque devido às necessidades que originaram o meu acolhimento, mas no	- “ Sim, foi um percurso estável”, (j./1); - “Sim, porque ajudou-me adquirir competências para encarar a realidade”, (j./2); - Sim, consegui adquirir competências e desenvolve-las no exterior da Instituição, e levou-me a dar mais importâncias às coisas”, (j./3); - Sim, o meu percurso Institucional foi, estável durante todo o período de acolhimento, e alcançar os	- Apoio junto dos pais; - Apoio junto de outro familiar; - Confiança a pessoa idónea; - Apoio para a autonomia de vida; - Acolhimento familiar; - Acolhimento em instituição, sendo que esta é a medida de Promoção e Proteção mais gravosa

Percursos de Vida dos jovens Institucionalizados na Infância - Um Caso de Estudo

	<p>prazo não superior a seis meses. O prazo referido anteriormente, e pode ser excedido quando, por razões justificadas, seja previsível o retorno à família ou enquanto se procede ao diagnóstico da respetiva situação e à definição do encaminhamento subsequente. O acolhimento prolongado tem lugar em lar de infância e juventude e destina-se à criança ou ao jovem</p>	<p>entanto considero positivo”, (j./4); - “ Considero que a Institucionalização não me provocou qualquer impacto negativo, mas pelo contrário, porque sai de um ambiente de desproteção familiar”, (j./4); - “Preparou-me para a vida, não teve qualquer impacto negativo, mas sim pelo contrário”, (j./5); - “ O Impacto da Institucionalização na minha vida foi bastante positivo, embora no início tenha tido receio na adaptação, (j./6),</p>	<p>objetivos a que me propus alcançar”, (j./4); - “ Sim, completamente”, (j./5); - “ Sim, porque tive sempre um comportamento interno adequado e ao nível externo também”, (j./6);</p>
--	--	--	--

Percursos de Vida dos jovens Institucionalizados na Infância - Um Caso de Estudo

		quando as circunstâncias do caso aconselhem um acolhimento de duração superior a seis meses. Artigo 50 <sup>o</sup>			
	Definição Jurídica legal	Aplicação da Medida	Impacto do Processo de Autonomização Social (Positivo/Negativo)	Percurso Institucional Influência na Autonomização Social (Sim/Não)	Projetos de Vida Autonomização Social (Medidas)
Processo de Autonomização Formal	Proporcionar-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral; Artigo 34.º	Esta medida é aplicada pelas entidades competentes em matéria de Infância e Juventude, tais como os Tribunais e as CPCJS, quando estão esgotadas toas as alternativas a que não sejam o	- “ A crescer, a ter responsabilidades, pensar de maneira diferente, adquiri valores, fundamentais para a minha autonomização” (j./1); - “Ajudou-me imenso a construir a pessoa que sou hoje, com responsabilidade, capacidade para resolver os meus	- “ Sim, foi um percurso estável”, (j./1); - “Sim, porque ajudou-me adquirir competências para encarar a realidade”, (j./2); - “Conseguir adquirir competências e desenvolve-las no exterior da Instituição, e levou-me a dar mais importâncias às coisas”, (j./3);	- A medida de apoio para a autonomia de vida consiste em proporcionar diretamente ao jovem com idade superior a 15 anos apoio económico e acompanhamento psicopedagógico e social, nomeadamente através do acesso a programas de formação, visando proporcionar-

	<p>acolhimento residencial</p>	<p>problemas e ajudar ainda quem mal tratou-me”, (j./2);                  - “ A Instituição preparou-me para a vida, ganhei autonomia, desenvolvi várias competências a nível educativo, pessoal, social e ainda ao nível profissional”, (j./3);                  - “ Preparou para vida, ajudou a enfrentar os desafios da vida e estar preparado para organizar o meu futuro”, (j./4);                  - “Atualmente consigo desempenhar o meu papel de mãe de forma responsável em função</p>	<p>- “Alcançar os objetivos a que me propus alcançar”, (j./4);                  - “ Sim, completamente”, (j./5);                  - “ Foi mais fácil para participar ativamente e envolvendo-me neste processo” , (j./6);</p>	<p>lhe condições que o habilitem e lhe permitam viver por si só e adquirir progressivamente autonomia de vida.                  - A medida referida no número anteriormente pode ser aplicada a mães com idade inferior a 15 anos, quando se verifique que a situação aconselha assim aplicação desta medida;                  - A medida de apoio em meio natural de vida, esta medida consiste em apoiar financeiramente o jovem no processo de transição de desinstitucionalização para a vida autónoma e ativa. Artigo 45.º</p>
--	--------------------------------	---	---	---

das competências a  
vários níveis”, (j./5);  
- “ Preparou mesmo,  
tudo o que aprendi e  
consegui aplicar na  
vida, tudo o que sei  
hoje devo à  
Instituição, tive uma  
adolescência onde  
adquiri várias  
competências e ao  
mesmo tempo tive  
uma vida normal à de  
outro jovem”, (j./6);



**Anexo XIII - Tabela n.º 10 - Matriz Metodológica de Transição do Meio Protegido para o Meio Social - Autonomização**

Meios	Análise de Conteúdos (Preparação para a Vida)	Processo de Institucionalização Formal Medida com vista à transição para a vida ativa	Instrumentos/Ações
<p><b>Meio Social Protegido (Institucionalização formal)</b></p>	<p>- “ A crescer a ter responsabilidade, pensar de maneira diferente, adquirir valores, fundamentais para a minha autonomia. Considero que o trabalho elaborado pela Equipa Técnica, foi muito importante na minha regulação comportamental e a ganhar estabilidade a vários níveis” (j./1);</p> <p>- “ A Instituição ajudou-me imenso a construir a pessoa que sou hoje, com responsabilidade e capacidade para resolver os meus problemas e ajudar ainda quem mal me tratou” (j./2);</p> <p>- “ Considero que a Instituição me preparou para a vida, ganhei autonomia e desenvolvia várias competências a nível pessoal,</p>	<p>- Promover a capacitação do jovem a vários níveis;</p> <p>- Fomentar a intervenção pessoal, social, educativa, familiar e comunitária;</p> <p>- Criar um Plano de Autonomização em função da individualidade e características dos jovem, dando ênfase à vertente prática (questões práticas da vida quotidiana) e à sua monitorização;</p> <p>- Intervir ao nível das competências que se manifestem mais frágeis;</p> <p>- Intervir ao nível psicológico;</p> <p>- Intervir ao nível da estabilidade comportamental, emocional e cognitivo;</p> <p>- Intervir ao nível da capacidade de resiliência;</p> <p>- Promover a capacidade de resolver os seus problemas;</p> <p>- Promover a capacidade de tomar opções;</p> <p>- Acompanhamento Individual, no sentido de avaliar as suas competências e perspetivas, face aos desafios inerentes à vida em meio social;</p> <p>- Preparar o jovem para o processo de mudança do meio protegido para a vida ativa/vida em meio social;</p>	<p>- Plano de Autonomização;</p> <p>- Plano de Autonomização;</p> <p>- Plano de Autonomização;</p> <p>- Plano de Autonomização;</p> <p>- P. de Autonomização/ Acomp. Psic.;</p> <p>- Plano de Autonomização/ Acompanhamento Psicológico;</p> <p>- Plano de Autonomização;</p> <p>- Plano de Autonomização;</p> <p>- Plano de Autonom./Monitorização;</p> <p>- Plano de Auton./Acomp.Psicológico;</p>

<p><b>Meio Social Protegido (Institucionalização formal)</b></p>	<p>social, e educativo, dotando-me ainda mais de competências profissionais que desenvolvia nos períodos de interregno escolar”(j./3);</p> <p>- “ Considero que a Instituição me preparou para a vida. Ganhei autonomia, que me ajudou a enfrentar os desafios da vida e a estar preparado para organizar o meu futuro”, (j./4);</p> <p>- “ Sim completamente. Atualmente consigo desempenhar as minhas funções parentais de forma responsável em função das competências que adquiri a vários níveis” (j./4);</p> <p>- “ Preparou mesmo, tudo o que aprendi e consegui aplicar na vida, tive uma adolescência onde adquiri várias competências”, (j./6);</p>	<p>- Apoio na busca de trabalho, formação profissional e a nível académico;</p> <p>- Sinalização à rede social para apoiar o jovem nesta fase de transição para a vida futura;</p> <p>- Envolver a família ou a rede de suporte familiar neste processo;</p> <p>- Promover a integração em apartamentos de autonomia nesta fase;</p> <p>-Intervir ao nível da Educação para o direito e cidadania, de forma a capacitar o indivíduo para a exercitação da sua cidadania plena;</p> <p>- Aquisição de competências ao nível da gestão financeira, vida doméstica,</p> <p>- Promover os valores de responsabilidade e maturidade, de modo a cumprir com as suas obrigações e deveres a vários níveis enquanto cidadão;</p> <p>- Promover hábitos de trabalho;</p> <p>- Preparar para o momento da transição;</p> <p>- Intervir ao nível das relações humanas e sociais, como elementos facilitadores da sua inclusão social e autonomia plena.</p>	<p>- Plano de Autonomização/ Sinalização à rede social do caso;</p> <p>- Plano de Autonom./Env. Familiar;</p> <p>- Plano de Autonomização/ Capacitação Social;</p> <p>- Plano de Autonomização</p> <p>- Plano de Autonomização;</p> <p>- Plano de Aut./Intervenção Psic;</p> <p>- Plano de Autonomização</p> <p>- Interv. Social/Interv. Psicológica;</p> <p>- Plano de aut./Intervenção Social</p> <p>- Plano de aut./Intervenção Psicológica - Plano de aut./Intervenção Psicológica ao</p>
--	---	--	---

			nível da sociabilidade e promoção da inclusão social;
<b>Meio Social Protegido (Institucionalização formal)</b>	<p>- “ Concluir a escola e conciliar com o trabalho e com o facto de ser mãe”, (j./1);</p> <p>- “ O facto de estudar e trabalhar ao mesmo tempo, uma vez que solicitei ao Tribunal a cessação da medida de acolhimento residencial quando atingi a maioridade”, (j./2);</p> <p>- “ Falta de apoio familiar, apesar de ter família”, (j./3);</p> <p>- “Dificuldade em obter trabalho”, (j./3);</p> <p>- “ Dificuldade na obtenção de habitação”, (j./3)</p> <p>- “Desligar-me dos laços com as pessoas de referência da resposta social, que foram criados com o longo período de institucionalização”, (j./4);</p>	<p>- Garantir a existência de uma Equipa de Apoio após o momento de desinstitucionalização e que garanta o apoio posteriormente até existir necessidade;</p> <p>- Apoio na utilização dos recursos e serviços existentes na comunidade para tratar da sua vida pessoal;</p> <p>- Beneficiar de apoio social, económico e habitacional;</p> <p>- Beneficiar de apoio Institucional;</p> <p>- Beneficiar dos serviços existentes na rede social;</p> <p>- Alteração da legislação de forma a garantir os apoios necessários para jovens nesta situação na sua fase de vida;</p>	<p>- Sinalização à rede social;</p> <p>- Intervenção da rede social;</p> <p>- Apoio Institucional, Med- Legais de Apoio;</p> <p>- Apoio Institucional;</p> <p>- Apoio ai nível da rede social;</p> <p>- Alterações legislativas de forma a priorizar o apoio a este jovens no sintoma de promover a sua inclusão social;</p>

	<p>- “Dificuldade em arranjar habitação de acordo com os meus rendimentos”, (j./4);</p> <p>- “ Apenas tive dificuldade em encontrar trabalho na minha área de formação e que me garantia uma situação financeira mais estável”, (j./5);</p> <p>- “ Problemas em arranjar habitação e na procura de trabalho e ausência de suporte familiar”, (j./5);</p>		
	<p><b>Processo de Autonomização Formal</b></p> <p><b>Medidas de Apoio em contexto de vida Ativa</b></p>		
<b>Meios</b>	<b>Análise de Conteúdos</b>		<b>Instrumentos/Ações</b>
<b>Meio Social desprotegido (Autonomização formal)</b>	<p>- “ Concluir a escola e conciliar com o trabalho e com o facto de ser mãe”, (j./1);</p> <p>- “ O facto de estudar e trabalhar ao mesmo tempo, uma vez que solicitei ao Tribunal a cessação da medida de acolhimento residencial quando atingi a maioridade”, (j./2);</p>	<p>- Garantir a existência de uma Equipa de Apoio após o momento de desinstitucionalização e que garanta o apoio posteriormente até existir necessidade;</p> <p>- Apoio na utilização dos recursos e serviços existentes na comunidade para tratar da sua vida pessoal;</p> <p>- Beneficiar de apoio social, económico e habitacional;</p> <p>- Beneficiar de apoio Institucional;</p>	<p>- Sinalização à rede social;</p> <p>- Intervenção da rede social;</p> <p>- Apoio Institucional, Medidas Legais de Apoio;</p> <p>- Apoio Institucional;</p>

**Meio Social  
desprotegido  
(Autonomização  
formal)**

- “ Falta de apoio familiar, apesar de ter família”, (j./3);  
 - “Dificuldade em obter trabalho”, (j./3);  
 - “ Dificuldade na obtenção de habitação”, (j./3);  
 - “Desligar-me dos laços com as pessoas de referência da resposta social, que foram criados com o longo período de institucionalização”, (j./4);  
 - “Dificuldade em arranjar habitação de acordo com os meus rendimentos”, (j./4);  
 - “ Apenas tive dificuldade em encontrar trabalho na minha área de formação e que me garantia uma situação financeira mais estável”, (j./5);  
 - “ Problemas em arranjar habitação e na procura de trabalho e ausência de suporte familiar”, (j./5);

- Beneficiar dos serviços existentes na rede social;  
 - Alteração da legislação de forma a garantir os apoios necessários para jovens nesta situação na sua fase de vida;

- Apoio ai nível da rede social;  
 - Alterações legislativas de forma a priorizar o apoio a este jovens no sinto de promover a sua inclusão social;

